

REVISTA

NECAT

**PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE**

ANO 5, NÚMERO 10

JUL-DEZ DE 2016

ISSN 2317-8523

EDITORIAL

Dos limites do crescimento à gestão da sustentabilidade no processo de desenvolvimento

Hans Michael van Bellen

Anna Cecília Mendonça Amaral Petrassi

Sustentabilidade na produção artesanal de vinho nos Vales da Uva Goethe – Santa Catarina

Vinicius Medeiros Réus

Júlio César Zilli

Adriana Carvalho Pinto Vieira

Condicionamentos políticos do desenvolvimento regional em Santa Catarina: o caso do orçamento regionalizado da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque no período de 2008 a 2015

Thaise Vila Nova

Luciana Butzke

Vulnerabilidade social e juventude em Santa Catarina

Ivo Marcos Theis

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Diego Boehlke Vargas

Uma análise dos determinantes do trabalho infantil no estado de Santa Catarina

Talita de Souza Mota

Marco Antonio Jorge

Christiane Senhorinha Soares Campos



SUMÁRIO

EDITORIAL.....	03
DOS LIMITES DO CRESCIMENTO À GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	
Hans Michael van Bellen	
Anna Cecília Mendonça Amaral Petrassi.....	08
SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO ARTESANAL DE VINHO NOS VALES DA UVA GOETHE – SANTA CATARINA	
Vinicius Medeiros Réus	
Júlio César Zilli	
Adriana Carvalho Pinto Vieira.....	31
CONDICIONAMENTOS POLÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA: O CASO DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BRUSQUE NO PERÍODO DE 2008 A 2015	
Thaise Vila Nova	
Luciana Butzke.....	58
VULNERABILIDADE SOCIAL E JUVENTUDE EM SANTA CATARINA	
Ivo Marcos Theis	
Jamile Delagnelo Fagundes da Silva	
Diego Boehlke Vargas.....	75
UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Talita de Souza Mota	
Marco Antonio Jorge	
Christiane Senhorinha Soares Campos	97

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor:

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.

88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 5, nº 10, Jul-Dez. Florianópolis, NECAT, 2016.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NOVAMENTE NO CENTRO DOS DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Lauro Mattei¹

Há décadas o atual modo de produção capitalista vem apresentando crises recorrentes. Tal fato aparece de diferentes maneiras e em distintos locais, tendo recebido, inclusive, denominações indevidas. Tal fenômeno tem provocado impactos sobre os rumos do desenvolvimento em diversas regiões do planeta, recolocando na ordem do dia a necessidade de se rediscutir o atual padrão de desenvolvimento mundial, particularmente em países dependentes da ordem econômica global, como é o caso da maioria dos países latino-americanos.

Neste contexto, o debate sobre desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e os graves problemas sociais e ambientais decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados de trabalho e de bens e serviços básicos.

No caso brasileiro, o debate sobre o desenvolvimento foi retomado considerando-se alguns aspectos fundamentais que deveriam fazer parte de um novo projeto nacional desenvolvimentista, tendo em vista os limites apresentados pelo modelo que vigorou depois do Pós-Guerra até as grandes crises econômicas, sociais e ambientais que atingiram o país, especialmente nas décadas de 1980 e de 1990.

O Novo Desenvolvimentismo entende que a indústria brasileira já está madura e que, portanto, não faz mais sentido no estágio atual manter um protecionismo indiscriminado que

¹ Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT e editor da Revista NECAT. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: lmattei@ufsc.br

já deveria ter sido eliminado a partir dos anos de 1960/1970, período em que a combinação de um modelo exportador com o desenvolvimento do mercado interno deveria ter sido a estratégia que agora está sendo debatida.

Além disso, afirma-se que no atual estágio produtivo não faz mais sentido a existência de um “Estado-Empresário”. Isto não quer dizer que esteja sendo defendida a ideologia do “Estado Mínimo”, ao contrário, propõe-se o fortalecimento do Estado nos campos político, regulatório, administrativo e social. Paralelamente a isso, destaca-se a importância da adoção de uma política industrial, porém esta deve estar situada no âmbito da política macroeconômica do país com o objetivo de estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional.

Desta forma, na estratégia “novo desenvolvimentista” o Estado continua tendo papel de destaque, porém com funções distintas daquelas exercidas no período anterior. Dentre suas principais funções, destacam-se: a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas em favor do crescimento do país; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda.

Além disso, a estratégia “novo desenvolvimentista” prevê uma ação forte do Estado na área social com o objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais. Para tanto, devem ser fortalecidos os programas sociais universais, sobretudo nas áreas de saúde, educação, nutrição e assistência social, combinados com ações focalizadas, como o programa de renda mínima.

Finalmente, o novo desenvolvimentismo entende também que o Estado ainda pode investir em alguns setores estratégicos, porém não com base nos endividamentos do passado recente. Isto porque os tempos atuais mostram que também o setor privado nacional deve disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivos. Neste caso, caberia ao Estado ser o defensor e garantidor da concorrência capitalista.

Essas proposições indicam a necessidade de fortalecimento de um Estado-Nação que seja capaz de cuidar, primeiramente, dos interesses do povo a ele circunscrito e, posteriormente, reestruturar sua inserção global por meio da participação em fóruns internacionais visando à cooperação com as demais nações do mundo.

Neste novo cenário, observa-se que o país adotou uma estratégia política que se coloca na direção frontalmente oposta àquela trajetória neoliberal das duas últimas décadas do século XX. Por um lado, a política macroeconômica encontra-se assentada na defesa da produção nacional e do mercado doméstico e, por outro, adotaram-se políticas sociais distributivas e de articulação de um sistema de proteção social voltado à erradicação de um dos principais flagelos sociais: o elevado índice de pobreza da população brasileira.

Mesmo com essa perspectiva acima descrita, observa-se que a temática da sustentabilidade ainda está pouco presente nas discussões sobre desenvolvimento, as quais continuam fortemente condicionadas pela questão econômica imediata, ficando praticamente ausente a agenda que deveria estar atrelada às três esferas básicas da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Pensando nesta direção, organizou-se a edição deste novo número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Dos limites do crescimento à gestão da sustentabilidade no processo de desenvolvimento” e assinado por Hans Michael Van Bellen e Anna Cecília Mendonça Amaral Petrassi, discute o processo de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade. Para tanto, os autores destacam a emergência da crise ambiental e suas diferentes interpretações teóricas pelas várias áreas de conhecimento, merecendo ênfase a realização, no ano de 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, momento em que o conceito de ecodesenvolvimento passou a ter destaque internacional. Desde então ocorreram grandes avanços científicos que acabaram desembocando no que conhecemos atualmente como “desenvolvimento sustentável”. Tal enfoque, na essência, pressupõe mudanças radicais no atual paradigma econômico e social visando atender demandas e necessidades das gerações presentes e futuras.

O segundo artigo, intitulado “Sustentabilidade na produção artesanal de vinho nos vales de uva Goethe – Santa Catarina” e assinado por Vinicius Medeiros Réus, Júlio César

Zilli e Adriana Carvalho Pinto Vieira, buscou identificar diferentes práticas sustentáveis na produção de vinho que tem como matéria prima a uva Goethe. Para tanto, fez-se uma abordagem qualitativa neste setor após o mesmo ter recebido, no ano de 2012, o registro da Indicação Geográfica, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, em 2012. Dentre as principais práticas consideradas sustentáveis pelos autores destacaram-se o reaproveitamento de outras partes da fruta; a reutilização das garrafas; e a economia de energia. Ao final os autores concluíram que, além dessas práticas mencionadas, é fundamental que as vinícolas incorporem novas práticas sustentáveis, tanto na esfera da produção como da comercialização.

O terceiro artigo, “Condicionamentos políticos do desenvolvimento regional em Santa Catarina: o caso do orçamento regionalizado da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque-SC no período de 2008 a 2015” e com autoria de Thaise Vila Nova e Luciana Butzke, apresenta o tema do desenvolvimento regional em Santa Catarina, tomando como referência de análise a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Brusque com o intuito de compreender de que forma os condicionantes políticos se manifestam no planejamento e execução do orçamento regionalizado e podem provocar efeitos negativos na própria dinâmica do desenvolvimento regional. Os resultados finais do estudo corroboram a hipótese de que a definição e prioridades definidas no orçamento regionalizado se guiam por critérios político-partidários que acabam induzindo a uma distribuição desigual dos recursos financeiros no âmbito interno da SDR.

O quarto artigo, intitulado “Vulnerabilidade social e juventude em Santa Catarina” e de autoria de Ivo Marcos Theis, Jamile Delagnelo Fagundes da Silva e Diego Boehlke Vargas, debate a problemática da vulnerabilidade social de jovens no estado de Santa Catarina a partir da articulação ente os temas da Educação e Desenvolvimento. Para tanto, utilizou-se como parâmetro analítico as informações e indicadores educacionais disponibilizados pelo INEP, procurando compreender as relações existentes entre a evasão escolar e a violência, bem como a relação entre o primeiro indicador e as dificuldades de inserção desses jovens no mercado de trabalho no estado catarinense. Partindo do pressuposto de que a educação consiste em um direito que integra o ordenamento jurídico nacional, os autores observaram

que a privatização do ensino público faz coexistir no setor educacional a mesma lógica existente nos mercados, ou seja, as desigualdades observadas nos setores produtivos também se reproduzem nos ambientes de ensino, tendo como consequência última o fato de que as transformações do setor de ensino acabam se desconectando da lógica capitalista de produção. Daí a razão dos autores argumentarem pela necessidade constante de alternativas ao atual modelo educacional no estado e também no país.

Finalmente, o quinto artigo, intitulado “Uma análise dos determinantes do trabalho infantil no estado de Santa Catarina” e de autoria de Talita de Souza Mota, Marco Antonio Jorge e Christiane Senhorinha Soares Campos, analisa a interrelação entre o trabalho infantil e seus principais determinantes, à luz da hipótese de que as crianças e os adolescentes fazem uso do trabalho infantil devido à condição de pobreza de suas famílias, bem como à estrutura familiar onde normalmente predomina a baixa escolaridade dos responsáveis por essas crianças e jovens. Após sintetizar o debate acadêmico acerca do trabalho infantil e seus principais determinantes, os autores realizam uma análise empírica apoiada em um modelo de regressão linear múltipla com as respectivas variáveis consideradas. Analisando os resultados obtidos, os autores afirmam que, no geral, as hipóteses iniciais adotados pelo artigo acabaram sendo refutadas à luz da metodologia utilizada.

Dando continuidade à missão de contribuir para o entendimento de temas cadentes no desenvolvimento regional catarinense, este número da Revista NECAT procura estimular o debate de temas e assuntos pertinentes ao presente e ao futuro do estado. Enquanto universidade, entendemos que desta forma estamos contribuindo para com o conjunto da sociedade catarinense.

DOS LIMITES DO CRESCIMENTO À GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Hans Michael van Bellen²

Anna Cecília Mendonça Amaral Petrassi³

“A questão ecológica chama a nossa atenção para a relação de interdependência entre ser humano e natureza, fatalmente negligenciada pelo projeto da modernidade.”
(FREY, 2001).

Resumo: Este trabalho apresenta uma síntese da evolução histórica e da ligação entre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento, desde a percepção, ainda incipiente, da crise ambiental, ocorrida na década de 1960, até as mais recentes conferências do clima promovidas pela ONU. Após a introdução, o segundo item apresenta a evolução da percepção da crise ambiental pela sociedade até o entendimento de que existem limites ecológicos para o crescimento, dado o modelo vigente de desenvolvimento. O terceiro item aborda os conceitos de ecodesenvolvimento, conforme delineado por Sachs, passando pela inclusão da categoria territorial até chegar ao conceito de desenvolvimento territorial sustentável. No quarto item é vista a perspectiva do desenvolvimento sustentável, são analisados tanto a sua dimensão de conceito apaziguador proposta pela ONU, como os avanços ocorridos desde a década de 1990 até os dias atuais, sem deixar de expor o paradoxo de se almejar equilibrar crescimento econômico ilimitado com um meio ambiente que não se deteriore ou entre em colapso. Conclui-se com a constatação de não ser possível optar por uma única, estática e abrangente definição para o desenvolvimento sustentável. Por fim, fica o convite, ou provocação, para se repensar a ideia de sustentabilidade como elemento substantivo do desenvolvimento e não mais como seu adjetivo. Fica também a sugestão de exercitar a construção de novos modelos mentais e de governança, dado a declarada falência dos atuais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Ecodesenvolvimento; Sustentabilidade; Crise Ambiental; Gestão da Sustentabilidade.

² Doutorado em Prog. de Coop. Internacional - Dout. Sandwich pelo Universität Dortmund, Alemanha(2002). Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Email: hans.michael@ufsc.br

³ Mestre em Administração. Economista na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Email: a.petrassi@ufsc.br

FROM LIMITS OF GROWTH TO SUSTAINABILITY MANAGEMENT IN THE DEVELOPMENT PROCESS

Abstract: This work presents a synthesis of the historical evolution and the connection between the concepts of sustainability and development, since the perception, still incipient, of the environmental crisis, which took place in the 1960s, to the more recent climate conferences organized by the UN. After the introduction, the second item presents the perception evolution of the environmental crisis by society until the understanding that, given the prevailing model of development, there are ecological limits to growth. The third item deals with the concepts of ecodevelopment, as outlined by Sachs, going by the inclusion of territorial as a category until you reach to the concept of sustainable territorial development. In the fourth item, the perspective of sustainable development is analyzed, as a appeasement concept proposed by UN, and the advances made since the 1990s to the present, also the paradox of striving to balance unlimited economic growth within an environment that does not deteriorate or collapse. It concludes with the finding that not to be possible to choose a single, static and comprehensive definition for sustainable development. Finally, there is the invitation, or provocation, to rethink the idea of sustainability as an element of the substantive development and not as its adjective. It is also the suggestion of exercise the construction of new mental models and governance models, given the declared bankruptcy of the current ones.

Keywords: Sustainable Development; Ecodevelopment; Sustainability; Environmental Crisis; Sustainability Management.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram testemunha de uma crescente preocupação, por parte da sociedade, com o aumento da intensidade dos impactos humanos sobre o seu meio natural. Este impacto, relacionado ao aumento vertiginoso da escala de produção que acompanha o processo de desenvolvimento desde a Revolução Industrial, a partir de um determinado momento começa a ser mais perceptível provocando mudanças na forma como a sociedade começa a perceber sua relação com a Natureza. A percepção deste problema, que pode ser entendido como um aumento da consciência ambiental, leva a alterações na própria forma como a sociedade passa a compreender a ideia de Desenvolvimento. Este trabalho

procura explorar um pouco mais esta trajetória, da ideia de crescimento à concepção de desenvolvimento sustentável. Para isso o presente artigo se desenrola apresentando os elementos que caracterizam a crise ambiental, a discussão sobre os limites do crescimento, o surgimento do ecodesenvolvimento e posteriormente a concepção de desenvolvimento territorial sustentável, a emergência da ideia de desenvolvimento sustentável e, ao final, procura discutir alguns limites desta ideia, da sustentabilidade do desenvolvimento, ao mesmo tempo que explora suas potencialidades quando se observa a sustentabilidade da perspectiva da gestão.

2 A CRISE AMBIENTAL E OS LIMITES DO CRESCIMENTO

Com o advento da Revolução Industrial, ao final do século XIX, a sociedade passa, através da tecnologia e economia, a se descolar do seu meio natural. Esse comportamento, fruto do modelo de produção adotado, desconsidera, ou julga ilimitada a fonte dos recursos naturais, sem pensar no equilíbrio homem-natureza/ambiente (VIEIRA, 2009). A questão da sustentabilidade desse modelo de desenvolvimento industrial, vista a partir da perspectiva da lei da entropia⁴, mostra na verdade a insustentabilidade do modelo, visto que seu desenvolvimento aponta para a necessidade de uma expansão infinita, e a lei da entropia estabelece os limites materiais e energéticos (KOVALSKI, 2016).

Durante a década de 1960, inicia-se um processo de preocupação para com a conservação e preservação da qualidade ambiental, motivado pela percepção da contaminação das águas e do ar nos países industrializados. Alguns acidentes, como o que ocorre na baía de Minamata (1953), no Japão, com mercúrio proveniente de uma indústria química, reforçam a percepção na sociedade de que seus impactos sobre a natureza são crescentes. Surge a consciência de que resíduos incorretamente dispostos podem penetrar na cadeia alimentar, causar acidentes e mortes. A descontaminação do rio Tâmsa e a melhoria do ar ambiente em

⁴ Entropia é discutida pela 2ª Lei da Termodinâmica e estabelece que parte da energia de um sistema tende a perder-se para o meio, não podendo ser utilizada para produzir trabalho. Assim, a entropia mede o grau de desorganização ou ineficiência de um sistema.

Londres (berço da Revolução Industrial), depois da poluição atmosférica ter causado milhares de mortes em 1952, são exemplos dessa fase precursora das preocupações com o meio ambiente que poderíamos denominar de década da conscientização (ENVIRONMENTAL HISTORY TIMELINE).

Um marco na literatura sobre os recursos naturais de uso comum foi o artigo de Garret Hardin, de 1968, "A tragédia dos comuns". Em síntese, Hardin aponta que quando os recursos de uso comum se encontram em regime de apropriação comunal, eles estão mais suscetíveis à sobreexploração e à degradação. Ou seja, acentuam-se os riscos de destruição dos recursos em consequência da irresponsabilidade por parte dos atores individuais na busca egoísta da satisfação de suas necessidades, em detrimento dos interesses do grupo ou da comunidade vista como um todo.

Em 1968, nasce o Clube de Roma, uma organização informal, fundada por pessoas com objetivo de se reunir para debater e promover entendimento dos componentes interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global; chamar a atenção dos responsáveis pelas decisões, e do público do mundo inteiro. O primeiro relatório divulgado (*The Limits to Growth*, de 1972), foi elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Donella Meadows e causou enorme impacto na comunidade científica quando, usando modelos matemáticos, apresentou cenários alarmantes de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época (MEADOWS, MEADOWS, *et al.*, 1972) (KRÜGER, 2001).

Ainda em 1972, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, liderada por Maurice Strong, que contou com 113 países participantes, além de 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU. Essa conferência deu voz às diferenças entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos: os primeiros preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de seus mercados de ação e outros problemas inerentes aos seus processos de desenvolvimento; os segundos, com a pobreza e a possibilidade de se desenvolverem nos moldes que conheciam até então (KOVALSKI, 2016). A partir daí, outros relatórios alertavam com frequência para a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente. As implicações

socioeconômicas e ambientais associadas ao padrão de desenvolvimento vigente, trazem a tona a reflexão sobre a questão dos limites (KRÜGER, 2001).

O matemático e economista autodidata, Georgescu-Roegen já havia publicado em 1971 a sua obra, “The Entropy and the Economic Process”, onde aponta para grande dicotomia entre sistemas econômicos, que são sistemas termodinamicamente abertos, com sistemas ecológicos, que são sistemas fechados. O homem ao extrair da natureza recursos de baixa entropia (como as florestas derrubadas para pastagem), libera e produz ao final do processo resíduos de alta entropia (como na produção da carne bovina oriunda dessas pastagens). Isso significa que a teoria econômica em vigor faz abstração completa da realidade física, como se pode perceber pelo fato de que os recursos naturais e serviços ecológicos não integram as construções da chamada função de produção, usada nos raciocínios da economia neoclássica (VEIGA e CECHIN, 2010). O crescimento infinito é incompatível com um mundo finito, como afirma Latouche (2012), reforçando a insustentabilidade do modelo, esse autor inclusive vai mais longe ao pregar um “decrescimento sereno”.

Portanto, seja na perspectiva da biologia, de se respeitar a capacidade e o tempo de regeneração do ecossistema, ou dos teóricos da termodinâmica, ao alertar para o risco de uma degradação total da energia, ou ainda, da teoria dos sistemas, ao salientar que para se manter a estabilidade de sistemas, sejam eles abertos ou fechados, é necessária a atividade de mecanismos de controle e regulação. O que se conclui é que existem, de fato, limites ao crescimento na forma e ritmo em que vêm se desenvolvendo. E se começa questionar o modelo de desenvolvimento predominante. Por outro lado a reflexão acerca dos limites do crescimento na perspectiva global, que ganha força na década de 1970 principalmente no que eram chamados “países desenvolvidos”, traz consigo uma outra questão: como promover o desenvolvimento daqueles outros espaços que não tinham ainda alcançado um padrão semelhante em termos sócio-econômicos? No próximo item são apresentadas algumas ideias que surgem no campo a partir desta discussão.

3 ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, que produziu a Declaração de Estocolmo, estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento. Trouxe luz às assimetrias Norte-Sul, e ao desafio de combater a pobreza nos países em desenvolvimento, ditos de Terceiro Mundo, e ao mesmo tempo mudar os padrões de desenvolvimento (VIEIRA, 2013). Ao mesmo tempo as teorias de desenvolvimento consideradas “clássicas” no campo das ciências sociais, como a da modernização nacional, a estruturalista-desenvolvimentista e a dependentista, começam a ser criticadas por seu viés predominantemente econômico. Surgem então, debates a respeito os custos socioambientais que o mundo começa a perceber, bem como a conscientização das limitações ecológicas ao crescimento (VIEIRA, 2009).

Buscando resposta a discussão sobre os limites do crescimento Ignacy Sachs afirma, em seu texto⁵ clássico, que a questão não deveria ser o crescimento zero, mas sim a concepção de novas formas de desenvolvimento que contemplassem a gestão prudente dos recursos naturais, equacionando as desigualdades sociais através de estratégias politicamente descentralizadas e economicamente solidárias, aprofundando o conceito de ecodesenvolvimento⁶ (ANDION, 2007). A mudança de orientação no debate sobre a conexão entre desenvolvimento e meio ambiente indicada no conceito de ecodesenvolvimento enfatiza a relação de reciprocidade entre sociedade e ambiente (“ser-humano-no-ecossistema”) (ANDION, 2007). Dessa forma, o conceito de ecodesenvolvimento pretende deixar evidente que os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza que é o ser humano.

⁵ “Environnement et styles de développement”, Revista Annales, 1974.

⁶ Termo lançado por Maurice Strong, secretário geral da conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, em 1972.

O ecodesenvolvimento apresenta como princípios a satisfação das necessidades básicas da população; a solidariedade com as gerações futuras; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a participação da população envolvida; a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e, programas de educação (GADOTTI, 2005). Ou, como afirma Sachs:

Moreover, “degrowth” is not a solution as long as poverty and exclusion remain so pervasive. A redistribution of income and wealth is practically impossible in the absence of growth. (SACHS, 2009)

Uma particularidade do conceito de ecodesenvolvimento repousa na indicação de um processo de desenvolvimento oposto ao processo dominante, onde os países pobres se guiavam por uma diretriz mimético-dependente dos países industrializados. O processo proposto se caracteriza pela crítica ao modelo de desenvolvimento predominante da sociedade industrial e pela criação de “sistemas alternativos de planejamento e gestão, capazes de gerar estratégias de desenvolvimento mais endógenas, participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional” (Vieira, 2009, p.35-36). A princípio esse conceito foi desenvolvido tendo em vista os países de terceiro mundo, como o Brasil, que ainda tinham o progresso e o desenvolvimento como um horizonte que só seria alcançado através de crescimento econômico, mesmo que através de um modelo de desenvolvimento diferente do modelo industrial puro. Portanto, esse conceito, o ecodesenvolvimento, apresenta postulados éticos como a necessidade de satisfação das necessidades básicas, equidade, *self-reliance*, economia plural e prudência ecológica (VIEIRA, 2013).

Assim, a discussão que se inicia com um foco na escassez de recursos naturais, na perspectiva de estoque, que deve ser preservado ou compensado; transforma-se, e passa a incorporar as dimensões social e econômica à questão ecológica. Onde a variável ambiental não deve mais ser vista apenas como um limite, mas como oportunidade condicionada aos recursos disponíveis.

A declaração de Cocoyoc⁷, de 1974, e o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld⁸, de 1975, reforçam a concepção implícita no conceito de ecodesenvolvimento da necessidade de redefinição do estilo de desenvolvimento, por um desenvolvimento endógeno que possa conceber alternativas ecologicamente prudentes, equitativas socialmente, politicamente descentralizadas e economicamente solidárias (ANDION, 2007) (VAN BELLEN, 2002).

Para Sachs (1995), o desenvolvimento endógeno demanda um crescimento equilibrado tanto internamente em cada país, como externamente nas relações Norte-Sul. Sobretudo, não se pode prescindir da ecologia. Conforme destaca Andion (2007) essa ruptura com o modelo de desenvolvimento predominante, característico dos países industrializados do hemisfério Norte, preconizada pelo ecodesenvolvimento, faz com que o conceito “ecodesenvolvimento” adquira um sentido político e se torne “incômodo” nas esferas políticas internacionais.

Para Sachs (2004) o desenvolvimento deve valorizar as potencialidades locais sem desconsiderar a preservação dos recursos naturais, na busca de um desenvolvimento planejado, considerando o longo prazo e a solidariedade intergeracional. Ou seja, mais do que eficiência econômica, o desenvolvimento requer melhoria da qualidade de vida das pessoas, redução da pobreza, justiça social, preservação ambiental e cultural, respeito aos direitos humanos, entre outras. No sentido de valorização das capacidades locais, bem como, da importância de articulação entre as variáveis espacial, social, política e cultural, o desenvolvimento endógeno dialoga com o conceito de desenvolvimento territorial e nele encontra os mesmos elementos fundamentais. Muitos autores vêm tratando a abordagem territorial como a mais favorável ao caráter multidimensional reconhecido no desenvolvimento, entre eles: Abramovay (1998 e 2006), Andion (2007), Guzzatti (2003, 2010), Lamarche (1998), Pecqueur (2006), Sachs (2001), Schneider (2004), Veiga (2002) e Vieira (2013).

A abordagem territorial, que surge nos anos 1980, beneficia em especial os projetos de desenvolvimento para o meio rural, mas não se restringe a eles. O conceito de desenvolvimento

⁷ Resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, realizada em Cocoyoc, Mexico, 1974.

⁸ Relatório que contou com a colaboração de 48 países, juntamente com o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e outras 13 organizações da ONU.

territorial traz consigo a ideia de dinamização socioeconômica associada à melhoria da qualidade de vida de sua população, fruto das relações que ocorrem no interior do território, onde seus participantes desenvolvem laços, cooperam entre si e ampliam habilidades sociais, correspondendo a uma noção tecido social do território. Desta forma a capacidade produtiva dos agentes não se explica apenas por suas características próprias, mas também pelas características correspondentes ao território em que se situam e que conformam também o tecido social (ABRAMOVAY, 2006).

No debate sobre desenvolvimento articulam-se as dimensões ecológica, econômica e social. Ao incluir no debate a categoria de análise da territorialidade juntamente com a discussão sobre a sustentabilidade, abre-se caminho para o conceito de desenvolvimento territorial sustentável. Autores que vêm tratando dessa discussão como Abramovay (1998 e 2006), Andion (2007), Dallabrida (2010), Ferreira e Zanoni (1998), Guzzatti (2003, 2010), Lamarche (1991 e 1994), Pecqueur (2000, 2003, 2004, 2006), Schneider (2003), Sachs (2001), Vale e Silva (2009), e Veiga (2002), concordam que essa abordagem favorece a superação da dicotomia rural-urbano, e possui potencial para responder as questões como a gestão prudente dos recursos naturais e incentivar o planejamento de estratégias de desenvolvimento endógeno, que poderiam equacionar as desigualdades sociais, de maneira economicamente solidária e ecologicamente prudente.

A noção emergente de desenvolvimento territorial sustentável pode ser enriquecedora para pensar as dinâmicas das regiões rurais, tendo em vista a necessidade de se colocar em prática novos estilos de desenvolvimento, distintos dos modelos conservadores e modernizantes tradicionalmente empregados nessas regiões. O conceito de desenvolvimento territorial sustentável busca evidenciar e valorizar o que as forças sociais conseguem realizar quando mobilizadas, com interesse na valorização da vida e do meio rural e, o potencial que possui de gerar instituições novas e capazes de impulsionar o desenvolvimento da região (ABRAMOVAY, 1999). Com relação a sustentabilidade entende-se que o desafio posto consiste em conciliar níveis mais altos de equidade social (não necessariamente crescimento) com conservação do meio ambiente. Como coloca Lévesque (2009) o inimigo é múltiplo e desconhecido, e pode estar dentro de cada um. Qualidade de vida, reciprocidade, criação de

empregos, tornam-se critérios importantes, e ultrapassam a fronteira do rural, daí a superação da dicotomia rural-urbano.

O desenvolvimento territorial sustentável é também, de certa forma, tributário da noção de “localidade” remetendo a desenvolvimento local (CAZELLA, 2008). Porém, no desenvolvimento territorial sustentável a ideia do local está sempre relativizada pelo contexto global, de forma que a análise territorial deve responder ao desafio de examinar o local em seu contexto global e o global refletido no local. Deve-se estudar as particularidades do local sem esquecer as influências que este sofre e exerce no global (VIEIRA, CAZELLA, et al., 2010). Nessa visão “sistêmica” e multidisciplinar que o desenvolvimento territorial sustentável propõe, o Estado deve deixar de ser o principal ator do processo e estimular novas formas de interação institucional que incitem o desenvolvimento do território, onde as estratégias sigam, preferencialmente, a direção *bottom-up*. O desenvolvimento passa a ser uma construção coletiva e local, que não pode ser prevista por modelos, pois busca responder a questões que emergem de cada território em particular.

Esse desenvolvimento endógeno, que procura mobilizar as forças sociais do território, enquanto valoriza a cultura e o saber local, preservando e respeitando os limites do meio ambiente, se utiliza do planejamento participativo como método e instrumento. O planejamento deve proporcionar uma construção coletiva do diagnóstico da situação do território, que articulado a uma visão compartilhada de futuro buscam um modelo de desenvolvimento próprio. Ao longo do processo, ou ciclos de processo, é esperado que ocorra uma aprendizagem e um amadurecimento do tecido social, bem como, das instituições envolvidas.

4 A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável que começa a se formar na década de 1980/1990 é tributário de um processo de mudança nos entendimentos dos modelos de desenvolvimento. A alteração de cenário, desencadeada pela percepção da crise ambiental,

ocorre nas décadas de 1960 e 1970 e se manifesta através de uma série de reações, como a publicação do livro “Primavera Silenciosa”⁹ de Rachel Carson, em 1962; o artigo “A tragédia dos bens comuns” de Garrett Hardin, em 1968; a publicação do relatório Limites do Crescimento¹⁰, em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, e Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) (PNUMA, IBAMA e UMA, 2004). Assim, na década de 1980, começa a ser difundido o adjetivo “sustentável” para tratar os processos de desenvolvimento que consideram as dimensões ecológica, social e econômica. Primeiro no relatório “World Conservation Strategy” preparado pela União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN) patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela ONG World Wildlife Fund (WWF). Depois com o lançamento do Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, documento que traz uma das definições de desenvolvimento sustentável mais conhecida e aceita, que descreve o desenvolvimento sustentável como a forma pela qual as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

A criação da CMMAD e o lançamento do relatório Brundtland tinham o objetivo de passar, com autoridade internacional, a mensagem de que o meio ambiente e o desenvolvimento são interdependentes. Bem como, relatar os estudos avançados sobre mudanças climáticas, a detecção de alterações na camada de ozônio, evidências do “efeito estufa” e sua relação com o aquecimento global, conceitos novos para a época, e também deixar expresso que a velocidade das mudanças estava excedendo a capacidade das instituições em responder às demandas de um desenvolvimento sustentável. No cenário

⁹ Obra geralmente reconhecida como o principal impulsionador do movimento global sobre o meio ambiente.

¹⁰ Relatório encomendado pelo Clube de Roma, que mostra que se mantidas a longo prazo as taxas de crescimento demográfico, a industrialização e a utilização de recursos naturais, efeitos catastróficos inevitáveis ocorreriam em meados desse século. O relatório propõe uma política de crescimento zero.

mundial ocorriam na mesma década uma série de eventos trágicos¹¹ que viriam reforçar a crença de que os problemas ambientais afetam a condição humana, são sistêmicos, de escopo global e só serão enfrentados com estratégias de ações que integrem os objetivos ambientais e de desenvolvimento, em escala internacional e com visão de longo prazo (PNUMA, IBAMA e UMA, 2004).

Muitos analistas criticaram a falta de avanços conceituais do relatório Brundtland e a falta de definição sobre o estilo de desenvolvimento que ele propõe, além de afirmarem que sua perspectiva economicista enfraquecia visão de sustentabilidade como fenômeno ecológico que demanda diminuição do impacto do homem na biosfera, e que exigiria mudanças de comportamentos, especialmente com relação aos padrões de consumo e de uso dos recursos naturais (ANDION, 2007). No entanto, apesar das dissonâncias entre os dois conceitos, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, há uma convergência, reconhecida pelo próprio Sachs, um dos idealizadores do conceito de ecodesenvolvimento, de que, mesmo ele concordando com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinônimos (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Durante a década de 1990 observa-se a busca por uma melhor compreensão sobre o conceito e o significado do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que ocorre uma tendência à globalização, especialmente no que diz respeito ao comércio e à tecnologia. A indústria privada sofre pressões por parte do mercado e procura se compatibilizar com as questões ambientais, o mundo assiste ao desenvolvimento da internet e da comunicação digital. Novas tragédias ambientais¹² também ocorreram e acentuaram a preocupação com o ambiente e a urgência em se tomar providências (PNUMA, IBAMA e UMA, 2004). Em 1992, ocorre no Rio de Janeiro, uma nova conferência da ONU sobre Meio Ambiente e

¹¹ 1984, vazamento de gases letais da fábrica Union Carbide em Bhopal, Índia. Mais de um milhão de pessoas mortas pela fome na Etiópia no mesmo ano. Em 1986, o desastre de Chernobyl, na Ucrânia, União Soviética. Em 1989, derramamento de mais de 50 milhões de litros de petróleo no Alasca pelo petroleiro Exxon Valdez. Para citar alguns.

¹² Como a Guerra do Golfo com milhares de mortes, a incineração de milhões de barris de petróleo causando intensa poluição do ar, o fogo levou dez meses para ser extinto, milhões de barris de petróleo foram despejados no Golfo Pérsico, resultando na contaminação das águas do Oceano Índico e na zona costeira do Kuwait, chamada de maré negra, além da morte de milhares de espécies animais que habitavam a região.

Desenvolvimento, a Rio 92 ou Cúpula da Terra. A partir daí consolidam-se as percepções da relação entre meio ambiente e desenvolvimento e das limitações e riscos existentes no modelo vigente de desenvolvimento, também ocorre a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável, apesar da sua amplitude e generalidade, ou justamente por isso.

A Rio-92 produziu ao menos sete grandes resultados: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (contendo 27 princípios); a Agenda 21 – um plano de ação para o meio ambiente e o desenvolvimento no século XXI; duas grandes convenções internacionais – a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS); um acordo para negociar uma convenção mundial sobre a desertificação; e a declaração de Princípios para o Manejo Sustentável de Florestas.

Na Declaração do Rio dois conceitos se destacam, pela influência que irão exercer no debate internacional e na orientação da legislação ambiental. O princípio da precaução, que se refere as ações preventivas e de correção; e o princípio do poluidor pagador, fazendo com que os custos de proteção ao meio ambiente sejam internalizados pelo poluidor. Ambos os princípios abrem caminho para uma discussão a respeito da gestão de riscos ambientais e de valoração de custos ambientais, tornando viável um debate sobre crescimento sustentável (ANDION, 2007).

Na perspectiva econômico-ecológica, equilibrar crescimento econômico ilimitado com um meio ambiente que não se deteriore ou entre em colapso não é possível. Nessa perspectiva, a economia é vista como um subsistema do ecossistema. “Quanto mais gente na Terra, quanto mais produção econômica, quanto mais artefatos construídos, tanto menos natureza.” (CAVALCANTI, 2012, p.37). De acordo com Daly (1990) crescimento é aumento quantitativo da escala física, enquanto desenvolvimento significa melhoria qualitativa ou florescimento de potencialidades. Ao contrário do senso comum, o crescimento na escala física não corresponde a um incremento da riqueza se o ecossistema não tiver mais capacidade de suportá-lo (DALY, 1990).

“[...] we cannot continue growing, and in fact so-called “economic” growth already has become uneconomic. The growth economy is failing. In other words, the quantitative expansion of the economic subsystem increases environmental and social costs faster than production benefits, making us poorer not richer, at least in high consumption countries” (DALY, 2008).

O sistema produtivo, na visão de Georgescu-Roegen, um dos precursores da economia ecológica, transforma recursos naturais em produtos que a sociedade necessita. Porém, essa transformação gera um produto que não entra em nenhum outro processo produtivo novo, o resíduo. Ao descartar o resíduo no ambiente, o processo produtivo (econômico) pode ser considerado um sistema aberto (VEIGA e CECHIN, 2010). Existe no senso comum uma percepção de que nada, nenhuma ação humana altera a realidade biofísica do ecossistema em que se encontra inserido o sistema econômico. Assim, a retórica do desenvolvimento sustentável é aceita e repetida amplamente (ninguém defende, é óbvio, um desenvolvimento insustentável) (CAVALCANTI, 2012). Essa percepção equivocada leva a manutenção de um comportamento insustentável, do ponto de vista do ecossistema, que continua estimulando a busca pelo crescimento.

Para o economista britânico Tim Jackson (2013) deve-se almejar a prosperidade sem crescimento. O problema é que a ideia de uma economia que não cresça é anátema para o economista; do mesmo modo que supor uma economia de crescimento contínuo é anátema para o ecologista. O que importa, para o autor, é o fato de que prosperidade não quer dizer crescimento do PIB (e da economia), significa antes, construir uma sociedade mais justa e melhor; significa alcançar o bom viver e o contrário da adversidade e da aflição (JACKSON, 2013).

Além disso, dentro da perspectiva social é importante que não se dissocie a preocupação ecológica da preocupação de equidade social. Deve-se buscar harmonização dos interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais. Um resgate das cinco dimensões de sustentabilidade de Sachs, que precisam ser consideradas no planejamento de desenvolvimento, a saber, as sustentabilidades social, econômica, ecológica, espacial e cultural (FREY, 2001). Esse caminho deve levar a conquista de objetivos como

empoderamento, justiça e equidade social, através de um desenho institucional que garanta a participação democrática, a transparência e *accountability*.

Vem se tornando assim mais nítida a impressão de que os grandes problemas que desafiam a humanidade são tão complexos e tão interdependentes que as instituições e planos de ação tradicionais já não são capazes de superá-los, e nem mesmo de enfrentá-los em seu conjunto (MEADOWS, MEADOWS, *et al.*, 1972).

We are thus sitting on the ruins of several failed paradigms: the real socialism, the reformed golden age capitalism, the neoliberal market fundamentalism, the Washington consensus, and, last but not least, social democracy (SACHS, 2009).

O debate sobre desenvolvimento sustentável transita entre três esferas, ecológica, social e econômica, três abordagens distintas mas interdependentes. O que torna a definição e compreensão do conceito um desafio.

5 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Não se pode concluir por uma única e abrangente definição para o desenvolvimento sustentável. Diferentes definições coexistem e a ideia de desenvolvimento sustentável sofre a influência de um conjunto de valores, crenças e ética que vão variar de comunidade para comunidade, ou entre diferentes grupos de interesse, quando se utilizam do termo. As abordagens são plurais, interdisciplinares e se caracterizam pela interação entre teoria e prática, técnica e política.

No campo teórico, observa-se que os diferentes significados assumidos refletem visões distintas de aspectos como o meio-ambiente, as relações entre ser humano e natureza, desenvolvimento e crescimento, tecnologia, meio ambiente e economia. Tais visões variam num continuum que vai desde uma concepção biocêntrica, que pode ser identificada nas propostas de limites ao crescimento econômico do Relatório do Clube de Roma e da deep

ecology¹³, até uma concepção antropocêntrica, mais presente no conceito de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico sustentável, passando por uma visão co-evolutiva, orientada pela relação “ser-humano-no-ecossistema”, presente nas abordagens do desenvolvimento durável¹⁴ e do ecodesenvolvimento (LANGENBERGER e ANDION, 2004).

No campo da práxis, o que se nota é que ainda permanecem desafios a serem superados quanto aos meios e aos procedimentos para implantação de um modelo de desenvolvimento, que seja aceito e viável como alternativa ao modelo dominante. Apesar dos aparentes avanços proporcionados pelos acordos mundiais orquestrados pelos organismos internacionais, as instituições e organizações nacionais não parecem ainda capazes de solucionar o desafio de colocar em prática planos e estratégias que busquem resultados concretos na direção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Frey (2001) o “desafio do desenvolvimento sustentável é, antes de mais nada, um problema político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político” FREY (2001, p.2).

Talvez a crise das instituições, manifesta na dificuldade dessas em responder às demandas do desenvolvimento sustentável, já mencionada, seja a possibilidade de transição para um novo paradigma¹⁵, o que de acordo com Kuhn (1998) ocorre quando a ciência normal, ou o paradigma dominante, fracassa em responder às demandas (MONTIBELLER FILHO, 1993). Essa transição que Kuhn (1998) chama de revolução científica, busca por novas interpretações da realidade, novos instrumentos e sugere novas disciplinas no campo da ciência. Pode indicar que deve-se deixar de dar tanta importância aos adjetivos que acompanham o “desenvolvimento” e buscar pela definição de seu conteúdo, partindo daquela

¹³ Corrente de pensamento fundada pelo filósofo Arne Naess, em 1972, que considera o ser humano parte do ecossistema, onde todos os seres possuem o mesmo direito a existência e ao desenvolvimento, sem hierarquia que coloque o homem acima dos outros seres vivos. Contrária ao conceito de ecologia fraca, antropocêntrica.

¹⁴ Conceito que busca harmonizar os pressupostos da economia política com a ecologia, através de uma abordagem racional pretende articular a lógica produtiva e a lógica dos seres vivos, inaugurando a noção de bioeconomia.

¹⁵ Aqui abstraímos a concepção científica de paradigma para uma concepção de paradigma social, como descreve Capra, “uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (CAPRA, 1996, p.24).

hierarquização sugerida por Sachs (1995), social no comando, ecológico enquanto restrição e econômico recolocado em seu papel instrumental.

Pois, como já foi mencionado anteriormente, a maior parte dos macro problemas (multidimensionais, interdependentes e transescalares) a serem enfrentados, atualmente, num cenário de intensificação da crise global, não se enquadram mais na tradicional estrutura “top-down” das tomadas de decisão no campo do planejamento e da gestão das novas estratégias de desenvolvimento. A ênfase colocada na instituição de novos sistemas de governança territorial pode ser melhor compreendida à luz dessas premissas, levando-se em conta que a construção de uma nova geração de políticas públicas integradas e compartilhadas deverá exigir uma mobilização de estruturas multiatores para além das hierarquias político-administrativas convencionais. O estágio ainda embrionário dessa reflexão na comunidade científica internacional reflete a magnitude dos desafios teóricos e práticos envolvidos na gestão desses processos de recriação institucional e de aprendizagem social transformadora (VIEIRA, 2013).

Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Crise de percepção no sentido de que tanto as instituições quanto os indivíduos ainda concordam com os conceitos de uma visão de mundo que não percebe a realidade de um planeta finito, que quer crescer infinitamente, onde as ações locais têm consequências globais. As soluções que existem, e elas existem, requerem essa mudança de modelo mental, de percepção (CAPRA, 1996).

Nesta perspectiva este trabalho convida a repensar a ideia de sustentabilidade como elemento substantivo do desenvolvimento e não mais como seu adjetivo. E a incorporar na discussão acerca da sustentabilidade o conceito de gestão. Trata-se aqui de começar a enxergar a sustentabilidade não mais apenas vinculada ao processo de desenvolvimento, mas sim de observar a sua internalização dentro dos processos da gestão.

A gestão, numa perspectiva instrumental, é entendida como forma de alocar um montante de recursos, dos mais variados tipos, e alocá-los no tempo a fim de alcançar um ou mais objetivos. A gestão se processa em diferentes níveis, por exemplo do micro ao macro, e

nos mais variados espaços: organizações (públicas ou privadas), sociedade civil, comunidades, territórios dentre outros, sempre voltada a consecução de um conjunto de objetivos. Na perspectiva da gestão a sustentabilidade é percebida como a internalização, no ciclo do processo, dos aspectos relacionados a equidade social, a prudência ecológica e a viabilidade econômica. Trata-se de uma abordagem semelhante ao conceito do triple bottom line, que em inglês se refere a profit, people e planet, cunhado pelo consultor britânico John Elkington, em 1994, para ser aplicado a empresas que buscavam estratégias de gestão para atingir resultados em três dimensões que se sobrepõe, a econômica, a social e a ambiental (referentes aos impactos causados por suas atividades) (THE ECONOMIST, 2009). Entretanto, deve-se ter cautela e levar em consideração as críticas de Pearce (1989), no que se refere ao problema de misturar fins com meios, as dimensões social e ambiental devendo serem tratadas como objetivos e a dimensão econômica devendo ser tratada como instrumento. Ao contrário, o que ocorre na prática é que os recursos naturais não são contabilizados pela economia, que considera que a função de produção depende do capital e do trabalho apenas. Essa desconsideração levou, e ainda leva, a degradação do meio ambiente e suas consequências para a população (PEARCE, 1989).

Para além da visão economicista, o atual paradigma apresenta outras fragilidades em sua estrutura de governança, tanto global como local, a exemplo da falta de consenso e de coordenação entre os atores sociais que limita as ações conjuntas. Nesse sentido os Fóruns Locais da Agenda 21 apontam para um resgate da ideia de Olson (2011) de que é preciso articular as ações individuais em ações coletivas que compartilhem um propósito comum. Isso torna-se especialmente importante no caso da sustentabilidade por envolver interesses, por vezes, contrastantes. A integração é fator fundamental, já que cada indivíduo possui motivações diferentes, o que leva a diferentes lógicas de participação, então, o envolvimento, ou seja, a integração dos atores na dinâmica das ações de um grupo, é um dos vetores a serem explorados para a governança da ação coletiva (OLSON, 2011). Outros vetores importantes seriam as normas, a comunicação e os recursos, pois não existe ação coletiva de nenhuma escala que não envolva algum custo.

O desenvolvimento sustentável enquanto construção coletiva, demanda uma ação orquestrada que pressupõe a mudança do atual paradigma social. Um modelo de gestão organizado em redes locais, onde os indivíduos estejam motivados a cooperar, necessita acionar mecanismos de comunicação, confiança e recompensa, que funcionam melhor em grupos menores¹⁶. Quando se aproximam, os conceitos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável, supera-se as dicotomias da abordagem tradicional (visão dual), abre-se espaço para uma leitura dialógica entre local e global, social e ecológico, ou objetividade (territorial) e subjetividade (sustentabilidade).

Lévesque (2010) argumenta que a junção dos enfoques do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade pode ser promissora para a produção de conhecimentos e mobilizadora de ações em longo prazo, e destaca ainda a ampla oportunidade de pesquisas empíricas aberta por este paradigma em construção.

A crise ambiental e o debate a respeito de desenvolvimento sustentável sugerem mudanças nos pilares da sociedade moderna, que falhou ao desconsiderar a relação de interdependência entre ser humano e natureza (FREY, 2001). A governança do “Sistema Terra” (VEIGA, 2014), tanto enquanto tema de pesquisa como tema para políticas públicas, deve refletir sobre as questões aqui apontadas, sendo a mudança de paradigma e a construção de uma estrutura institucional, que seja mais responsiva à evolução das circunstâncias socioambientais, que permita e estimule a participação da sociedade civil e se mantenha justa e legítima perante a sociedade global, o seu maior desafio.

¹⁶ Referente ao dilema da ação coletiva em grupos “latentes”, ver Olson (2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999 1999.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. Cap. p.51-70.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na busca do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997.

ANDION, C. **Tese de Doutorado - Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Viane de Educação Populare da AGRECO**. UFSC. Florianópolis. 2007.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: FGV. 1991.

DALY, H. E. TOWARD SOME OPERATIONAL PRINCIPLES OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 2, p. 1-6, 1990.

DALY, H. E. **A Steady-State Economy**. Sustainable Development Commission, UK. [S.l.]. 2008.

ENVIRONMENTAL HISTORY TIMELINE. 20th Century. **Environmental History Timeline**. Disponível em: <<http://66.147.244.135/~enviro4/>>. Acesso em: out 2016.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 9, 2001.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 6, p. 15-29, 2005.

GUZZATTI, T. C. O AGROTURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL; SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL CATARINENSE. **Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2003.

GUZZATTI, T. C.; TURES, V. A. O papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC) na construção de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento rural e na promoção da agricultura familiar. **V ENAPGS - Encontro Nacional de Pesquisadores de Gestão Social**, Florianópolis, maio 2011.

JACKSON, T. **Propoeridade sem Crescimento: Vida Boa em um Planeta Finito**. São Paulo: Abril, 2013.

KOVALSKI, R. A. Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise da evolução do pensamento humano em relação à consciência sobre o meio ambiente. **Humanidades**, Recife, v. 31, n. 1, p. 101-120, jan/jun 2016.

KRÜGER, E. L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 4, p. 37-43, jul/dez 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São paulo: Perspectiva, 1998.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, v. 2, 1998.

LANGENBERGER, D.; ANDION, C. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO DURÁVEL EM PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E EMERGENTES: UMA ANÁLISE COMPARADA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA ALEMANHA E NO BRASIL. **Alcance**, v. 11, n. 3, p. 377-401, set/dez 2004.

LATOUCHE, S. **Tratado do Decrescimento Sereno**. [S.l.]: Martins Fontes, 2012.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política&Sociedade**, v. 14, p. 107-144, abril 2009.

MEADOWS, D. H. et al. **The limits of growth**. The Club of Rome's Project. [S.l.]. 1972.

MONTIBELLER FILHO, G. ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da USP, 2011.

PEARCE, D. **Blueprint to the green economy**. ResearchGate. [S.l.]. 1989.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. IV, p. 135-153, dez 2006. ISSN 1677-2415.

PNUMA; IBAMA; UMA. INTEGRAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO: 1972-2002. In: PNUMA; IBAMA; UMA **Global Environment Outlook 3.- Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002**. [S.l.]: [s.n.], 2004.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vertica, 1986.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, set/dez 1995.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 43, Dezembro 2001. ISSN 0103-4014.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. Revisiting Development in the Twenty-First Century. **International Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 5-21, 2009.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. ano 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVA, M. **A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável**. Anais do I EBANGRAD. Salvador: [s.n.]. 1999.

THE ECONOMIST. Triple bottom line. **The Economist**, 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14301663>>. Acesso em: outubro 2016.

VALE, F. F. R. D.; SILVA, J. L. M. D. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL. **Google Academics**, 2009. Acesso em: janeiro 2012.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção)**. UFSC. Florianópolis. 2002.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VEIGA, J. E. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. São Paulo: 34, 2013.

VEIGA, J. E. D. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43)**, 2001. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: dezembro 2011.

VEIGA, J. E. D. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. D. **Cidades Imaginárias**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. D. O âmago da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, 2014.

VEIGA, J. E. D.; CECHIN, A. D. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 438-454, jul/set 2010.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis, dez 2006. 249-309.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo do desenvolvimento territorial sustentável. **Política&Sociedade**, v. 14, p. 27-75, 2009.

VIEIRA, P. F. DO DESENVOLVIMENTO LOCAL AO ECODESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Interthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 119-141, 2013.

Artigo recebido em 16 novembro de 2016 e aprovado em 30 de novembro de 2016.

SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO ARTESANAL DE VINHO NOS VALES DA UVA GOETHE - SANTA CATARINA

Vinicius Medeiros Réus¹⁷

Júlio César Zilli¹⁸

Adriana Carvalho Pinto Vieira¹⁹

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as práticas sustentáveis na produção de vinho nos Vales da Uva Goethe. Metodologicamente, caracterizou-se quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva, e quanto aos meios de investigação, como bibliográfica e um estudo de caso. Para a coleta dos dados foi realizada uma entrevista com os colaboradores da vinícola pertencente aos Vales da Uva Goethe, por meio de uma abordagem qualitativa. A vinícola em estudo é reconhecida na região e busca constantemente melhorar a qualidade da sua produção, principalmente após a conquista do registro da Indicação Geográfica, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, em 2012. A partir dos resultados da pesquisa foram identificadas algumas práticas sustentáveis como o reaproveitamento de outras partes da fruta, reutilização das garrafas e a economia de energia. Estas práticas são importantes e de grande valia não só para a empresa, bem como para toda a sociedade, de acordo com os princípios de práticas sustentáveis. Sugere-se que a vinícola esteja sempre inovando em suas práticas de produção e comercialização, afim de que, se torne cada vez mais competitiva em seu ramo de atuação, respeitando o meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Vales da Uva Goethe; Vitivinicultura.

SUSTAINABILITY IN ARTISANAL WINE PRODUCTION IN GOETHE GRAPE VALLEY - SANTA CATARINA

Abstract: This article aims to identify sustainable practices in the production of wine in the Valleys of Goethe Grape. Methodologically, it was characterized as to the purposes, as a descriptive research, and as the means of research, such as literature and a case study. For data

¹⁷ Graduado em Administração pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Email: vinicius@motoatacado.com.br

¹⁸ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e professor do MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais (UNESC). Email: zilli42@hotmail.com

¹⁹ Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Email: dricpvieira@gmail.com

collection an interview with the winery employees belonging to the Valleys of Goethe Grape was conducted through a qualitative approach. The winery study is recognized in the region and constantly seeks to improve the quality of its production, mainly after the Geographical Indication Registration achievement, awarded by the National Institute of Intellectual Property in 2012. The results of the research were identified some sustainable practices as the reuse of other fruit pieces, reuse the bottles and the energy savings. These practices are important and of great value not only for the company and for the whole society, according to the principles of sustainable practices. It is suggested that the wine is always innovating in their production and marketing practices, so that, to become increasingly competitive in its field of operation, respecting the environment.

Keywords: Sustainability; Valleys of Goethe Grape; Viticulture.

1 INTRODUÇÃO

Sob o ponto de vista de Vieira, Garcia e Bruch (2015), o intenso e rápido avanço científico-tecnológico, econômico e social vivenciado pela sociedade desde o século XVIII, iniciado com a Primeira Revolução Industrial, por um lado, alterou profundamente o estilo de vidas das pessoas, por outro, desencadeou um processo de degradação dos ecossistemas sem precedentes na história da humanidade. E que estes fatores provocaram uma série de alterações no sistema natural. É o grande desafio para as próximas gerações e pela sociedade como um todo a ser enfrentado.

Diante deste cenário, afirmam os autores que os tradicionais instrumentos de análise devem ser revisados, e seus potenciais impactos na dinâmica socioeconômica devem ser avaliados (VIEIRA; GARCIA; BRUCH, 2015).

E para direcionar as ações dos homens para diminuir o impacto da ação do homem, é necessário entender o papel da sustentabilidade, que é a capacidade que uma pessoa, um grupo de pessoas ou até mesmo uma empresa tem de ser inseridos em um determinado ambiente, sem que este seja impactado de alguma forma. Assim, pode-se entender como a capacidade de usar os recursos naturais e, de alguma forma, devolvê-los ao planeta por meio de práticas ou técnicas desenvolvidas para este fim, de acordo com o apontado por Afonso (2006). Desta forma, a sustentabilidade não pode ser obtida instantaneamente. É um processo

de mudança lento e que deve ser realizado por todas as partes interessadas para que funcione eficazmente.

Ainda o autor aponta que “a sustentabilidade implica na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro” (AFONSO, 2006, p.11)

Porém, após a Revolução Industrial o consumo dos recursos naturais aumentou vigorosamente, propiciado o aumento da produção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Este aumento foi desenfreado e sem pensar nas consequências, quais sejam, o aumento no nível de poluição e degradação ambiental acarretando um grande impacto ao meio ambiente. Os resíduos gerados no processo produtivo eram descartados de forma incorreta, causando grandes transtornos ambientais e para a sociedade local. Conseqüentemente, nos dias atuais, a sociedade já tem percebido os sinais de deficiências. Neste sentido, não somente as pessoas, mas as organizações tiveram a necessidade de ter maior consciência da importância de práticas sustentáveis.

Atualmente, as empresas são cobradas constantemente por práticas sustentáveis e, ser somente economicamente lucrativa, já não é mais suficiente. É preciso que a mesma seja também ecologicamente correta e que se preocupe com a sociedade na qual está inserida. Por este âmbito, torna-se importante a aplicação de práticas sustentáveis na produção de vinho nos Vales da Uva Goethe localizado na região de Urussanga e demais municípios – no Sul de Santa Catarina.

Os produtores de uva e vinho Goethe, a partir de 2005, se reuniram em associação, denominada de ProGoethe, dos quais tem por objetivo a melhoria contínua em todos os processos de produção para garantir a qualidade do vinho Goethe.

A vinícola estudada é reconhecida na região e busca constantemente melhorar a qualidade da sua produção conseqüentemente, do vinho que produz, principalmente após a conquista do registro da Indicação Geográfica, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, em 2012. Em conseqüência, a mesma está sempre disposta a praticar mudanças positivas.

Portanto, a aplicação de práticas sustentáveis na produção de vinhos é de suma importância, pois há o conhecimento de que muitos recursos são renováveis. Neste sentido, aqueles que são interessados na proteção do meio ambiente, devem desenvolver práticas para a sua preservação.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. A primeira é esta introdução. Posteriormente, foi desenvolvida a fundamentação teórica, abordando o tema da sustentabilidade (social, econômica, espacial, política, institucional e ambiental). Após, foi realizado um panorama geral sobre os Vales da Uva Goethe. A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos. Na quarta seção são apresentados os resultados e avaliação da pesquisa de campo. E por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção será apresentada a pesquisa bibliográfica, a fim de compor a fundamentação teórica, destacando principalmente os seguintes assuntos relacionados com o tema em estudo: sustentabilidade, sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial, sustentabilidade política, sustentabilidade institucional, sustentabilidade ambiental e um panorama sobre os Vales Uva Goethe.

2.1 Sustentabilidade

Conforme Savitz e Weber (2007, p. 3): “[...] sustentabilidade é gestão do negócio de maneira a promover o crescimento e gerar lucro, reconhecendo e facilitando a realização das aspirações econômicas e não econômicas das pessoas de quem a empresa depende, dentro e fora da organização”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que a sustentabilidade envolve os seguintes aspectos: conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais,

além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (GIORDANO, 2005). Contudo, Altieri (2008, p. 82) define a sustentabilidade de uma forma mais direta, afirmando que “[...] a atividade econômica deve suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções futuras”.

A dimensão social de sustentabilidade implica em não comprometer o meio ambiente e criar dificuldades para gerações futuras. Assim, a ideia de desenvolvimento sustentável carrega um grande conteúdo ambiental juntamente com um apelo à preservação e à recuperação dos ecossistemas e recursos naturais, de acordo com entendimento de Buainain (2006).

Apesar dos problemas ambientais existirem há muito tempo, somente recentemente que a análise econômica passou ter maior consciência sobre as implicações. No entanto, é importante caracterizar que estes problemas sociais não eram completamente ignorados pelas diversas escolas do pensamento econômico, isto é, comprovado quando se argumenta sobre a fisiocracia, do qual juntamente com os fatores de recursos econômicos colocava os recursos naturais em primeiro lugar (MIKHAILOVA, 2004).

De certa forma, a sustentabilidade somente ganhou corpo e expansão quando houve a percepção da crise ambiental global. Esta percepção percorreu um longo caminho até seu reconhecimento atual, período em que a preocupação se enraizou no ano de 1950, com a existência de um risco ambiental, a poluição nuclear (NASCIMENTO, 2011).

Mas foi apenas na década de 1970, que surgiram estudos avançados sobre a sustentabilidade, pois começaram a aparecer, principalmente, na linha econômica neoclássica. Estes estudos eram construídos através de duas ciências: a economia ambiental e a economia de recursos naturais. Portanto, estas duas ciências não conseguiam resolver muitos problemas ambientais devido as falhas decorrentes no processo (MIKHAILOVA, 2004).

Apona a literatura que a sustentabilidade possui variadas dimensões, entre elas: a dimensão social, econômica, ecológica, espacial, cultural, política e institucional. Contudo quando se trata de sustentabilidade em organizações consideram-se três dimensões de atuação, que são: a econômica, a social e a ambiental (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009). Estes conceitos são apresentados nos próximos itens.

2.1.1 Sustentabilidade social

A sustentabilidade social tem como pressuposto um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da sociedade. Estas ações visam diminuir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e garantir acesso aos serviços (educação e saúde principalmente) e possibilitar que as pessoas tenham acesso pleno à cidadania. Portanto, as degradações ocorridas no meio ambiente, a desigualdade social, o uso excessivo de recursos naturais por uma parte da população enquanto a outra cresce desmedidamente são fatores extremamente combatidos no âmbito da sustentabilidade social (SANTOS, 2013).

Sachs (2000) conceitua sustentabilidade social - a melhoria constante da qualidade de vida da população, igualdade na distribuição de renda e diminuição nas diferenças sociais, com participação e organização ativada população.

2.1.2 Sustentabilidade econômica

A sustentabilidade econômica são atitudes econômicas, financeiras e administrativas que tem como objetivo o crescimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações. Sua importância é gerar crescimento econômico, lucro, renda e criar empregos (LINS, 2012).

De modo geral, a sustentabilidade econômica deve manter o crescimento econômico sem destruir ou extinguir fontes ou o meio ambiente, ou seja, empresas e governos devem crescer economicamente mais sem causar danos ao meio ambiente (SANTOS, 2014).

A grande preocupação com a sustentabilidade econômica surgiu pelo seguinte motivo:

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população (MONTIBELLER FILHO, 2001, p.60).

Contudo, a sustentabilidade econômica cria diversas vantagens para a sociedade, pois elas exigem ações sustentáveis de empresas e governos, fazendo que eles se preocupem com ambiente e a sociedade, melhorando a qualidade de vida dos mesmos (LINS, 2012).

2.1.3 Sustentabilidade ecológica

A sustentabilidade ecológica é a preservação dos recursos naturais existentes no mundo, para uso pessoal e do próximo, hoje e no futuro. As ações de sustentabilidade ecológica garantem a curto médio e longo prazo um planeta em melhores condições para seu desenvolvimento (COSTA, 2013).

No entendimento de Sachs (2000), a sustentabilidade econômica tem como principal influência, a redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, tecnologias limpas e de maior eficiência e proteção ambiental. Tudo isso para minimizar os danos ambientais.

Alguns exemplos de ações sustentáveis econômicas são citados por Costa (2013): *i)* Exploração dos recursos vegetais de florestas de forma controlada, garantindo o replantio sempre que necessário; *ii)* Preservação total de áreas verdes; *iii)* Ações que visem o incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos; *iv)* Exploração dos recursos minerais (petróleo, carvão, minerais) de forma controlada, racionalizada e com planejamento; *v)* Uso de fontes de energia limpas e renováveis, eólica, geotérmica e hidráulica; e *vi)* Atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício.

Contudo, a sustentabilidade ecológica auxilia o ecossistema, pela redução do uso de recursos não renováveis, redução de emissão de resíduos, controle no consumo de recursos naturais, pesquisas de tecnologias para evitar poluição no meio rural e urbano entre outros. Isso acontece para que o ambiente esteja protegido (LEONARDI, 2012)

2.1.4 Sustentabilidade espacial

Sachs (2000) define a sustentabilidade espacial para como o equilíbrio entre o rural e o urbano, a desconcentração de pessoas das metrópoles, as práticas agrícolas não agressivas a saúde e ao meio ambiente. Ou seja, o equilíbrio das migrações das regiões rurais e urbanas com a adoção de práticas não agressivas a saúde e ao meio ambiente.

As práticas da sustentabilidade ecológica de acordo com Leonardi (2012) possuem ênfase nas questões, tais como: *i)* Concentração excessiva nas áreas metropolitanas; *ii)* Destruição de ecossistemas frágeis, mas vitalmente importantes, por processos de urbanização descontrolados; *iii)* Promoção de projetos de agricultura regenerativa e agro florestamento; *iv)* Ênfase no potencial para industrialização descentralizada, associada a tecnologias de nova geração; e *v)* Estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

2.1.5 Sustentabilidade institucional

Este tipo de sustentabilidade é definido por Labuschage, Brent e Van Erck (2004) como a criação de estratégias específicas que correspondam as necessidades da empresa e dos outros setores sociais envolvidos. De acordo com Elkington (2012), a sustentabilidade nos negócios assume como seus principais pilares, as pessoas, o planeta e o lucro. As pessoas assumem caráter social, o planeta ao ambiente e, o lucro a economia.

Desta forma, Barbieri e Cajazeira (2009, p.69-70), afirmam que uma organização sustentável “[...] busca alcançar seus objetivos atendendo simultaneamente os seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”.

Em qualquer organização privada o objetivo principal é obter retorno sobre o capital investido. Porém, com as mudanças no mundo, os fatores econômicos e estruturais começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, referente às questões do meio ambiente e questões sociais. Sendo assim, para que empresas possam contribuir para a sustentabilidade elas devem modificar seus processos produtivos, quando necessário, para que estes se tornem

ecologicamente sustentáveis. Isto acarreta na necessidade de construir produções que não causem impactos negativos ao meio ambiente ou então para recuperar estragos já feitos nele (CORAL, 2002).

Na visão de Elkington (2012), uma empresa que se preocupa em trabalhar com a sustentabilidade, além de estar contribuindo com a sociedade está beneficiando a si mesma.

Uma gestão empresarial que adere a sustentabilidade está baseando-se em três fatores importantes: o ambiental, o social e o econômico.

2.1.6 Sustentabilidade ambiental

No entendimento de Batista (2013), a sustentabilidade ambiental é a conservação geográfica do ambiente natural viável a manutenção das condições de vida para os seres humanos. Manter o ecossistema neste equilíbrio permite e garante a qualidade de vida ao homem, considerando a habilidade, a beleza do ambiente e sua função como fonte de energias renováveis.

Considera ainda o autor que as ações sustentáveis garantem um planeta em boas condições para o desenvolvimento de diversas formas de vida, inclusive a humana, garantindo a manutenção dos recursos naturais, florestas, matas, rios, lagos, oceanos necessários para a qualidade de vida das próximas gerações. De forma geral, sustentabilidade ambiental é uma característica que assume toda pessoa ou instituição que se importa com a continuidade da vida no planeta (BATISTA, 2013).

Portanto, sustentabilidade ambiental é a capacidade que o meio ambiente tem de prover condições de vida favoráveis às pessoas e aos demais seres vivos. É a garantia do desenvolvimento sustentável e, todos os outros meios de sustentabilidade devem trabalhar para que isso aconteça (PENSAMENTO VERDE, 2013).

Em vários momentos da história houve a preocupação com a questão da sustentabilidade. Na década de 1950 com a introdução do Ar Limpo (1956 e 1968) e, nos anos 1960, quando o ambientalismo se tornou "moda", com "hippies" e da publicação em massa da causa ambiental.

Na década de 1970 - "*The Limits to Growth*" Relatório da Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas e a Convenção de Berna sobre *Habitat Protection* (Conselho da Europa) - Convenção de Genebra sobre a Poluição Atmosférica.

Na década de 1980 - Estratégia Mundial de Conservação (IUCN), que é o Relatório Global 2000 (E.U.A.), Helsinki Protocolo sobre Qualidade do Ar (ONU) na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU) e o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio (ONU) - Nosso Futuro Comum (Comissão *Brundtland*, em nome da ONU) - neste documento foi introduzido pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável e tratava do comprometimento de que o desenvolvimento deve responder às necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras em satisfazer as suas (PENSAMENTO VERDE, 2013).

Na década de 1990 foi criado o Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (CE), *Rio Summit Agreements* (ONU) - Nossa Herança Comum (UK), criou-se a Agência Europeia do Ambiente estabelecida (UE) e foi realizada a Conferência de Kyoto sobre o Aquecimento Global.

Conforme o site Pensamento Verde (2013) após a criação da Agenda 21, foi realizada a cúpula do milênio no final da década de 1990, o qual a ONU definiu os objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. A sétima meta ODM refere-se à Sustentabilidade Ambiental, da qual propõe: *i)* Reverter a perda dos recursos naturais integrando os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; *ii)* Diminuir a perda da biodiversidade; *iii)* Oferecer, para pelo menos a metade da população mundial, até 2015, o acesso à água potável e saneamento básico, uma das maiores causas de doenças em países subdesenvolvidos; *iv)* Melhorar qualidade de vida, até 2020, de mais de 100 milhões de moradores de favelas.

2.2 Vales da Uva Goethe

A uva Goethe não foi o único tipo de uva plantada na região, pois outras espécies foram cultivadas, porém não houve uma boa adaptação. O cônsul Caruso MacDonald, que

levou aos produtores as mudas, para serem plantadas esta variedade americana, uma vez que eram mais resistentes aos problemas fitossanitários (PROGOETHE, 2015). Assim, o vinho Goethe está presente na região de Urussanga, Sul de Santa Catarina, desde 1880. Além da boa adaptação às condições da região, o produto da uva Goethe oferecido pelas vinícolas apresenta características diferenciadas e peculiares que os destaca de outros vinhos ali produzido (VELLOSO, 2008).

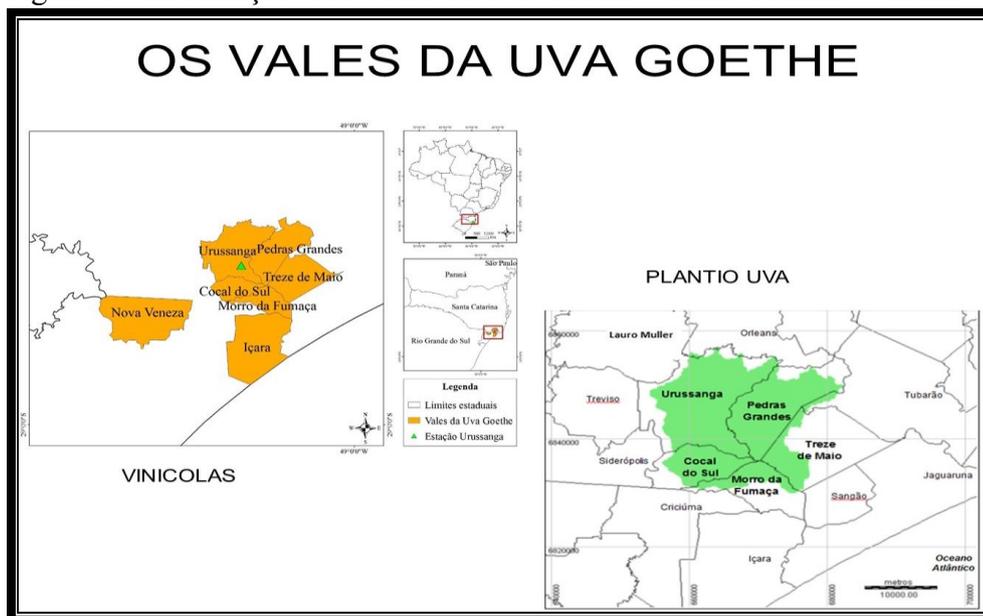
A fruta acabou se adaptando bem ao solo e as condições climáticas de Urussanga e região. A produção demandava de uma grande extensão territorial das cidades, pois ocupava até locais que hoje estão plenamente urbanizados, tais como a Praça Anita Garibaldi localizada na cidade de Urussanga – SC. Os vinhos eram produzidos por praticamente todas as famílias das colônias Azambuja e Urussanga para consumo próprio. Assim, o aroma das videiras floridas e mais tarde dos frutos maduros eram evidentes por toda a região (VALES DA UVA GOETHE, 2015).

Decorrente de todas estas características, a uva Goethe se tornou uma uva típica, apresentando características específicas que a diferenciam das demais variedades cultivadas na região. Além da uva Goethe clássica, hoje se cultiva também a uva chamada de Goethe Primo (VALES DA UVA GOETHE, 2015).

A ProGoethe é uma associação que reúne os produtores de uva e vinhos Goethe a fim de levar excelência a estes produtos. A associação foi fundada como auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os municípios participantes são: Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de Maio, Nova Veneza, Içara e Orleans (VALES DA UVA GOETHE, 2015).

A Figura 1 demonstra a localização das cidades pertencentes aos Vales da Uva Goethe e localização da área delimitada da IPVUG (onde são plantadas as uvas) diferenciando por suas vinícolas e plantio.

Figura 1 – Localização dos Vales da Uva Goethe - Santa Catarina – Brasil.



Fonte: Vieira, Garcia e Bruch (2013) com base em IBGE (2013a).

Antes da fundação dos Vales da Uva Goethe houve um período de cinco anos de pesquisas e especulações para garantir se o projeto daria certo. Este período se iniciou em 2000 e terminou em 2005 quando a associação foi fundada (VALES DA UVA GOETHE, 2015). Contudo, após a fundação se iniciou o processo de elaboração do dossiê para requerer junto ao Instituto de Propriedade Intelectual (INPI) a Certificação da Indicação de Procedência dos Vales da Uva e Vinho Goethe. O pedido da certificação foi protocolado no órgão no dia 10 de agosto de 2010, e seu registro foi concedido em fevereiro de 2012. A IPVUG é a primeira indicação geográfica de Santa Catarina (PROGOETHE, 2015).

As principais características para a concessão do registro de Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe foi a íntima relação dos vinhos Goethe com as condições específicas do clima e do solo, a área delimitada que corresponde a 458,9 km² de extensão, a identidade dos vinhos, já que eles são fortemente ligados com a imigração italiana e a qualidade dos mesmos (VELLOSO, 2008; VIEIRA; WATANABE; BRUCH, 2012; PROGOETHE, 2015).

A associação tem como missão “Promover e elevar a uva e o vinho Goethe da região de Urussanga ao status de um produto nobre - especial junto ao público consumidor”. E assume como seu principal objetivo: “Promover a união dos produtores da uva e do vinho

Goethe estabelecendo a imagem de um produto nobre e conhecido nacional e internacionalmente” (VALES DA UVA GOETHE, 2013). Na Figura 2 é apresentada a logomarca da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe (IPVUG), inserida nos selos aprovados pelo Conselho Regulador.

Figura 2 – Logomarca da Indicação de Procedência.



Fonte: Vales da Uva Goethe (2015).

Velloso (2008) aponta em seus estudos que a ProGoethe é uma associação que tem grande valia para a região, pois além de aquecer a economia auxilia os produtores e ganha mérito e reconhecimento pela produção de qualidade dos vinhos. Sua importância foi bastante caracterizada quando o Inglês de Souza publicou uma reportagem na revista vinho Magazine, afirmando que:

O Goethe de Urussanga [...] é um vinho branco, delicado, perfumado as frutas e flores, revelando traços de sua descendência da família dos Moscatéis. [...] Entre as variedades introduzidas, destacou-se a Goethe, que mostrou adaptação perfeita à região, de onde extraiu características e tipicidade. [...] Assim, Urussanga e seus típicos vinhos Goethe chegam na atualidade com um bom nível de qualidade, quer de produção artesanal, quer da industrial (VELLOSO, 2008, p. 80).

Os Vales da Uva Goethe possui reconhecimento e é um vinho muito característico na região, principalmente por suas origens deixando o vinho ainda mais típico criando relação entre a comunidade Ítalo-Brasileira (VALES DA UVA GOETHE, 2015).

Por meio do registro de Indicação Geográfica conquistado em 2012, fica garantida ao consumidor a qualidade e a tradição presente nos vinhos de uva Goethe. Para a obtenção deste registro foi necessário o planejamento de diversas atividades buscando a qualificação e a

padronização dos vinhedos, das uvas e do vinho Goethe. Os produtos com registro possuem fortes significados histórico-culturais e estreitas relações com o mundo rural (VALES DA UVA GOETHE, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos científicos e referem aos processos que devem ser definidos para que se possa atingir um objetivo. O método não pode ser comparado como um modelo a ser seguido em todas as instancias, pois para cada objetivo há um método específico e mais adequado. De forma geral, o método é um conjunto de procedimentos eficientes, e o resultado depende exclusivamente de seu usuário, sendo então um acesso para a conclusão de um objetivo (CERVO; BERVIAN, DA SILVA, 2007).

Conforme Barros e Lehfeld (2000, p.1) “A metodologia científica é a disciplina que confere os caminhos necessários para o auto aprendizado em que o aluno é sujeito do processo, aprendendo a pesquisar e sistematizar o conhecimento obtido”.

Uma pesquisa pode ser classificada quanto aos seus fins de investigação, sendo esta, classificada como descritiva, pois descreve a sustentabilidade nos processos produtivos de uma vinícola localizada na cidade de Urussanga - SC. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as ações de um determinado tema, ou ainda estabelecer relações entre diversas variáveis. Este tipo de pesquisa pode ser aplicado em diversas modalidades (GIL, 2002).

Já quanto aos meios de investigação é definida como uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica pode ser denominada como ponto de partida para a realização de uma pesquisa. A mesma é realizada com fontes de materiais já elaborados e de fontes confiáveis (MARTINS, 2004). Desta forma, a pesquisa bibliográfica tem como objetivo salientar os assuntos abordados neste respectivo trabalho, por meio de fontes com livros, artigos, revistas entre outros meios.

Neste contexto, esta pesquisa também é classificada como um estudo de caso, pois destaca os processos produtivos de uma vinícola Sul catarinense, descrevendo as práticas sustentáveis adotados pela mesma. Este fato é corroborado com o exposto por Yin (2005, p.20) sobre o estudo de caso:

Permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real- tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos.

Neste sentido, com relação à área de estudo, a pesquisa foi realizada em uma vinícola associada à ProGoethe. A vinícola foi fundada na década de 1970 e, surgiu para seguir a tradição da linha materna da família, preenchendo uma lacuna no ramo da vitivinicultura de Urussanga, sul de Santa Catarina, Brasil. Nesta época, a fúmicultura vinha se sobressaindo no meio rural e a estratégia dos irmãos, um engenheiro agrônomo e outro civil, era estimular a implantação da fruticultura na região, ideal cultivo para pequenas e médias propriedades.

A coleta de dados deve ser realizada com todo cuidado e atenção para que não haja erros. Para maior eficácia e a minimização dos erros da coleta de dados é importante que a mesma siga uma rotina previamente estabelecida de execução (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Os dados de uma pesquisa podem ser tanto de origem primária, quanto de origem secundária. A diferença entre os dois é que os dados primários representam dados que nunca foram coletados e serão coletados pelo próprio pesquisador para que o mesmo retire as informações necessárias para realizar sua pesquisa. Já os dados secundários são as informações já coletadas e interpretada por outros pesquisadores (MATTAR, 1996). Assim, os dados utilizados nesta pesquisa foram de fontes primárias, pois foram elaboradas pelos pesquisadores, de modo a mapear e compreender os processos produtivos, vinculados à sustentabilidade, na vinícola em estudo.

Contudo, a técnica de coleta de dados utilizada nesta pesquisa foi a qualitativa, uma vez que prevalece a visão e a interpretação do pesquisador os processos de forma clara e objetiva por meio da observação. Uma análise qualitativa acontece, quando há uma relação entre os dados coletados e suas divergências ou relação de causa e efeito, esta análise precisa

ser avaliada sobre os ângulos mais verossímeis possíveis, para buscar o entendimento de todas as complexidades descritas na pesquisa. É necessário que haja concordância para que estes aspectos sejam levados em consideração e consigam fazer com que o problema proposto na pesquisa tenha ligação sobre o que se foi explicado (VIANNA, 2001).

Contudo, para que o estudo se torne completo são necessárias mais informações. Neste sentido foi realizada uma entrevista com os colaboradores da vinícola em estudo, como instrumento de coleta de dados. A entrevista tem por objetivo auxiliar os autores a entender os processos sustentáveis na produção de vinho em uma vinícola pertencente aos Vales da Uva Goethe.

As entrevistas são realizadas para coletar dados não documentados sobre um determinado tema. Estas podem ser utilizadas em qualquer segmento ou população e é considerada uma ferramenta muito eficiente (PÂDUA, 2007). É importante destacar que para esta pesquisa houve a necessidade de uma entrevista em profundidade com o auxílio de um roteiro semiestruturado.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Destaca-se a seguir as práticas sustentáveis no processo produtivo da vinícola estudada, da qual está situada na região delimitada pela Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe, em Urussanga no sul de Santa Catarina. A partir serão especificados os processos existentes para a produção de vinho das uvas Goethe.

4.1 Parreiral

Todo processo de produção de uvas se inicia no cultivo dos parreirais. As mudas das Uvas Goethe foram trazidas por Josep Caruso McDonald para Azambuja e Pedras Grandes até que chegaram à cidade de Urussanga. No ano de 1950 os parreirais já dominavam as encostas de Urussanga e Azambuja. As mudas da Uva Goethe estão no Brasil desde o século XVIII (MAESTRELLI, 2011).

A Figura 3 demonstra os parreirais da vinícola estudada.

Figura 3 – Parreiral Uvas Goethe.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com o intuito de manter o parreiral e as uvas com qualidade (de acordo também com as regras impostas pelo Manual de Uso da IPVUG) - são cumpridas algumas atividades em determinadas épocas do ano, tais como: entre setembro e dezembro são aplicados fungicidas (para prevenção de doenças – exterminar fungos, botrite, podridão ácida, etc.) e inseticidas (para prevenção contra insetos – mariposas, formigas²⁰, lagartas, traças, etc.) nos parreirais. Além destes, nesse mesmo período é realizado a desfolha, que tem por objetivo eliminar as folhas verdes para permitir maior incidência do sol nos cachos de uva, para ajudar na maturação e na qualidade (evitando a proliferação de doenças). Já no mês de julho é realizado a poda dos parreirais. Em meados da segunda quinzena de janeiro é realizada a colheita na região de Urussanga e Pedras Grandes e, em específico, na vinícola estudada.

²⁰ A formiga é um dos principais insetos que infestam os parreirais, principalmente na fase inicial da formação dos cachos. Para controlar a ação das mesmas é plantado roseiras em cada ponta dos parreirais, se as formigas atacarem estas primeiras roseiras o agricultor deve tomar as devidas providencias e aplicar produtos que as impedem de estragar o plantio.

4.2 Poda

A poda especificamente é o corte dos galhos maiores do parreiral, geralmente no mês de julho. É realizada para manter a organização espacial da planta e maximizar o potencial produtivo qualitativa e quantitativamente. Esta fase é para aprimorar a qualidade da uva, uma vez que controla a produção.

4.3 Colheita

A colheita acontece geralmente no mês de janeiro, na região estudada. Geralmente é realizada por pessoas contratadas, ou seja, a vinícola terceiriza o serviço de colheita. Os cachos são cortados com tesouras e colocados em caixas plásticas. O trabalho deve ser feito com muito cuidado, pois as uvas Goethe são extremamente sensíveis e delicadas. Após a colheita as uvas são encaminhadas de trator para a esmagadora.

4.4 Esmagadora

A Figura 4 demonstra a máquina esmagadora utilizada na vinícola estudada

Figura 4 – Esmagadora.



Fonte: Dados da pesquisa.

Antes de iniciar o processo de esmagar, as caixas com as uvas são pesadas para o controle. O processo de esmagar a fruta inicia pela parte de trás da esmagadora. Neste momento é realizado o processamento e a retirada dos caules da fruta, que são expelidas pela lateral da máquina. Estes caules retirados são reaproveitados como adubo na propriedade. As uvas após o processamento são encaminhadas através de um encanamento para dentro da tina de Cerâmica, no andar superior da cantina.

4.5 Tina cerâmica superior

A tina cerâmica superior²¹, também é conhecida por Tina1, demonstrada na Figura 5. Na tina 1 acontece o armazenamento do suco juntamente com a casca da uva. Este líquido é denominado de mosto. Nesta etapa, o mosto fica armazenado por volta de quatro a cinco dias. Após este período, o suco é encaminhado para tina cerâmica inferior, enquanto a casca continua na tina de cerâmica superior.

Figura 5 – Tina de Cerâmica superior.



Fonte: Dados da pesquisa.

²¹ A tina é feita de cerâmica e uma foi construída com tijolos, rebocada com massa a base de cimento e revestida com resina epóxi atóxica. O revestimento mantém a inocuidade e os tijolos garantem abaixa troca térmica o que elimina a necessidade do uso de energia.

Realizada a separação do mosto e da casca da uva, uma parte da casca é encaminhada para comunidades próximas da vinícola para a realização da produção de vinagre colonial e o restante é utilizado como adubo.

4.6 Tina cerâmica inferior

A tina cerâmica inferior, também denominada como tina 2, demonstrada na Figura 10, tem como função realizar a fermentação do mosto. Nesta etapa para que aconteça a fermentação alcoólica, de forma eficiente e com qualidade é introduzida a levedura *Saccharomyces Cereviseae*, que são cepas selecionadas e importada da França ou da Itália. As tampas da tina de cerâmica inferior, assim como todas as outras duas tinas, são lacradas por cera de abelha, para realizar a vedação, uma vez que não pode entrar ar nesta etapa do processo. A cera de abelha é utilizada porque não tem odor, assim não impregna o vinho com outros aromas.

A limpeza da tina de cerâmica inferior acontece um mês antes do início da colheita. Ela é feita com o produto *Hidroزام* que é diluído na água. Após a limpeza esta água é descartada no terreno da vinícola. Após dois dias o mosto é retirado da tina inferior e transferido para caixas de fibra.

4.7 Caixas de fibra

Na caixa de fibra é medida a quantidade de açúcar do mosto. Assim que a medição é realizada, o mosto é encaminhado novamente para Tina cerâmica inferior através da bomba de trasfega. Na tina de cerâmica Inferior o mosto fica quatro a cinco dias para depois ser transferido por bomba para a tina de inox. É importante destacar que estas bombas são utilizadas para outras transferências do vinho também.

4.8 Tina de inox

Assim que a tina de Inox recebe o mosto, estes são transferidos para uma câmara fria, onde o líquido fica armazenado ali por aproximadamente 45 dias em uma temperatura de 3 graus negativos. A Figura 6 demonstra a tina de inox dentro da câmara fria.

Figura 6 – Tina de inox dentro da câmara fria.



Fonte: Dados da pesquisa.

As tinas de inox são levadas para câmara fria para minimizar a criação de tártaros, que é a cristalização do açúcar. A Figura 7 demonstra os cristais de tártaros da Uva Goethe.

Figura 7 – Cristais de Tártaros.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para separar os tártaros do mosto e realizar a filtração total o vinho é transferido para o filtro.

4.9 Filtro

Ao sair da câmara fria o vinho é filtrado. O filtro utiliza um produto natural - o terra diatomácea ou diatomita - que é misturado com celulose para se chegar ao resultado esperado. É processo um pouco lento pois é necessário que o produto saia muito limpo. Após a filtração o vinho é levado para uma tina de inox para ser engarrafado.

4.10 Engarrafamento

O vinho é transferido por mangueiras até a engarrafadora. Assim que chegam até a engarrafadora inicia o processo de engarrafamento dos vinhos. Conforme as garrafas vão sendo preenchidas são fechadas com rolhas em uma máquina.

As garrafas utilizadas para o engarrafamento podem ser tanto novas quanto reaproveitadas. As garrafas novas são lavadas em uma máquina aonde a água usada é de poço

artesiano. Já as garrafas reutilizadas são lavadas com água e soda para a esterilização. Após a lavagem toda a água utilizada é solta no solo da vinícola.

A rotulagem dos vinhos Goethe é realizada de forma manual, em uma sala setORIZADA para rotulagem, de acordo com a Figura 8.

Figura 8 – Processo de rotulagem.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a rotulagem os vinhos são colocados em caixas de papelão e a própria capa do adesivo do rotulo serve para preencher os espaços vazios do rotulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode verificar a partir do estudo é que com a evolução econômica, o homem sempre usou de forma abusiva os recursos naturais e, quando este recurso se esgotava em uma região, ele migrava para outra e lá explorava. A partir do momento que a natureza começou a dar sinais de falência e insuficiência, a sociedade passou a buscar alternativas para garantir a continuidade do crescimento econômico e a manutenção do equilíbrio ambiental, haja vista que esse equilíbrio é fundamental para a permanência da vida na terra.

A própria Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, que todos têm direito a um ambiente equilibrado e saudável, bem como uma boa qualidade de vida. É também dever de todos defender o meio ambiente protegendo-o e preservando-o para as gerações presentes e futuras.

A partir do momento que a sociedade assume que há a necessidade de práticas renováveis para a manutenção de um ambiente mais equilibrado e saudável, o presente estudo se refere às práticas sustentáveis na produção de vinho: um estudo nos Vales da Uva Goethe localizado em Santa Catarina, tendo em vista que são diversos os meios que podem ser utilizados para o reaproveitamento dos recursos deste segmento.

Neste sentido o objetivo geral proposto para o presente trabalho foi de identificar práticas sustentáveis na produção das vinícolas dos Vales da Uva Goethe, em Santa Catarina.

A partir dos dados alcançados a partir da pesquisa foi possível verificar as práticas sustentáveis existentes ou não na produção. Em relação aos resultados obtidos, pode-se perceber que a empresa faz uso de algumas práticas sustentáveis: o reaproveitamento dos caules das uvas para a produção de adubo; utilização das tinas de cerâmicas que mantêm a temperatura sem o uso de energia; reutilização das garrafas de vidros dos vinhos e a utilização da casca da uva para a produção de vinagre.

Com base nos resultados obtidos, pôde-se identificar que a empresa tem um bom desempenho com relação à utilização de práticas sustentáveis. Pôde-se observar também algumas ações implementadas na empresa buscam contribuir com o meio ambiente dentro dos conceitos do desenvolvimento sustentável e da produção mais limpa, cujo objetivo está em que a empresa alcance sua sustentabilidade.

Porém, entende-se que é importante que a mesma esteja sempre se modernizando e inovando em seu processo produtivo, para cada vez mais diminuir as agressões ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- AFONSO, C. M. **Sustentabilidade caminho ou utopia?** São Paulo: Annapume, 2006.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARROS, A. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BATISTA, G. **Sustentabilidade Ambiental – Desenvolvimento e proteção**. 2013. Disponível em: <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/artigos/sustentabilidade-ambiental-desenvolvimento-e-protecao/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.
- COSTA, J. **Sustentabilidade ecológica**. 2013. Disponível em:<<http://sustentavelecologia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2002.
- GIORDANO, S. R. Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C.; VAN ERCK, R.P.G. Assessing the Sustainability Performances of industries. **Journal of Cleaner Production**, v.13. 2004.
- LEONARDI, I. **Sustentabilidade Espacial**. 2012. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2012/09/15/geoquality-3/>> Acesso em: 18 ago. 2015.

LINS, C. **Sustentabilidade Econômica**: O que é, conceito, exemplos, importância, resumo, desafio, ações sustentáveis economicamente, vantagens, nas empresas e governos. 2012.

Disponível em:

http://www.suapesquisa.com/economia/sustentabilidade_economica.htm Acesso em: 19 ago. 2015.

MAESTRELLI, S. R. **Do parreiral à taça**: o vinho através da história. Urussanga: EPAGRI, 2011.

MARTINS, R.B. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba, PR: Juruá, 2004.

MARTINS, G. de A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista econômica e Desenvolvimento**, nº16. 2004. Disponível em: http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf . Acesso em: 13 ago. 2015.

MOTIBELLER FILHO, G. As teorias clássicas do desenvolvimento econômico examinadas sob a ótica ecológica. In: **O mito do desenvolvimento sustentável**. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2001

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade**: Do ambiental ao social, do social ao econômico. 2001 – Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

PÂDUA, E.M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico – prática. 13ed. São Paulo: Papirus. 2007.

PENSAMENTO VERDE. 2013. Disponível em:

<http://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/conceito-e-definicao-de-sustentabilidade-ambiental/>> Acesso em: 18 ago. 2015.

PROGOETHE. **Histórico**. 2015. Disponível

em:<<http://www.progoethe.com.br/igp.php?id=1>> Acesso em: 01 set. 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, F. **O que é sustentabilidade econômica?** 2014. Disponível em: <http://nuvendigital.com/blog/2013/01/09/o-que-e-sustentabilidade-economica/> Acesso em: 19 ago. 2015.

SANTOS, L. F. **Sustentabilidade Social: Porque ela é importante?** 2013. Disponível em: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-social/> Acesso em: 19 ago. 2015.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VALES DA UVA GOETHE. **Histórico ProGoethe.** 2015. Disponível em: <http://www.valesdauvagoethe.com.br/historico.php?id=2> Acesso dia: 13 ago. 2015.

VELLOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território: Um estudo de caso em Urussanga, SC.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2008.

VIANNA, I. O. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: EPU, 2001.

VIEIRA, A. C. P.; GARCIA, J. R.; BRUCH, K. L. Análise econômico-ecológica dos efeitos da mudança climática na região delimitada pela Indicação de Procedência 'Vales da Uva Goethe' em Santa Catarina – Brasil. In: **Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados.** Florianópolis, 2013.

VIEIRA, A.C.P.; GARCIA, J. R.; BRUCH, K. L. Efeitos das mudanças climáticas nos Vales da Uva Goethe sob a ótica da economia ecológica. **Ambiente e Sociedade (CAMPINAS)**, V. 18. 2015.

VIEIRA, A.C.P.; WATANABE, M.; BRUCH, K.L. Perspectivas de desenvolvimento da vitivinicultura em face do reconhecimento da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe. **Revista Geintec**, v.2, 2012, p.327-343. Disponível em: <http://revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/viewFile/49/125>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Artigo recebido em 23 de setembro de 2016 e aprovado em 04 de outubro de 2016.

**CONDICIONAMENTOS POLÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM
SANTA CATARINA: O CASO DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO DA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BRUSQUE NO
PERÍODO DE 2008 A 2015**

Thaise Vila Nova²²

Luciana Butzke²³

Resumo: Este artigo tem por *tema* o desenvolvimento regional e seus condicionantes políticos em Santa Catarina, com ênfase na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Brusque. A *pergunta central* foi: de que forma os condicionantes políticos se manifestam no planejamento e execução do orçamento regionalizado e se relacionam com o desenvolvimento desigual intra regional na SDR de Brusque? Assumiu-se a *hipótese* de que a definição das prioridades no orçamento regionalizado envolve critérios político-partidários que condicionam também a distribuição desigual dos recursos dentro da região de Brusque. O *objetivo principal* foi o de analisar os condicionantes políticos do desenvolvimento regional de Santa Catarina, com ênfase na região de Brusque. Entre os *objetivos específicos* destacaram-se: (i) identificar as prioridades elencadas nas audiências do orçamento regional e (ii) verificar as execuções orçamentárias das prioridades regionais; e (iii) acompanhar as prioridades aprovadas e a respectiva execução orçamentária relacionando-a com o critério político-partidário. Elegeu-se, entre os *métodos de procedimento*: revisão bibliográfica, levantamento de documentação e coleta de dados estatísticos. O universo da pesquisa foi composto pelos municípios que compõem de Brusque; entre as técnicas utilizadas estão a pesquisa bibliográfico-documental e a pesquisa quantitativa. Depois de tabulados e agrupados, os dados foram analisados à luz dos objetivos do projeto, revelando: (a) as prioridades regionais levantadas (aprovadas ou não) por município/s; (b) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado; e (c) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado em sua relação com os condicionantes político-partidários.

Palavras-chave: Contabilidade pública; Desenvolvimento Regional; SDR Brusque.

²² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: thaisevn@unifebe.edu.br.

²³ Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Professora do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE e da Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: butzkeluciana@gmail.com.

POLITICAL CONDITIONING OF REGIONAL DEVELOPMENT IN SANTA CATARINA: THE CASE OF THE REGIONALIZED BUDGET OF THE REGIONAL DEVELOPMENT SECRETARIAT OF BRUSQUE IN THE PERIOD FROM 2008 TO 2015

Abstract: This article aimed to regional development and its political conditions in Santa Catarina, with emphasis in the Secretary of Regional Development (SDR) of Brusque. The central question was: how the political influences are manifested in the regional planning and execution and relate to intra-regional uneven development in SDR of Brusque? The hypothesis was assumed that the definition of priorities in the regional goals involves political interests also influence the unequal distribution of resources within the Brusque region. The main objective was to analyze the political conditions of regional development of Santa Catarina, with an emphasis in Brusque region. The specific objectives included: (i) to identify the priorities listed in the regional audience; (ii) to verify the execution of regional priorities; and (iii) to follow the priorities approved and its execution relating it to the political criteria. If elected, among the methods of procedure: literature review, documentation of assessment and collection of statistical data. The research universe was composed of the municipalities that integrate Brusque region; between the techniques used are the bibliographical and documentary research and quantitative research. After tabulated and grouped, the data were analyzed in the light of the project objectives, showing: (a) the raised regional priorities (approved or not) by municipalities; (b) the relationship between planning and execution of regionalized goals; and (c) the relationship between planning and execution of regionalized goals in its relationship with the political influences.

Keywords: Public Accounting; Regional Development; SDR Brusque.

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de descentralização político-administrativa em Santa Catarina, pela via dos orçamentos regionalizados, data de 1997. Passados quase dezoito anos cabe indagar: O orçamento regionalizado está contribuindo para o desenvolvimento inter e intra regional em Santa Catarina? Como os condicionamentos políticos influenciam a distribuição de recursos entre e dentro das regiões?

Este artigo tem o propósito de responder a questões como essas, no contexto de um esforço vinculado ao *Curso de Ciências Contábeis*, cuja missão é “é formar contadores com visão gerencial e espírito empreendedor, com consciência ética e responsabilidade econômica, política e social” (UNIFEBE, 2015), e ao trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo *Observatório Social de Brusque*, que apontam para a preocupação com a ética e a construção da *cidadania fiscal*, que é “a capacidade de entendimento da importância social dos tributos e a necessidade do controle, por parte da sociedade, dos gastos públicos” (OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE, 2015).

Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções, contando com esta introdução. A segunda seção, *Orçamento regionalizado em Santa Catarina e o caso da SDR de Brusque*, traz informações sobre o surgimento do orçamento regionalizado, como funciona e traz os municípios que compõem a SDR de Brusque. A terceira seção, apresenta o referencial teórico que orienta este estudo e a quarta seção traz a discussão dos resultados e na quinta seção apresentamos as considerações finais.

2 ORÇAMENTO REGIONALIZADO EM SANTA CATARINA E O CASO DA SDR DE BRUSQUE

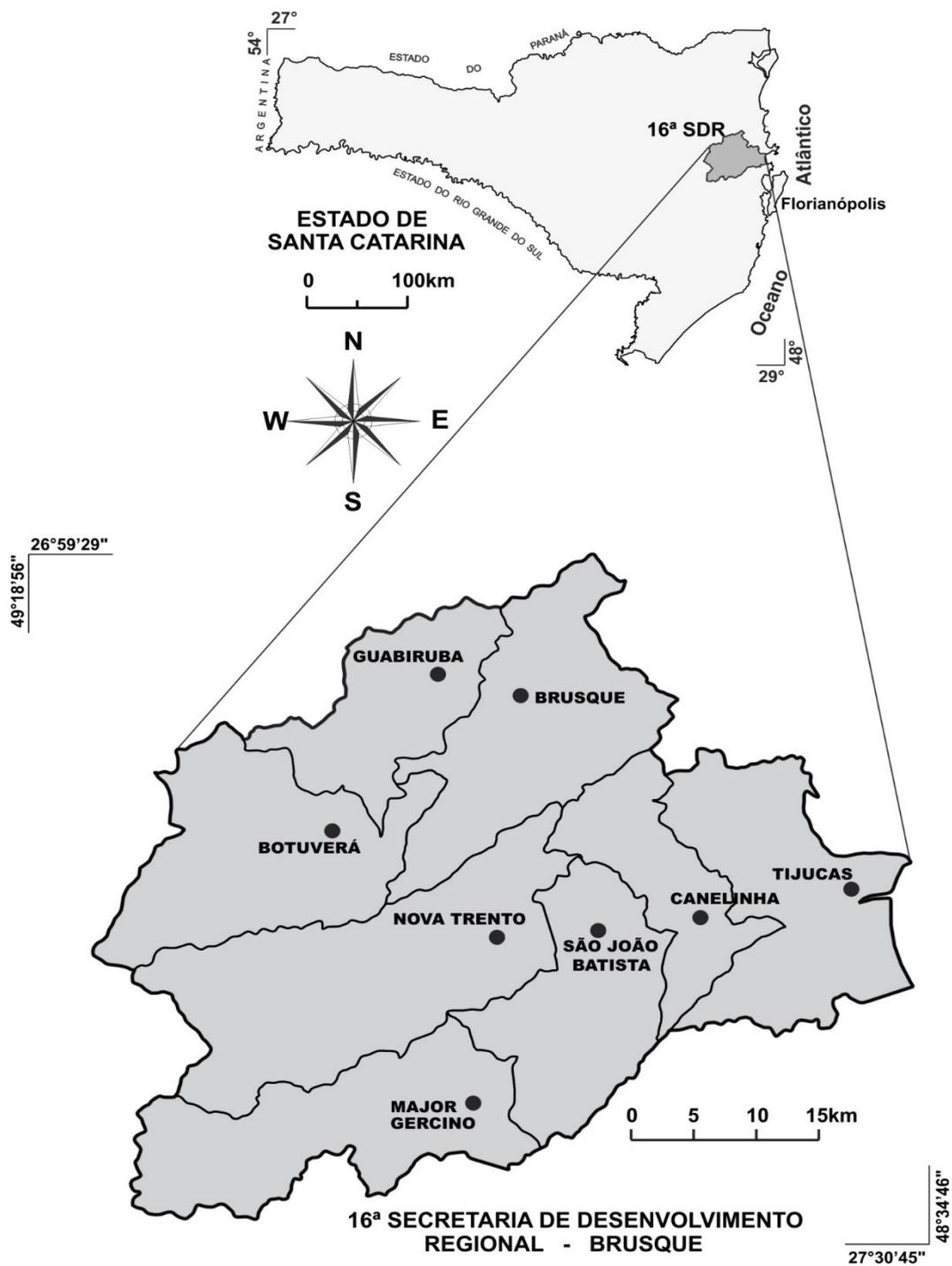
O Orçamento Regionalizado, adotado em 1997, e a criação das SDR, em 2003, passam a assumir, no discurso, a descentralização da administração pública estadual e a desconcentração dos recursos. A partir de 1996 foi estabelecida a realização de Audiências Públicas Regionais com o objetivo de “levantar as necessidades apontadas pela Sociedade Civil e o Poder Público, discuti-las, sistematizá-las e priorizar propostas de investimentos, visando sua inclusão nos Projetos de Lei do Plano Plurianual e do Orçamento Anual.” (SANTA CATARINA, 2009, p. 137). As Audiências Públicas Regionais, além de apontarem para um diálogo entre Sociedade Civil e Poder Público, também apontam para o diálogo entre Poder Executivo (por meio das SDR e seus respectivos CDR) e Poder Legislativo.

“A política de descentralização instituída pelo governo do Estado de Santa Catarina tem como principal mérito conseguir reunir num mesmo ambiente, representantes de várias cidades com interesses e necessidades supostamente comuns, em um ambiente formalmente instituído”. (FRANÇA, MANTOVANELI JUNIOR, REIS, 2013 p. 11)

Estudos sobre Santa Catarina demonstram que o orçamento regionalizado não rompe com a distribuição desigual dos recursos (LINDER, 2009; NEVES, 2009; THEIS; ZUMMACH, 2013). Se a distribuição desigual dos recursos continua, mesmo com a criação das SDR e com a atuação do Poder Legislativo, através das audiências públicas regionais, cabe indagar acerca da real efetividade dessa experiência.

Na análise da efetividade do orçamento regionalizado, no tocante a distribuição equilibrada dos recursos, o recorte assumido por este artigo foi o da região de Brusque. A SDR de Brusque é composta por oito municípios: Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, Tijucas e São João Batista (Figura 1).

Figura 1 – Municípios que compõem a SDR Brusque, Santa Catarina



Fonte: Concepção de Luciana Butzke. Elaborado por Ruy Lucas de Souza.

Considerando o recorte espacial da SDR de Brusque, tratamos os condicionantes políticos se manifestam no planejamento e execução do orçamento regionalizado e se relacionam com o desenvolvimento desigual intra regional, em seus níveis local e regional na SDR de Brusque.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica se situa na interface entre as ciências sociais aplicadas, mais precisamente a contabilidade pública, e a ciência política, somada a leituras da Filosofia (Ética/Cidadania).

Para que se entenda a natureza da atividade financeira do Estado é necessário levar em conta os interesses coletivos e não individuais. A natureza e as atribuições delegadas ao Estado pelos cidadãos varia conforme a cultura, com o lugar, o momento histórico e as formas de representação política. Para o custeio das necessidades públicas os cidadãos e empresas transferem parcelas de recursos para o Estado e o estado precisa aplicar estes recursos. Esta aplicação é materializada pela orçamentação, tema deste projeto.

Um dos critérios considerado justo na contabilidade pública é o vincular a capacidade contributiva à aplicação dos recursos. Todavia, este tipo de aplicação provocaria distorções e estas poderiam ser amenizadas por uma orçamentação que destine mais recursos para pessoas carentes e setores cujo desenvolvimento aumente o bem-estar do conjunto da população.

O ideal, todavia, é que a promoção da justiça fiscal, com a redução das desigualdades e a promoção e oportunidades, se desse desde a apropriação de recursos pelo Estado até sua destinação em benefício do conjunto da sociedade, ou de sua maioria e mesmo das minorias, quando desprovidas de condições mínimas (PISCITELLI, et al., 2012).

O controle legal na contabilidade pública é exercido externamente pelo Tribunal de Contas e internamente pelo poder Legislativo, Executivo e Judiciário. A fim de agrupar e analisar a avaliação interna e externa Giacomoni (2001) identifica três tipos de alcance da avaliação: (a) análise global dos gastos públicos na economia e nas mudanças sociais; (b) estudo dos resultados concretos obtidos com os gastos públicos; (c) avaliação da eficiência.

Neste projeto, como estamos tratando da distribuição desigual de recursos nos identificamos com o primeiro alcance.

Na ciência política o destaque recai sobre os estudos que enfatizam a descentralização. A partir da década de 1980 há uma visão negativa das formas centralizadas de gestão e um otimismo em relação à descentralização como condição para a realização do ideal democrático e eficiência das políticas públicas (ARRETCHE, 1996).

A relação entre referências recentes sobre contabilidade pública e a discussão da ciência política sobre descentralização pretende-se articular os materiais e dados coletados a uma perspectiva mais crítica em relação ao orçamento público e a atividade política.

4 RESULTADOS

Os dados coletados e descritos a seguir, revelam: (a) as prioridades regionais levantadas por município/s; (b) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado; e (c) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado em sua relação com os condicionantes político-partidários.

4.1 As prioridades regionais da SDR de Brusque

Abaixo um primeiro quadro que traz a listagem de prioridades elencadas na Audiência Pública de 2007, para o período de 2008 a 2011 para a SDR de Brusque. Dentre as doze prioridades elencadas, oito se relacionam com a melhoria das estradas que ligam os municípios da SDR de Brusque. Duas prioridades enfatizam a estrutura educacional: construção, ampliação e reformas de ensino básico e apoio Financeiro para os cursos profissionalizantes. Uma das prioridades traz o tema da saúde e outra segurança pública, com a construção de uma unidade prisional. Interessante notar que o município de Brusque está contemplado em todas as doze prioridades. Aparecendo também os municípios de Botuverá,

Guabiruba, Nova Trento, São João Batista. Os municípios de Canelinha, Major Gercino e Tijucas não apareceram nas prioridades.

Quadro 1 – Prioridades elencadas SDR BRUSQUE 2008/2011 - Audiência pública 2007

Nº	Prioridade	Município
1	Aux. Entid. Munic. E Priv. Sem fins lucrativos de assist saúde conv SUS	SDR Brusque
2	SCT 486 Terrap\Pavime\OAE\Supervisão trecho Botuverá - Vidal Ramos	Botuverá
3	Alargamento trecho Brusque - Itajaí - SC 486	Brusque
4	Capeamento Asfáltico\Supervisão trecho Brusque\Guabiruba\Blumenau	Brusque, Guabiruba
5	SCT 486 Reabilitação/Capeamento asfáltico/ supervisão trecho Brusque Dom Joaquim	Brusque
6	Terrap\Pavim\OAE\Supervisão trecho Brusque\ Vigolo Nova Trento\Caminhos da fé	Brusque, Nova Trento
7	Terrap\Pavim\OAE\Supervisão trecho Brusque\Camboriú\Vila Limeira	Brusque
8	Terrap\Pavim\OAE\Supervisão contorno e acesso santuário STA. Paulina SC 411/Nova Trento	Nova Trento
9	Melhoria dos pontos críticos e construção da terceira pista na rodovia SC 411 - Brusque São João Batista	Brusque, São João Batista
10	Construção de unidade prisional avançada - UPA na cidade de Brusque	Brusque
11	Construção, ampliação e reformas de ensino básico	SDR Brusque
12	Apoio Financeiro para os cursos profissionalizantes	SDR Brusque

Fonte: ALESC, 2015.

Nas prioridades elencadas na Audiência pública de 2011, para o período de 2012 a 2015 aparece novamente a preocupação com as estradas que ligam os municípios: oito das treze prioridades, nove contando com a construção de um posto da polícia rodoviária militar. Entra a preocupação com as cheias em duas prioridades: dragagem e desassoreamento de rios e a construção de barragem e estudos de viabilidade de controle de cheias. Estão também entre as prioridades melhorias no hospital de Tijucas e melhorias e expansão da rede de distribuição elétrica.

Nestas prioridades, novamente o município de Brusque aparece em cinco prioridades, Tijucas em três, Botuverá em duas, Guabiruba, São João Batista, Major Gercino e Nova Trento em uma cada um. O município de Canelinha não aparece nas prioridades deste período.

Quadro 2 – Prioridades elencadas SDR BRUSQUE 2012/2015 - Audiência pública 2011

Nº	Prioridades	Município
1	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	Brusque, São João Batista
2	Pavimentação asfáltica supervisão, trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau	Brusque, Guabiruba
3	Terrapl/pavim/OEA/supervisão, trecho Brusque / Camboriú / Vila Limeira	Brusque
4	Reabilitação/aumento capacidade SC-486, trecho BR-101 - Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	Brusque, Botuverá
5	Pavimentação da SC-486, trecho Botuverá - Vidal Ramos	Botuverá
6	Construção de posto de polícia rodoviária militar na SC-411- Tijucas a Nova Trento	Tijucas, Nova Trento
7	Reestruturação dos pontos críticos e revitalização do trecho da SC-411 entre Tijucas a Brusque	Tijucas, Brusque
8	Dragagem e desassoreamento de rios	SDR Brusque
9	Vocacionar em psiquiatria, traumatologia e obstetrícia hospitais do Vale do Tijucas	Tijucas
10	Melhorias e expansão da rede de distribuição de energia elétrica	SDR Brusque
11	Pavimentação asfáltica, trecho ligando o município de Major Gercino / Leoberto Leal	Major Gercino
12	Construção de barragem e estudos de viabilidade de controle de cheias	SDR Brusque
13	Reabilitação/aumento capacidade SC-486, trecho BR-101 - Brusque - BID VI	Brusque

Fonte: ALESC, 2015.

Nesta breve exposição sobre as prioridades regionais compreendendo o período de 2008 a 2015 constatamos que há uma centralidade do município de Brusque e o município de Canelinha não apareceu em nenhuma das prioridades. No que se refere ao conteúdo das

prioridades, de 25 prioridades, 17 delas tiveram como tema o acesso entre os municípios da SDR e dos municípios da SDR com outros municípios.

4.2 Execuções orçamentárias

Do levantamento das prioridades regionais para o período de 2008 e 2015 partimos para as execuções orçamentárias. A única prioridade executada até o momento é a Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS. Cabe investigar: o que seria esta subvenção financeira? Para quais Entidades Privadas sem Fins Lucrativos? De quais municípios da SDR de Brusque? Todas as demais prioridades regionais não foram contempladas, conforme dados presentes na Tabela 1.

Tabela 1 – Execuções orçamentárias da SDR de Brusque, 2008 a 2013

Prioridade	Ano	Descrição	Orçado (R\$)	Atualizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)	Saldo (R\$)
12	2008	Articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio - SDR Brusque	107.000,00	107.000,00		0,00	107.000,00
3	2008	SC 486 Reabilitação/Aumento Capac/Superv Tr BR 101 - Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	500.000,00	500.000,00		0,00	500.000,00
10	2008	Construção de Unidade Prisional Avançada - UPA na cidade de Brusque	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
2	2009	SC 486 Terrapl/Pavim/OAE/Supervisão Trecho Botuverá - Vidal Ramos	500.000,00	2.000,00		0,00	2.000,00
9	2009	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	26.000,00	26.000,00		0,00	26.000,00
1	2009	Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS	500.000,00	812.229,57	797.795,87	797.795,87	14.433,70
9	2010	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	40.000,00	40.000,00		0,00	40.000,00
4	2010	Capeamento asfáltico Supervisão Trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau - SDR Brusque	40.000,00	40.000,00		0,00	40.000,00
7	2010	Terraplenagem/Pavimentação/OAE/Supervisão Trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira	80.000,00	80.000,00		0,00	80.000,00
1	2011	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
2	2011	Capeamento asfáltico Supervisão Trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau - SDR Brusque	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
3	2011	Terraplenagem/Pavimentação/OAE/Supervisão Trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00

1	2012	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
2	2012	Pavimentação asfáltica, supervisão trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
4	2012	Reabilitação/aumento capacidade SC-486 trecho BR 101 Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
1	2013	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	300.000,00	300.000,00		0,00	300.000,00
2	2013	Pavimentação asfáltica, supervisão trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau	300.000,00	300.000,00		0,00	300.000,00
4	2013	Reabilitação/aumento capacidade SC-486 trecho BR 101 Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	6.000.000,00	6.000.000,00		0,00	6.000.000,00
9	2013	Vocacionar em psiquiatria, traumatologia e obstetrícia hospitais do Vale do Rio Tijucas	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
7	2013	Reestruturação dos pontos críticos e revitalização do trecho SC 411 entre Tijucas a Brusque	300.000,00	300.000,00		0,00	300.000,00
3	2013	Terraplenagem/Pavimentação/OAE/Supervisão Trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00

Fonte: ALESC, 2015.

Em síntese, o que levantamos é a existência de prioridades regionais que prioritariamente colocam a ligação entre os municípios como ponto importante. Nas prioridades, o município de Brusque, sede da SDR, ocupa uma posição central. Na execução orçamentária, apenas uma prioridade foi contemplada.

4.3 Condicionantes político-partidários

No período de 2008 a 2015 temos a passagem de três governos no Estado de Santa Catarina. No período de 2006 a 2010 o governador do Estado era Luiz Henrique da Silveira, do PMDB e sua coligação PMDB, PFL, PSDB, PPS, PRTB, PT do B, PAN e PHS. Das oito prefeituras da SDR de Brusque, quatro eram da oposição e quatro do partido do governador do Estado (Quadro 3).

De 2010 a 2014, o governador de Santa Catarina era João Raimundo Colombo, do DEM, Coligação *As Pessoas em Primeiro Lugar* (DEM, PMDB, PPS, PRB, PSC, PSDB, PSL, PTB, PTC). Neste período identificam-se três prefeitos em partidos de oposição e cinco prefeitos nos partidos da coligação (Quadro 3).

No intervalo de 2014 a 2015, o governador reeleito João Raimundo Colombo, agora pertencente ao PSD, tem em sua coligação *Santa Catarina em Primeiro Lugar* os seguintes partidos: PSD, PRB, PMDB, PR, PTB, PSC, PSDC, PROS, PV, PC do B, PDT e DEM. Neste período temos três governos de oposição e cinco governos municipais na coligação (Quadro 3).

Quadro 3 – Prefeitos eleitos por município e por partido político, Eleições de 2008 e 2012

MUNICÍPIO	ANO	PREFEITO	PARTIDO
Botuverá	2008	Zeno Francisco Sgrott	DEM
	2012	José Luiz Colombi	PMDB
Brusque	2008	Paulo Roberto Eccel	PT
	2012	Roberto Pedro Prudêncio Neto	PSD
Canelinha	2008	Antonio da Silva	PP
	2012	Antonio da Silva	PP
Guabiruba	2008	Orides Kormann	PMDB
	2012	Matias Kohler	PP
Major Gercino	2008	Zelásio Angelo Dell Agnolo	PMDB
	2012	João José David	PDT
Nova Trento	2008	Orivan Jarbas Orsi	PSDB
	2012	Gian Francesco Voltolini	PP
Tijucas	2008	Elmis Mannrich	PMDB
	2012	Valério Tomazi	PMDB
São João Batista	2008	Aderbal Manoel dos Santos	PP
	2012	Daniel Netto Cândido	PSD

Fonte: TSE, 2008 e 2012.

Considerando que a única prioridade atendida no período de 2008 a 2015 foi a *Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS*, feita em nome da SDR de Brusque (sem nomear municípios), tendo como repasse o valor de R\$ 797.795,87, não podemos afirmar que existe uma vinculação entre o repasse de recursos e critérios político-partidários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *objetivo principal* deste artigo foi o de analisar os condicionantes políticos do desenvolvimento regional de Santa Catarina, com ênfase na região de Brusque. Entre os *objetivos específicos* destacaram-se: (i) identificar as prioridades elencadas nas audiências do orçamento regional e (ii) verificar as execuções orçamentárias das prioridades regionais; e (iii) acompanhar as prioridades aprovadas e a respectiva execução orçamentária relacionando-a com o critério político-partidário.

Em relação ao primeiro objetivo, *identificar as prioridades elencadas nas audiências do orçamento regional*, no período de 2008 a 2011 constatamos a centralidade do município de Brusque, ele aparece nas 12 prioridades elencadas. De 2012 a 2015 o município de Brusque aparece em oito das 13 prioridades elencadas. O município de Canelinha não apareceu em nenhuma prioridade. Do total de 25 prioridades, 17 tiveram como tema o acesso entre os municípios da SDR de Brusque e dos municípios da SDR com outros municípios. Cabe questionar: Será que o acesso realmente é o maior problema regional da SDR de Brusque? De que forma o acesso adequado garante o desenvolvimento regional? O acesso serve a quem? As respostas a estas questões não estavam contempladas nos objetivos deste artigo, mas podem ser tema de outras pesquisas.

No *exame da execução orçamentária*, segundo objetivo, verificou-se que apenas uma das prioridades foi contemplada: a Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS. Esta prioridade tinha como destino a SDR de Brusque, sem a identificação dos municípios contemplados. Se das 25 prioridades eleitas para o período de 2008 a 2015 apenas uma foi contemplada, podemos questionar a própria efetividade do orçamento regionalizado.

O terceiro objetivo, tratou de verificar se existia alguma relação entre o *repasso de recursos e critérios político-partidários*. A partir do levantamento dos partidos pertencentes as coligações dos governos do estado neste período e dos prefeitos dos municípios que compõem a SDR de Brusque, não houveram evidências de que existem critérios político partidários no destino dos recursos.

Os principais resultados que chegamos dizem respeito a dois temas principais: (i) a concepção de desenvolvimento regional que leva os/as que participam das audiências públicas a elegerem como principal prioridade o acesso entre municípios, em detrimento de tantos outros temas/problemas que seriam mais importantes para pensar e colocar em prática o desenvolvimento da região de Brusque. Outro ponto importante, (ii) é a efetividade das audiências públicas e do orçamento regionalizado. Se poucas prioridades saem do papel, talvez o orçamento regionalizado seja um esforço grande demais se comparado aos resultados alcançados. Valeria um balanço da efetividade do orçamento regionalizado em Santa Catarina para verificar sua real importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESC. **Execução Orçamentária**. Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/orcamento-estadual/execucao-orcamentaria>. Acesso em agosto 2015.

ALESC. **Audiências públicas regionais**. Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/orcamento-estadual/audiencias-regionais>. Acesso em agosto 2015.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Rev. bras. Ci. Soc.** v.11 n.31 São Paulo jun. 1996. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm. Acesso em: 17 abr. 2015.

FRANÇA, Luciano Marcelo; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; REIS, C. Apontamentos sobre o Conselho de Desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau: Um olhar sobre o senso de territorialidade. In: **X ECOECO**, 2013, Vitória. X ECOECO. Disponível em:

http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/x_en/GT9-2200-1582-20130627170657.pdf. Acesso em: 27 ago. 2015.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LINDER, Mariana Canadas. A efetividade do planejamento recente em Santa Catarina: O caso da SDR de São Joaquim. **Anais do III Encontro de Economia Catarinense**, Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009. Disponível em:

www.apec.unesc.net/III%20EEC/sessoes_tematicas/.../Artigo%2016.doc. Acesso em: 17 abr. 2015.

NEVES, Luiz Alberto. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e os recursos públicos aplicados na região no período de 2004 a 2007. **Anais do III Encontro de Economia Catarinense**, Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009. Disponível em: www.apec.unesc.net/.../Secretaria%20de%20Desenvolvimento%20Regional. Acesso em: 17 abr. 2015.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE. **Quem Somos**. Disponível em: http://www.osbrusque.com.br/web/quem_somos.php. Acesso em: 17 abr. 2015.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio, et al. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
SANTA CATARINA. **Secretaria de Desenvolvimento Regional Brusque**. Disponível em: <http://www.sdrs.sc.gov.br/sdrbrusque>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Edição atualizada com 49 Emendas Constitucionais. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2009. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC_16_11_2009.pdf. Acesso em: 12 dez. 2010.

THEIS, Ivo M.; ZUMMACH, Franklin C. **Desenvolvimento Desigual em Santa Catarina: a experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional**. Florianópolis: NECAT-UFSC, 2013. Disponível em: necat.ufsc.br/files/2011/10/Ivo-2013.pdf. Acesso em: 17 abr. 2015.
TSE. **Eleições**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 25 jan. 2016.

UNIFEBE. **Curso Ciências Contábeis: Informações**. Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br/site/index.php/cursos/graduacao/ciencias-contabeis/19-ciencias-contabeis-informacoes>. Acesso em: 17 abr. 2015.

Artigo recebido em 21 de novembro de 2016 e aprovado em 30 de novembro de 2016.

VULNERABILIDADE SOCIAL E JUVENTUDE EM SANTA CATARINA

Ivo Marcos Theis²⁴

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva²⁵

Diego Boehlke Vargas²⁶

Resumo: O presente artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Educação e desenvolvimento desigual: a problemática da vulnerabilidade social entre os jovens de Santa Catarina”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. O objeto principal de investigação está na relação entre educação e desenvolvimento, com ênfase nos indicadores educacionais, especialmente aqueles levantados pelo INEP, além de outros diretamente relacionados à problemática da vulnerabilidade social que acomete os jovens catarinenses. Especificamente, procurou-se examinar a violência que acomete os jovens de Santa Catarina e sua vinculação com as desigualdades sócio-espaciais; compreender a relação entre a educação (evasão escolar) e a vulnerabilidade social (violência); verificar a influência da necessidade de inserção dos jovens em Santa Catarina no mercado de trabalho sobre a evasão escolar; analisar o fluxo escolar de alguns jovens em situação de vulnerabilidade social nas regiões de Santa Catarina mapeadas, jovens que serão selecionados por amostragem, a fim de estabelecer um estudo comparativo das possíveis relações entre educação e desenvolvimento. Quanto aos métodos de procedimentos utilizou-se a pesquisa bibliográfica documental com base no levantamento de bibliografias e de dados estatísticos sobre o objeto de investigação proposto. Também foi realizado o acompanhamento e a avaliação do fluxo escolar de alguns jovens catarinenses que vivem em situação de vulnerabilidade social. Uma das perspectivas adotadas aqui é que a educação trata-se direito fundamental inserido em normas do ordenamento jurídico nacional e internacional, as quais consistem em acesso à instrução educacional com vistas a estimular desenvolvimento enquanto cidadão apto a exercer seus direitos na sociedade. Contudo, a privatização do ensino público faz coexistir na educação a mesma lógica que existente no mercado. Isto é, aquelas desigualdades observadas nos setores produtivos habitam, agora, também, os ambientes de ensino. No Estado de Santa Catarina esta dinâmica não é diferente: a transformação do setor de ensino perpassa pela por sua desconexão da lógica capitalista de

²⁴ Doutor em geografia pela Universitat Tuebingen (Eberhard-Karls) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e líder do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – NPDR. E-mail: theis@furb.br

²⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – NPDR. E-mail: jamiledelagnelo@yahoo.com.br

²⁶ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional - NPDR. E-mail: vargasdb@gmail.com

produção. Alternativas ao atual modelo educacional precisam ser constantemente reinventadas. Uma delas talvez esteja na educação intercultural, a qual procura construir as identidades dos sujeitos e o reconhecimento das diferenças de forma crítica e solidária.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Educação; Juventude; Santa Catarina; Vulnerabilidade Social.

SOCIAL VULNERABILITY AND YOUTH IN SANTA CATARINA

Abstract: This article is a partial result of the research project "Education and development of inequality: a problem of social vulnerability among young people in Santa Catarina", linked to the Postgraduate Program in Regional Development of the Regional University of Blumenau. The main research object is in the relationship between education and development, with our educational indicators, especially those raised by INEP, in addition to others related to the problem of social vulnerability affecting young people from Santa Catarina. Specifically, we sought violence that affects the young people of Santa Catarina and its connection with socio-spatial inequalities; A relationship between education and social vulnerability; To verify the influence of the need of insertion of young people in Santa Catarina in the labor market on a school dropout; To analyze the school flow of some young people in situations of social vulnerability in the mapped regions of Santa Catarina, the young people selected by sampling, in order to establish a comparative study of the conditions between education and development. Regarding the treatment methods used in documentary bibliographic research based on the bibliographic survey and statistical data about the proposed research object. Follow-up and an evaluation of the flow of some young people from Santa Catarina who lived in situations of social vulnerability were also carried out. One of the perspectives adopted here is that an education is a fundamental right embedded in national and international legal norms, as if they consist of access to educational education in order to stimulate the development of a citizen capable of exercising his rights in society. However, a privatization of public education coexists in education with a common logic that does not exist in the market. That is, those inequalities observed in productive sectors now also inhabit educational environments. In the State of Santa Catarina it is no different: a transformation of the education sector is due to its disconnection from the capitalist logic of production. Alternatives to the current educational model need to be constantly reinvented. One of the ideas for intercultural education, a qualification to construct as subjects' identities and a recognition of differences in a critical and supportive way.

Keywords: Development; Education; Youth; Santa Catarina; Social Vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu em razão da preocupação com a vulnerabilidade social dos jovens catarinenses, bem como, para difundir alguns resultados obtidos no projeto de pesquisa “Educação e desenvolvimento desigual: a problemática da vulnerabilidade social entre os jovens de Santa Catarina” que contou com financiamento da CAPES e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. O objeto da pesquisa trata-se da investigação da relação existente entre educação e desenvolvimento, com foco nos indicadores da área da Educação, em especial os dados levantados pelo INEP, e outros indicadores que estão diretamente relacionados com a problemática da vulnerabilidade social.

Para tanto, se optou em realizar o projeto com os jovens do estado de Santa Catarina, com um recorte territorial que abarca as seis mesorregiões do Estado. Por sua vez, o recorte da população jovem foi realizado de acordo com a orientação da Secretaria Nacional da Juventude que define jovem como sendo a parcela da população que se encontra com idade entre 15 e 29 anos. O objetivo principal aqui é analisar a relação entre educação e desenvolvimento desigual em Santa Catarina à luz de indicadores que evidenciem a correlação entre educação e a vulnerabilidade social que acomete os jovens catarinenses.

Quanto aos métodos de procedimentos utilizou-se a pesquisa bibliográfica documental com base no levantamento de bibliografias e de dados estatísticos sobre o objeto de investigação proposto. Também foi realizado o acompanhamento e a avaliação do fluxo escolar de alguns jovens catarinenses que vivem em situação de vulnerabilidade social. Esperamos com este projeto ter um mapeamento em termos geográficos das situações nas quais está mais concentrada a vulnerabilidade social dos jovens de Santa Catarina em associação com sua respectiva condição escolar.

Este mapeamento se constitui como um importante subsídio para a formulação de propostas que atendam a necessidade e superem a condição destes jovens catarinenses acometidos pela vulnerabilidade social. Também contribui para a construção de um currículo

que se propõe a (re)pensar a escola para além de seus muros, compreendendo os jovens em seus contextos sociais.

2 A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Quando tratamos de desenvolvimento do território, não podemos deixar de analisar o papel da educação. A educação é um dos elementos fundamentais na contribuição do desenvolvimento de um território. Refletir o papel da educação é analisar o processo de escolarização na nossa sociedade contemporânea. Processo que contribui na reprodução e na legitimação das desigualdades sociais. Diante essa realidade, trazemos alguns apontamentos sobre a discussão da interculturalidade para repensar o desenvolvimento da nossa sociedade, em especial a educação.

O desenvolvimento da modernidade no Brasil e nos países latino-americanos se diferencia da experiência europeia. O desenvolvimento se configura num processo inacabado, produzido pelo desenvolvimento capitalista dependente e marcado pelos entraves da desigualdade social. Assim, é uma modernidade que apresenta realidades em que a industrialização tardia convive com realidades das estruturas tradicionais, como por exemplo, o avanço tecnológico convive com o desemprego, o trabalho escravo, a miséria entre outros (MARTINS, 1994).

Essa modernidade constitui a sociedade sob o prisma de uma desigualdade de possibilidades de escolhas, e a exclusão social não é relacionada meramente ao estado econômico de pobreza ou as condições materiais. Condiz também a “uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras.” (MARTINS, 2002, p. 21 apud MEINERZ; CAREGNATO, 2011, p. 44). Elucidando essa reflexão, pode-se considerar que “a sociedade que exclui é a mesma que integra, mas de forma precária, patológica. Essa situação está presente nos processos de escolarização que desenvolvemos.” (MEINERZ; CAREGNATO, 2011, p. 45).

A escola é uma instituição social, histórica e civilizatória, pois é uma invenção da sociedade humana. Assim sendo, a escola deve ser compreendida a partir das especificidades

de cada época e contexto social na medida em que se desenvolve como prática cultural e educadora. Isso remete a pensar, que a escola também é reinventada socialmente para atender a determinadas demandas da vida em sociedade. Atentar para a historicidade da escola significa perceber que os processos de escolarização atuais tendem a ser resposta às necessidades das sociedades contemporâneas moldadas pelo sistema capitalista. Nesse processo pode haver a necessidade de reinvenção na medida em que esses processos se aceleram e na medida em que os sujeitos sociais agem sobre eles.

A escola como uma instituição pública, gratuita e laica surge historicamente no contexto da modernidade europeia e um dos seus deveres é a transmissão e ensinamento dos fundamentos da ciência. Atualmente, no contexto brasileiro pode-se destacar que esse processo tem suas especificidades e acontece num contexto de desigualdade social e de diversidade cultural. Podemos questionar diante essa realidade, quais os impactos deste cenário de desigualdade social e diversidade cultural no processo de escolarização na escola? Qual seria o papel da escola?

Bourdieu discorre em algumas de suas obras algumas reflexões sobre a escola. Segundo esse autor, a escola e o trabalho pedagógico desenvolvido só podem ser compreendidos quando relacionados ao sistema de relações entre as classes. Nesse sentido, o conceito de escola é definido por uma instituição que está a serviço da reprodução, da legitimação e da dominação exercida pelas classes dominantes. Nesse sentido:

o sistema de disposições em relação à escola enquanto propensão a consentir investimentos de tempo, esforço e dinheiro, necessários para conservar ou aumentar o capital cultural, tende a duplicar os efeitos simbólicos e econômicos da distribuição desigual do capital cultural ao mesmo tempo que os dissimula e os legitima (BOURDIEU,1998, p. 310).

O raciocínio desenvolvido por Bourdieu (1998) para a escola se aproxima da noção de arbitrário cultural. Essa concepção apoiada numa visão antropológica define que nenhuma cultura pode ser definida como superior a outra. Os valores pertencentes nessa cultura orientam seus indivíduos e são arbitrários por não estarem fundamentados em uma razão objetiva e universal. Assim, esses valores vividos pelo grupo são considerados os únicos

possíveis, os únicos legítimos. A escola transmite uma cultura, um conhecimento que objetivamente não é superior a nenhum outra. O valor é arbitrário, pois não está fundamentado em nenhuma verdade objetiva e inquestionável, mas apesar de arbitrária a cultura escolar é reconhecida socialmente como legítima e válida. Bourdieu ressalta que:

Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor dizendo, exigida (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Essa conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima é compreendida na relação entre os vários arbitrários em disputa numa sociedade e as relações de força entre as classes sociais existentes. Tais valores que são arbitrários impostos como cultura legítima são sustentados pela classe dominante, ou seja a capacidade de legitimação de um arbitrário cultural corresponde à força da classe social que o sustenta. Portanto, para Bourdieu a cultura escolar socialmente legitimada é imposta como legítima pelas classes dominantes. Para Bourdieu (1998), a escola reconhecida como legítima e portadora de um discurso não arbitrário e socialmente neutra, passa a exercer suas funções de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais.

A comunicação pedagógica realizada nas escolas tradicionais exige um determinado domínio prévio de um conjunto de habilidades e referências culturais para o aproveitamento e rendimento escolar pelo aluno. No entanto, esse domínio varia de acordo com a distância entre o arbitrário cultural apresentado como cultura legítima pela escola e a cultura familiar de origem do aluno. Assim, a cultura escolar é a própria cultura reelaborada e sistematizada para os alunos de classes dominantes, já para os demais alunos é uma cultura estrangeira.

A escola cumpre a sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais ao paliar que sua cultura é a cultura das classes dominantes e igualmente mascara os efeitos ao sucesso escolar das classes dominantes. A reprodução é garantida no sentido de que os alunos assimilam a cultura escolar e alcançam o sucesso escolar por já dominarem os códigos necessários, que pertencem às classes dominantes. Os alunos já tem uma herança

cultural desde muito cedo. E a legitimação das desigualdades sociais ocorre no sentido de “negar” tal privilégio cultural oferecido aos alunos das classes dominantes. As dificuldades que os alunos apresentam na decodificação da cultura escolar são atribuídas meramente á uma questão de inferioridade intelectual inerente ou falta de vontade para tal fracasso escolar.

Para Bourdieu, a escola além de valorizar e cobrar o domínio de um conjunto de referências culturais e linguísticas, também valoriza um modo específico de se relacionar com o saber e a cultura. A desenvoltura do aluno tido como “brilhante” é reconhecida como algo natural pela escola interpretada como uma facilidade inata para as atividades intelectuais. Assim, a escola valoriza o modo dominante de lidar com a cultura, ou seja, a cultura dominante a utiliza tanto como critério de avaliação e hierarquização dos alunos, como ao mesmo tempo nega tal critério.

Nas suas reflexões, Bourdieu constata que existe uma correlação entre as desigualdades sociais e as escolares. Essa correlação não se explica pela casualidade e nem por diferenças objetivas, especificamente as econômicas de oportunidade de acesso e permanência à escola. E tampouco, a solução seria democratizar o acesso ao ensino por meio de mais escolas públicas e gratuitas. Porque ainda o que continuaria a existir é uma forte correlação entre as desigualdades sociais, desigualdades estas culturais e internas ao sistema de ensino.

A escola é uma instituição de ensino que não é neutra. A escola trata a todos de modo igual, submetendo os alunos às mesmas aulas, horário, regras e avaliação e que, aparentemente todos teriam as mesmas chances de sucesso escolar. Bourdieu nos mostra que essas chances são aparentes e que, na verdade são desiguais. A situação é que apenas alguns alunos estariam numa condição mais favorável do que outros para atender às exigências da escola.

Podemos dizer que a escola é um instrumento necessário para reforçar e manter o sistema capitalista. Mézaros (2008) destaca que a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu não só para fornecer conhecimento e pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão no sistema capitalista, mas, também para gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Neste contexto, seria possível

pensarmos em uma educação para além do capital e que efetivamente tenha uma condição positiva e favorável para o desenvolvimento social e territorial?

Mészáros (2008) coloca que é necessário pensar a sociedade através da superação da lógica desumanizadora do capital. O capitalismo tem seus fundamentos no individualismo, no lucro e na competição. Que educar é – citando Gramsci – colocar fim à separação entre Homo faber e o Homo sapiens; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. “Educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades” (MÉSZÁROS, 2008, p. 13).

O autor ainda ressalta que limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. E assim, é que se faz necessário o rompimento com a lógica do capital para podermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente para o desenvolvimento de nossa sociedade.

Deste modo, pensamos que uma das possibilidades para romper com esta lógica seria propiciar uma educação intercultural, em especial, no processo de escolarização. A Educação Intercultural propõe o desenvolvimento de estratégias que propiciem a construção das identidades dos sujeitos e o reconhecimento das diferenças ao mesmo tempo em que sustentem a relação crítica e solidária entre diferentes grupos. De acordo com Fleuri (2008), a educação intercultural, no contexto das lutas sociais contra os processos crescentes de exclusão social inerentes à globalização econômica, propõe o desenvolvimento de estratégias que promovam a construção de identidades particulares e o reconhecimento das diferenças, ao mesmo tempo em que sustentem a inter-relação crítica e solidária entre diferentes grupos.

A educação é movimento. Não existe uma única forma ou modelo de educação e a escola também não é o único lugar em que a educação acontece. A educação pode existir livre entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum um saber, uma crença, aquilo que é comunitário como um bem. Esses saberes geralmente atravessam os códigos sociais de conduta, as crenças, os valores, as regras do trabalho, as ideologias que

constituem determinado grupo. A educação do homem pode existir por toda a parte, é o resultado da ação e interação do meio sócio cultural em que ele vive, “é o exercício de viver e conviver.” (BRANDÃO, 1995, p. 47).

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia, ou seja, a teoria da educação. Aqui temos a criação de situações próprias para o seu exercício, de produção dos seus métodos, onde estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor. E é justamente neste cenário que podemos refletir a relação entre a interculturalidade e o processo de escolarização (BRANDÃO, 1995).

Fleuri (2008) ainda explica que o reconhecimento da diversidade cultural admite diferentes enfoques, sendo que os termos multi ou pluricultural indica uma situação em que grupos culturais diferentes coexistem um ao lado do outro sem necessariamente interagir. A concepção transcultural identifica estruturas semelhantes de relação social ou de interpretação em culturas diferentes, sem que elas interajam entre si. Já na concepção intercultural, “a relação intercultural indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação.” (FLEURI, 2008, p.51).

Neste contexto, a educação intercultural seria uma das possibilidades para repensar o papel da escola e como se desenvolve o processo de escolarização dos sujeitos. A educação intercultural não se resume à transmissão de conhecimento ou cultura, significa muito mais, significa interação entre os sujeitos, o que conseqüentemente propicia “uma relação de troca e de reciprocidade entre pessoas vivas, com rostos e nomes próprios, reconhecendo reciprocamente seus direitos e sua dignidade.” (FLEURI, 2008, p. 51).

A educação intercultural se configura como uma pedagogia do encontro até suas últimas conseqüências, visando a promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro/confronto de narrções diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito/acolhimento (FLEURI, 2008, p. 53).

Mas, eis aqui o grande desafio: é possível propiciar em nossos sistemas escolares uma educação intercultural? A educação intercultural necessariamente implicaria repensar os

modelos de nossas escolas o que conseqüentemente desencadearia uma série de mudanças no processo de escolarização. Mudanças que vão desde a concepção de conhecimento, de sujeito, adoção de outros métodos, técnicas e instrumentos didáticos-pedagógicos até a formação dos educadores. Pensar numa educação intercultural e numa proposta prática para sua viabilização no processo de escolarização, necessariamente passaria pela implantação destas mudanças, mudanças profundas na prática educativa, e em especial no modelo de escola que se tem nos dias atuais.

3 O PROJETO OBEDUC-FURB: UM CAMINHO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O Projeto Obeduc-Furb “Educação e desenvolvimento desigual: a problemática da vulnerabilidade social entre os jovens de Santa Catarina” trata-se de uma pesquisa, vinculada à linha de pesquisa Dinâmicas Socioeconômicas do Território, e inserido no Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional [NPDR] do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau [FURB]. Tem como objeto de investigação a relação existente entre educação e desenvolvimento, com foco nos indicadores da área da Educação, em especial os dados levantados pelo INEP e outros indicadores que estão diretamente relacionados com a problemática da vulnerabilidade social.

Para tanto, se optou em realizar o projeto com os jovens do Estado de Santa Catarina, com um recorte territorial nas seis mesorregiões do Estado. O recorte da população jovem foi realizado de acordo com a orientação da Secretaria Nacional da Juventude que define jovem como sendo a parcela da população que se encontra com idade entre 15 e 29 anos. Na figura abaixo, apresentamos o mapa de Santa Catarina e a sua divisão em mesorregiões.

Figura 1 – Mesorregiões do Estado de Santa Catarina



Como dito, o principal objetivo deste é analisar a relação entre educação e desenvolvimento desigual em Santa Catarina à luz de indicadores que evidenciam a correlação entre educação e a vulnerabilidade social que acomete os jovens catarinenses. Para lograr sua consecução, foram definidos também os seguintes objetivos específicos: examinar, a partir de indicadores específicos, especialmente os referente a Educação, a relação entre a violência que acomete os jovens em Santa Catarina e as desigualdades sócio-espaciais; compreender a relação entre a Educação (evasão escolar) e a vulnerabilidade social (violência); verificar a influência da necessidade de inserção dos jovens em Santa Catarina no mercado de trabalho sobre a evasão escolar; relacionar os dados apurados no projeto com os indicadores do INEP, IBGE entre outros, visando explicar a correlação entre desenvolvimento e educação; acompanhar e analisar o fluxo escolar de alguns jovens em situação de vulnerabilidade social nas regiões de Santa Catarina mapeadas, jovens que serão selecionados por amostragem, a fim de estabelecer um estudo comparativo das possíveis relações entre educação e desenvolvimento.

Na busca de alcançar os objetivos propostos a primeira ação prevista na execução do projeto foi o levantamento de bibliografia/fichamento sobre as temáticas abordadas no

projeto, dentre estas: vulnerabilidade social, juventude, desenvolvimento, e desigualdade e educação; levantamento dos dados estatísticos que se relacionam com a educação (base de dados do INEP), juventude e vulnerabilidade social. Para executar a primeira ação utilizou-se como principal fonte a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Na busca realizada, somente com a expressão vulnerabilidade social foram encontrados 884 documentos. Já na busca realizada com a palavra juventude encontramos 1297 documentos. Quando relacionamos as palavras juventude e vulnerabilidade social nos deparamos com 61 documentos.

Um bom tempo foi dedicado à realização de leitura sobre o material encontrado, sendo que esta leitura foi organizada em forma de fichamentos. Em seguida, nos reunimos semanalmente para a discussão da temática, utilizando como base principal os fichamentos realizados. Estes momentos nos propiciaram um acúmulo conceitual que nos permitiu avançar para a próxima etapa: definir os indicadores que iriam compor o conceito de juventude e vulnerabilidade social a ser utilizado neste projeto.

Em relação ao conceito de juventude, constatou-se que o mesmo é marcado pelo período de vida em que os sujeitos passam da infância à condição de adultos, no qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Essas mudanças variam de acordo com o meio em que estes sujeitos se encontram inseridos. De acordo com Rodriguez (2004, p. 24):

os focos de atenção tradicionalmente predominante nos estudos sobre juventudes na América Latina tiveram como eixo considerações demográficas, biológicas e psicológicas. Nas últimas duas décadas, no entanto, os enfoques sociológicos e políticos vêm sendo adotados de forma crescente, bem como outras contribuições provenientes de perspectivas culturais e antropológicas.

Considerando estes diferentes enfoques, podemos constatar que existem diferentes culturas juvenis, com características comuns que resultam da influência da cultura de massa. Neste projeto não negamos estes diferentes enfoques, mas concentraremos nosso olhar apenas sobre a questão demográfica, ou seja, definimos como população jovem aquela que

corresponde à parcela da população que se encontra com idade entre 15 e 29 anos. Esta definição parte da orientação da Secretaria Nacional da Juventude e da Lei 12.852 de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Em relação ao conceito de vulnerabilidade social, elegemos aquela compreensão que:

traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais (VIGNOLI, 2001).

Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles.

A partir dos principais conceitos definidos, passou-se a realizar reuniões de estudo para eleger os indicadores a serem utilizados visando mapear a realidade a que tais conceitos correspondem. Vale ressaltar que, neste momento, foram investigados e levados em consideração os sistemas de indicadores de vulnerabilidade social utilizados pelo Governo Federal:

- IDV (<http://201.48.15.25/idv>),
- Data Social (http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro.php?p_id=4),
- MAVS (http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/mapas_pobreza_mapa/cifam.php),
- TABCAD (http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php#tabela_link).

Após esta etapa, definimos que os indicadores utilizados seriam: população jovem de Santa Catarina; nível de escolaridade da população jovem; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Definidos os conceitos e eleitos os indicadores correspondentes a cada conceito, partimos para a etapa seguinte: levantamento dos dados estatísticos. Este levantamento teve como fonte principal o IBGE.

4 A EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO CATARINENSE

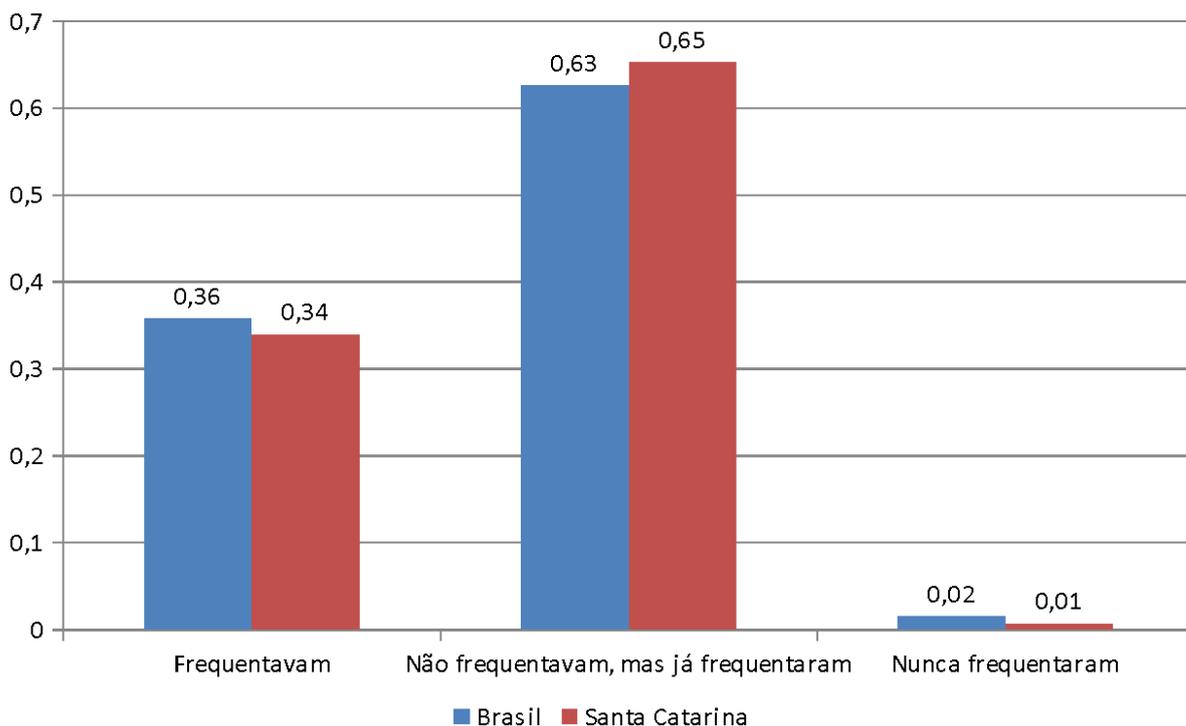
Neste subitem serão apresentados e analisados os dados estatísticos levantados e tabulados que revelam um panorama da educação entre os jovens do Estado de Santa Catarina. O recorte da população jovem foi realizado de acordo com a orientação da Secretaria Nacional da Juventude que define jovem como sendo a parcela da população que se encontra com idade entre 15 e 29 anos.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta os dados relativos à frequência à escola ou creche da população entre 15 e 29 anos no Brasil e em Santa Catarina no ano de 2010. Primeiramente, cabe observar que em Santa Catarina, proporcionalmente à população total, menos jovens frequentavam escola ou creche (34%) no período das entrevistas, quando compara-se aos dados para o Brasil (36%).

No entanto, o número de jovens que não estavam frequentando escola ou creche, mas já haviam frequentado em algum momento é, proporcionalmente, maior em Santa Catarina do que a média brasileira. Por outro lado, sobre aqueles jovens que nunca frequentaram escola ou creche até 2010, os dados mostram que no Brasil esta parcela refere-se a 1,58% da população total, enquanto, em Santa Catarina, apenas 0,75% da população catarinense nunca frequentou escola ou creche.

Cabe dizer, em números absolutos, são 12.546 jovens que habitam o território catarinense que nunca frequentaram escola ou creche até o ano de 2010.

Gráfico 1 – Frequência dos jovens à escola ou creche, Brasil e Santa Catarina, 2010



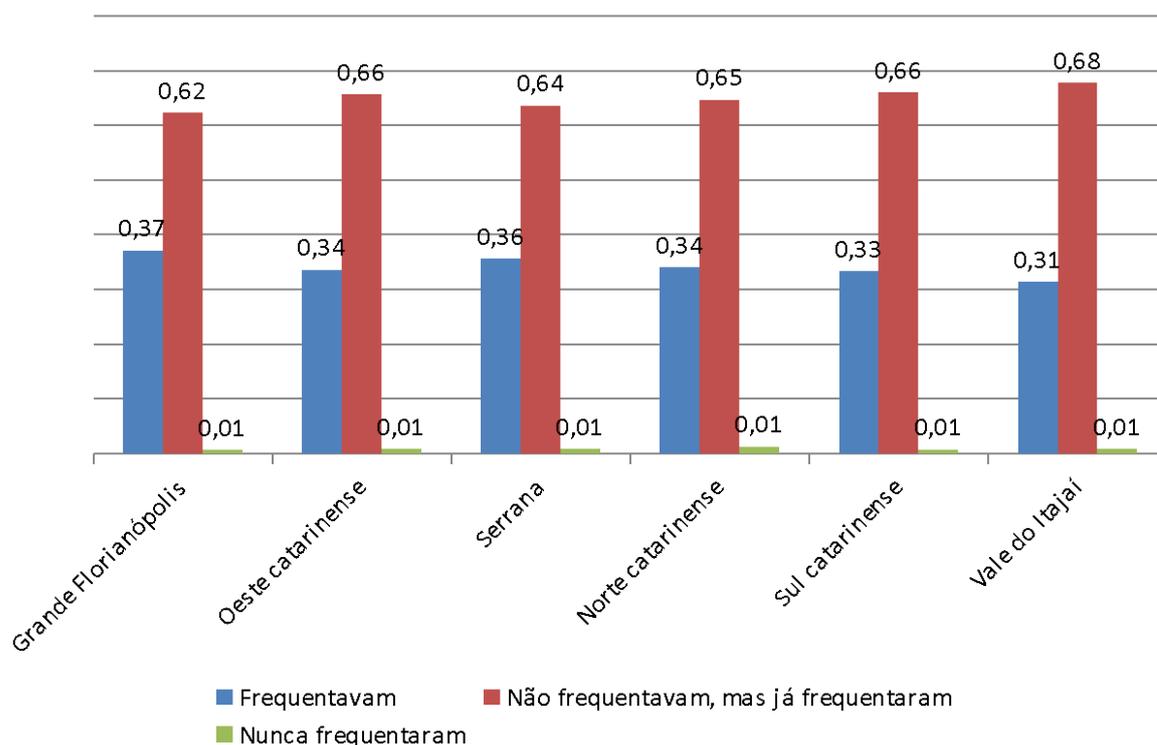
Fonte: IBGE (2010).

No Gráfico 2, a seguir, os dados sobre frequência à escola ou creche dos jovens foram regionalizados pelas mesorregiões catarinenses. Em termos gerais percebe-se que há certa regularidade na distribuição geográfica da frequência dos jovens ao ensino. Ou seja: os resultados são pouco díspares nas diferentes mesorregiões de Santa Catarina.

De toda forma, a mesorregião da Grande Florianópolis é aquela na qual existia maior proporção de jovens frequentando escola ou creche em 2010 (37%); Vale do Itajaí, aquela que existia menor proporção (31%). Quanto àqueles que não frequentavam escola ou creche em 2010, mas já frequentaram em outro período, os resultados se invertem: a maior proporção de jovens está na mesorregião do Vale do Itajaí (68%); a menor proporção, na Grande Florianópolis (62%).

Contudo, entre os jovens catarinenses que nunca frequentaram escola ou creche até o ano de 2010, a maior proporção, no interior de cada mesorregião, concentra-se ao Norte catarinense (1,24%), e, a menor proporção, na Grande Florianópolis (0,60).

Gráfico 2 – Frequência dos jovens à escola ou creche, por mesorregiões de Santa Catarina, 2010



Fonte: IBGE (2010).

A tabela 1, a seguir, apresenta os dados mencionados em termos absolutos. Aí, é possível perceber que a maior quantidade de jovens que nunca frequentou escola ou creche até 2010 está na mesorregião do Vale do Itajaí: 3.203! A mesorregião onde existem menos jovens que nunca frequentaram escola ou creche é a Serrana (1.277 jovens).

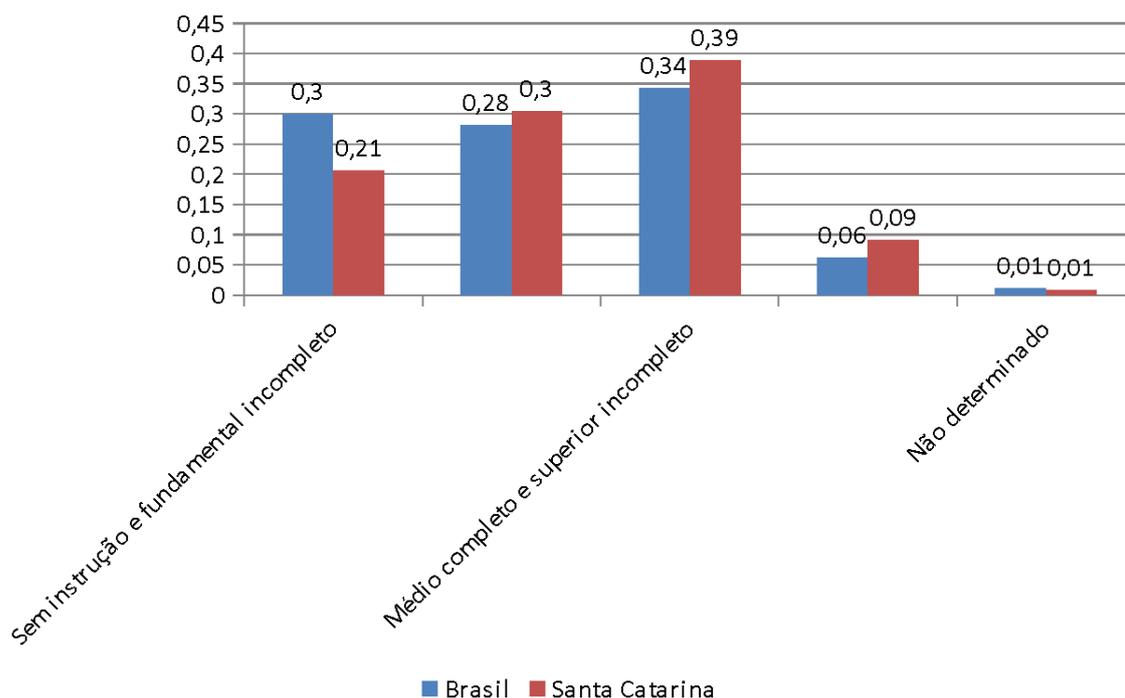
Tabela 1 – Frequência dos jovens à escola ou creche, por mesorregiões de Santa Catarina, 2010

Mesorregiões	Frequentavam	Não frequentavam, mas já frequentaram	Nunca frequentaram	Total
Grande Florianópolis	102.501	172.043	1.665	276.209
Norte catarinense	110.180	215.213	2.449	327.842
Oeste catarinense	111.564	199.601	2.293	313.458
Serrana	35.089	66.658	1.277	103.024
Sul catarinense	82.073	162.878	1.659	246.610
Vale do Itajaí	128.912	278.473	3.203	410.588

Fonte: IBGE (2010).

Um segundo grupo de dados refere-se ao nível de instrução dos jovens, isto é, o período escolar que estudavam as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. O Gráfico 3, a seguir, apresenta estes dados tanto para o território brasileiro como para o Estado de Santa Catarina, no ano de 2010.

Gráfico 3 – Nível de instrução dos jovens, Brasil e Santa Catarina, 2010



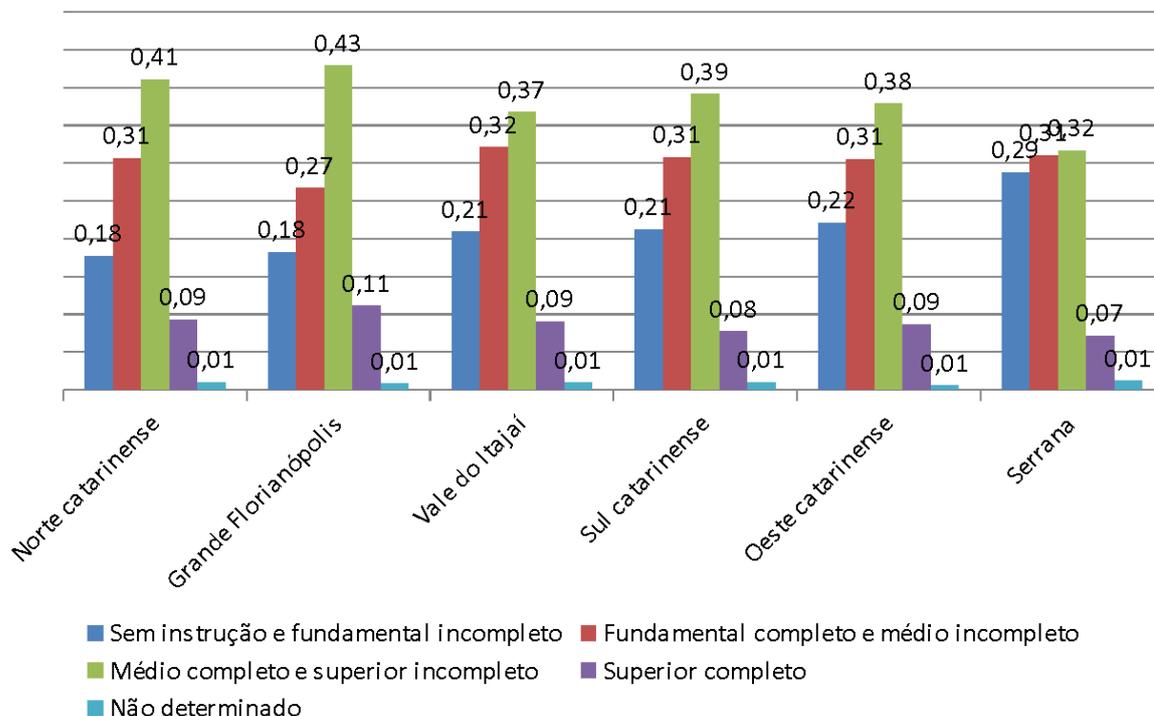
Fonte: IBGE (2010).

Quando comparados, os dados revelam que Santa Catarina possui resultados acima da média nacional no âmbito do nível de instrução. Enquanto, no Brasil, 30% dos jovens possuem, no máximo, o curso fundamental incompleto, em Santa Catarina, são 20% da população total do Estado – ainda que o percentual seja bastante expressivo. Com relação aos jovens que possuem ensino fundamental completo, mas, médio incompleto, em Santa Catarina, a proporção é maior (30%) do que aquela verificada no Brasil (28%). O mesmo ocorre para os jovens com ensino médio completo, mas, superior incompleto (39% em Santa Catarina e 34% no Brasil), e para os jovens com ensino superior completo (9% em Santa Catarina e 6% no Brasil).

Contudo, os resultados não deixam de ser preocupantes: em termos absolutos, somente no Estado de Santa Catarina, foram, em 2010, 346.233 jovens (com idade para estarem iniciando o ensino médio) que não haviam concluído o ensino fundamental.

Os dados do Gráfico 4, a seguir, trazem informações relativas ao nível de instrução dos jovens, distribuídos pelas seis mesorregiões de Santa Catarina no ano de 2010. Desta forma, a desigualdade regional da educação em Santa Catarina fica mais evidente.

Gráfico 4 – Nível de instrução dos jovens, por mesorregiões de Santa Catarina, 2010



Fonte: IBGE (2010).

A mesorregião Norte catarinense é aquela que possui menor proporção de jovens sem instrução e ensino fundamental incompleto (18%; 58.204 pessoas), enquanto a mesorregião Serrana é que possui maior proporção (29%; 29.671 pessoas). Entretanto, é na mesorregião do Vale do Itajaí que se concentram maior número absoluto de jovens nesta condição de instrução: 86.036 pessoas!

Quanto aos jovens que possuem ensino fundamental completo, mas, ensino médio incompleto, a distribuição é menos desigual, sendo próximo a 30% da população total em cada mesorregião do Estado.

Por outro lado, os resultados sobre a proporção de jovens com ensino médio completo, mas, superior incompleto, mostram que na Grande Florianópolis o percentual é o maior (43%; 118.638 pessoas), e, na mesorregião Serrana é o menor (32%; 32.628 – menor, também, em termos absolutos). Em termos absolutos, a mesorregião que mais possui jovens com este nível de instrução é a Oeste catarinense, com 118.883 pessoas.

Sobre os jovens que possuíam, em 2010, ensino superior completo, aí a maior proporção estava na mesorregião da Grande Florianópolis (11%; 30.866 pessoas) – embora no Vale do Itajaí seja a mesorregião com maior número neste nível de instrução: 37.407 pessoas. A mesorregião com menor proporção é a Serrana, com 7% da população total ou 7.414 pessoas – dado que a coloca com o menor número absoluto de jovens nesta condição de instrução com relação às outras mesorregiões do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo investigar a relação entre educação e as desigualdades sociais e, mais especificamente, analisar alguns dados estatísticos que revelem um panorama da educação pelo território catarinense.

A educação é um direito fundamental que está inserido em normas do ordenamento jurídico nacional e internacional, as quais consistem em acesso à instrução educacional com vistas a estimular desenvolvimento enquanto cidadão, portanto, pessoal, apto a exercer seus direitos na sociedade. Contudo, a privatização do ensino público faz coexistir uma lógica de mercado na educação: aquelas desigualdades observadas nos setores produtivos habitam, agora, também, os ambientes de ensino.

Por meio desta perspectiva, a transformação do setor de ensino perpassa pela por sua desconexão da lógica capitalista de produção. Isto é, alternativas ao atual modelo educacional precisam ser constantemente inventadas. Uma delas talvez esteja na educação intercultural, a qual procura construir as identidades dos sujeitos e o reconhecimento das diferenças de forma crítica e solidária.

Um breve panorama da educação no território do Estado de Santa Catarina revela, primeiramente, que, percentualmente, existiam menos jovens (15 a 29 anos) frequentando escolas do que a média brasileira em 2010. Além disso, outro resultado espanta: 12.546 jovens catarinenses, alguns em idade para terem finalizado o ensino médio, nunca haviam frequentado escola em 2010! Somente na mesorregião do Vale do Itajaí são 3.203 jovens.

Quanto ao nível de instrução dos jovens, os resultados também trazem surpresas preocupantes: 346.203 jovens (com idade, no mínimo, para estarem iniciando o ensino médio) não haviam concluído o ensino fundamental (além daqueles que possivelmente nem entraram na escola), até o ano de 2010.

O desafio está, portanto, em propiciar as alternativas educacionais, tais como as mudanças no processo de escolarização a partir de uma educação intercultural. Educar para um outro mundo possível é fazer da educação, tanto a formal como a não-formal, um espaço de formação crítica e não apenas um espaço de formação exclusiva para o mercado de trabalho. Educação não pode ser um caminho para a produção e reprodução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas Brasília : UNESCO, BID, 2002.

AKKARI, Abdejalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul., 2002.

GARCIA, E. O direito à educação e suas perspectivas de efetividade. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 383, p. 83-112, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=4&i=P>. Acesso em: 28 mar. 2014.

LINHARES, M. T. M. O direito à educação como direito humano fundamental. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, mai., 2007, p. 149-161, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEINERZ, Carla Beatriz; CAREGNATO, Celia Elizabete. Educação e processos de escolarização no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 49, p. 43-62, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em 04 mai. 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas. 2000. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Acesso em: 10 mar. 2014.

RODRIGUEZ, E. (coord). **Relatório de Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. 2003.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: um marco de referência conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

Artigo recebido em 02 de dezembro de 2016 e aprovado em 05 de dezembro de 2016.

UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Talita de Souza Mota²⁷

Marco Antonio Jorge²⁸

Christiane Senhorinha Soares Campos²⁹

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a interrelação entre o trabalho infantil e seus determinantes no estado de Santa Catarina. Adotou-se a hipótese de que crianças e adolescente são conduzidas ao trabalho infantil devido à condição de pobreza de suas famílias, bem como pela estrutura familiar presente em seus domicílios onde predomina a baixa escolaridade dos responsáveis e nos quais vem crescendo a chefia feminina. Para tanto, o estudo foi dividido em três seções, além da introdução. Na primeira delas apresentam-se as definições de trabalho infantil e o referencial teórico relacionado ao debate atual acerca do trabalho infantil, seus principais determinantes e a influência que cada um exerce sobre o trabalho precoce. A segunda seção descreve a estratégia empírica, na qual explica-se a construção do modelo, realiza-se uma breve análise descritiva da variável dependente, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, analisam-se os resultados obtidos. A análise empírica foi realizada com o emprego da análise de componentes principais e, posteriormente, do modelo de regressão linear múltipla. Por fim, a última seção elenca as considerações finais, dentre as quais a de que, no geral, os resultados refutam parte das hipóteses adotadas no presente trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Análise Multivariada de Dados; Santa Catarina.

AN ANALYSIS OF DETERMINANTS OF CHILD LABOR IN THE STATE OF SANTA CATARINA

Abstract: The study aims to analyze the interrelationship between child labor and its determinants in the state of Santa Catarina. For this, they were taken as hypothesis that children and adolescents are conducted child labor because their families are inserted into the

²⁷ Graduada em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Email: talitam23@hotmail.com

²⁸ Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP e Professor do Departamento de Economia – UFS. Email: mjorge@ufs.br

²⁹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Professora do Departamento de Economia – UFS. Email: chris_senhorinha@hotmail.com

condition of poverty and are also influenced by their family structure in their homes, that are mostly low schooling responsible and which has increased the female head. For this proposal, this study was divided into three sections, besides the introduction. At its first part it shows the definition of child labor and its theoretical framework related to the current debate about child labor as well as its main determinants and the influence that each one has on children to work early. The second section describes the empirical strategy, where it is explained the construction of the model, it performs a brief descriptive analysis of the dependent variable, it explain the methodological procedures, and, lastly, the results obtained are analyzed. The empirical analysis was performed using principal component analysis and subsequently the multiple linear regression model. Finally, the last section lists the final considerations, among which that, overall, the results refute the hypothesis adopted in this work.

Keywords: Child Labor; Multivariate Data Analysis; Santa Catarina (Brazil).

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil não é um fenômeno recente e, apesar da tendência de declínio nas últimas décadas, tal fenômeno ainda configura-se como um problema social de grande relevância no Brasil e no mundo.

Por definição, o trabalho infantil compreende toda e qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida por lei. Dentre os determinantes para a ocorrência do trabalho infantil destacam-se a pobreza, a baixa escolaridade e a estrutura familiar na qual essas crianças e adolescentes estão inseridos. Em geral, esse tipo de atividade tem como finalidade prover o sustento próprio ou de complementar o rendimento familiar.

A partir da Constituição de 1988 o Brasil passou a constituir uma ampla rede de proteção contra o trabalho de crianças e adolescentes, mas, apesar dos avanços nas últimas décadas, o Brasil ainda possui uma grande quantidade de crianças e adolescentes inseridas no trabalho infanto-juvenil ilegal e penoso.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e com referência ao ano de 2013, havia no Brasil, 3.188.000 crianças e adolescentes ocupados na semana de referência da pesquisa, sendo que deste total 61 mil crianças estavam incluídas na faixa etária de 5 a 9

anos, 779 mil no grupo de idade de 10 a 14 anos, e as demais 2.348 mil apresentavam de 15 a 17 anos.

Quando observado o resultado da mesma pesquisa para o estado de Santa Catarina, nota-se um registro de 160,1 mil crianças e adolescentes exercendo atividades laborais, o que representa 18,9% da população catarinense de 10 a 17 anos. Dentro desse cenário, e considerando o número extremamente significativo de crianças e adolescentes que trabalham no estado, avaliou-se relevante analisar o trabalho infantil desenvolvido nessa localidade a fim de contribuir para o estudo sobre tal problemática.

A partir dessa perspectiva de análise, o problema de pesquisa do presente trabalho é observar quais fatores socioeconômicos conduzem os pais a introduzirem seus filhos ao trabalho infanto-juvenil em Santa Catarina. E a hipótese levantada é a de que os mesmos são levados a executar trabalho precoce devido à condição de pobreza e à baixa escolaridade de suas famílias, além de serem influenciadas também pela estrutura familiar vulnerável presente em seu domicílio.

Em relação ao enfoque escolhido para a construção dessa investigação, foram adotadas as técnicas de pesquisa quali-quantitativa. A abordagem qualitativa ocorre a partir da discussão gerada através de revisão de literatura acerca da problemática.

Na abordagem quantitativa, são utilizados dados estatísticos secundários, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativos ao ano de 2010 para os 293 municípios catarinenses. Para a estimação do modelo faz-se uso da Análise de Componentes Principais e, posteriormente, da Regressão Linear Múltipla.

Dessa forma, o artigo foi organizado em três seções, além dessa introdução. Na primeira são apresentadas algumas definições e o debate acerca da pertinência do trabalho infantil, bem como uma resenha da literatura sobre os determinantes desse fenômeno. A segunda seção descreve a estratégia empírica utilizada, na qual explica-se a construção do modelo, realiza-se uma breve análise descritiva da variável dependente, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, analisam-se os resultados obtidos. Por fim, a última

seção elenca as considerações finais, dentre as quais a de que, no geral, os resultados refutam a hipótese adotada no presente trabalho.

2 TRABALHO INFANTIL

Nesta seção são apresentadas algumas definições e o debate acerca da pertinência do trabalho infantil, bem como uma resenha da literatura sobre os determinantes desse fenômeno.

2.1 Definições e Debate

O fenômeno do trabalho infantil pode ser definido como labor realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor dentro de um determinado país. No Brasil (BRASIL/MEC, 2005), o conceito de criança e adolescente é determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como sendo a criança a pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, enquanto que o adolescente é aquele que apresenta idade entre 12 e 18 anos. Quanto à definição do termo “trabalho infantil”, o país (BRASIL/MTE, 2011) define este como abrangendo “as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independente da sua condição ocupacional”.

Em relação à reprodução de tal fenômeno há atualmente argumentos contrários e a favor de sua continuidade, relacionados tanto aos fatores sociais e econômicos quanto ao desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes que exercem atividades laborais. Com referência aos argumentos favoráveis ao trabalho infantil, há aqueles que defendem que a mão de obra infanto-juvenil é preferível do ponto de vista do empregador quando ocorre a existência da possibilidade de substituição em relação à mão de obra adulta em um determinado mercado ou atividade específica, e que tal preferência torna-se

justificável pelo fato da força de trabalho infantil apresentar custo menor do que a adulta, ser controlada e demitida com maior facilidade, não apresentar direitos trabalhistas e muito menos uma organização sindical. (KASSOUF, 2002; KASSOUF, 2005; MUNIZ E SOBEL, 2008).

Outro argumento favorável ao trabalho infantil é pautado a partir do valor moral no qual o trabalho é revestido pela sociedade, que o considera como um mecanismo capaz de dignificar crianças e adolescentes que desenvolvem atividades laborais, além de promover o desenvolvimento de suas capacidades físicas e mentais, e de afastá-las da marginalidade e das drogas. Sob essa ótica, portanto, o trabalho infanto-juvenil é visto como uma forma natural de proporcionar a esses jovens uma aprendizagem, de dar-lhes disciplina e responsabilidade.

Além dessas considerações, há também o argumento de que o trabalho precoce tem o objetivo de complementar a renda familiar de crianças e adolescentes inseridos na pobreza e indigência, e dessa forma, garantir a sobrevivência e o atendimento das necessidades básicas da sua família.

Já quanto aos pensamentos contrários à reprodução do trabalho infantil tem-se o argumento de que o trabalho desempenhado pela mão de obra infanto-juvenil é um empecilho para a conclusão do processo educacional ou alcance de bom rendimento escolar, e tende a levá-las a uma baixa frequência escolar ou até mesmo ao abandono do ensino, comprometendo seriamente todo o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, que os impedirá de alcançar maiores rendimentos na fase adulta devido ao baixo acúmulo de capital humano durante a infância.

Há ainda a consideração de que o trabalho infantil compromete a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, tornando-os também vulneráveis a doenças e acidentes de trabalho devido à sua inexperiência, menor coordenação motora, maior sensibilidade, exposição a ambientes de trabalho insalubres, distração, baixa habilidade e conhecimento para desempenhar certas atividades laborais, uso de instrumentos cortantes e contato com materiais químicos ou tóxicos. Além disso, os maus tratos gerados pelos seus empregadores e a exposição a situações de violência, promovem a construção de uma auto-imagem negativa e

dificultam a socialização dessas crianças e adolescentes com indivíduos de mesma faixa etária (BRASIL/MTE, 2002, p. 8-16).

Outra discussão que faz oposição ao trabalho infantil é a de que o uso da mão de obra infante-juvenil promove a desvalorização da mão de obra adulta, e que essa situação é decorrente do alto nível de informalidade do mercado de trabalho ou de determinada atividade, visto que a oferta da mão de obra adulta é inelástica, enquanto que a oferta da mão de obra infante-juvenil é influenciada pelo nível de informalidade do mercado de trabalho e pela renda familiar. Sendo assim, percebe-se que o nível de informalidade no mercado de trabalho é um indicador para a reprodução ou não do trabalho infantil, pois ambos apresentam uma relação positiva, ou seja, quanto maior o grau de informalidade de um determinado mercado, maior a probabilidade da ocorrência do trabalho infantil. Nota-se, portanto, que as leis que proíbem o trabalho infantil não promovem a redução da ocorrência desse fenômeno, mas sim forçam as crianças e adolescentes a migrarem para atividades informais onde as leis não são obedecidas (KASSOUF, 2002; MESQUITA E RAMALHO, 2011; MUNIZ E SOBEL, 2008).

Portanto, a redução do trabalho infantil apresenta mais benefícios do que custos, tanto quando observado sobre a perspectiva econômica quanto social, pois é um grande passo para o alcance do desenvolvimento socioeconômico. Além da questão da formalização do mercado de trabalho, outra perspectiva contra o trabalho infantil, é a de que a extinção desse fenômeno torna-se necessária para que os direitos das crianças e adolescentes, assim como os direitos universais sejam cumpridos, garantindo dessa forma o desenvolvimento de suas capacidades e alcance de um nível mínimo de qualidade de vida (MOTA, 2015, p. 43).

Apresentadas as definições referentes ao trabalho infantil e o debate atual contrário e favorável à reprodução desse fenômeno, pode-se passar à discussão teórica quanto aos determinantes apontados para a manutenção da ocorrência do labor precoce entre crianças e adolescentes.

2.2 Determinantes: Resenha da Literatura

Vários estudos foram desenvolvidos para analisar as características desse tipo de trabalho (KASSOUF, 2002 e 2005 SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2004, MESQUITA e RAMALHO, 2011, dentre outros), avaliando que a pobreza, o nível de escolaridade dos pais (*background* familiar), a situação domiciliar, o fato de a família ser mono ou biparental, chefiado por uma figura masculina ou feminina, a idade em que os pais começaram a trabalhar, a quantidade de membros do domicílio, entre outros, são elementos significativos para explicar a escolha dos pais quanto à alocação de tempo de seus filhos entre a escola e o trabalho.

Adotam-se aqui, portanto, três componentes para a reprodução e manutenção do trabalho infantil em Santa Catarina: a pobreza, a educação e a estrutura familiar que envolve os domicílios e famílias das crianças e adolescentes inseridos em condição de trabalho precoce, porém, considerando a pobreza como um determinante principal para a ocorrência desse fenômeno, e a educação e a estrutura familiar como determinantes secundários. Além disso, o trabalho infantil aqui em questão apresenta um caráter exploratório, ilegal, e reprodutor de um ciclo de pobreza, de baixa escolaridade e de trabalho infantil para as próximas gerações, e também agrega outras atividades que apesar de ilegais, e em certos casos penosas, não são exploratórias, mas sim de cooperação, que não reproduzem um ciclo de pobreza e não impedem a frequência escolar, como é o caso da agricultura familiar.

Mesmo com dificuldades para a obtenção de dados que estejam além da linha de pobreza atualmente adotada por meio de grupos de renda, adota-se nesse estudo o conceito de que a pobreza tem um caráter multidimensional, o qual segundo Codes (2008) traz a noção de que a pobreza se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões socialmente aceitáveis.

Em relação ao trabalho infantil pode-se ver que a pobreza apresenta uma relação positiva com o mesmo, visto que o trabalho desempenhado precocemente por crianças e adolescentes funciona como uma estratégia para promover a sobrevivência e suprir as

necessidades básicas das famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, servindo a pobreza dessa forma como um mediador quanto a escolha dos pais em inserir seus filhos em atividades laborais ou não, ou seja, quanto maior a pobreza maior será a probabilidade de uma criança ser direcionada ao trabalho e não à escola, promovendo dessa maneira a manutenção de um ciclo de pobreza, e também um ciclo intergeracional do trabalho infantil.

Além da pobreza, a entrada precoce dos pais no mercado de trabalho também influencia a manutenção do trabalho infantil e da baixa renda per capita familiar, pois indivíduos que começam a trabalhar precocemente acumulam baixo capital humano, o que os impede de ter uma melhor remuneração futuramente, gerando a partir disso uma armadilha de pobreza e um ciclo intergeracional de trabalho infantil.

O rendimento gerado pela mão de obra infanto-juvenil, exclusive o trabalho desempenhado em condição de aprendizagem, é de suma importância para as famílias pobres e indigentes, mesmo esta renda sendo de baixa proporção em relação ao montante gerado pela mão de obra adulta. Dessa forma, quanto mais baixo o decil de renda dessas famílias, maior é a probabilidade de que as crianças trabalhem, principalmente em relação ao grupo mais vulnerável, de 5 a 9 anos de idade. Quanto menor a idade da criança, menor é a sua contribuição no rendimento familiar, porém mesmo não sendo tão significativo, tal rendimento é considerado relevante devido à baixa renda per capita de sua família. Dessa forma, o custo de oportunidade quanto a escolha dos pais em manter seus filhos apenas na escola e em atividades de lazer torna-se superior em relação à escolha de direcioná-los ao trabalho infantil. (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2004; KASSOUF, 2002; MUNIZ e SOBEL, 2008; MESQUITA e RAMALHO, 2011).

Assim, proibir que crianças e adolescentes que trabalham permaneçam desempenhando suas atividades laborais não garante que o fenômeno do trabalho infantil seja extinto e na maioria dos casos pode agravar o nível de pobreza familiar, principalmente entre os decis de renda mais baixa, em famílias com desemprego da mão de obra adulta, ou com baixa massa salarial em razão da estrutura familiar ser monoparental, e, portanto, chefiada por um único adulto, pois como visto anteriormente o rendimento gerado por essas crianças é de

suma importância para complementar a renda e garantir que o acesso a bens essenciais pela sua família seja mantido, bem como o seu sustento.

Partindo para a discussão quanto aos determinantes considerados como secundários para a reprodução do fenômeno do trabalho infantil, percebe-se que quanto à decisão familiar na determinação da disposição de tempo dos seus filhos sobre o eixo Trabalho-Educação-Lazer, tal tempo deve ser distribuído levando-se em consideração que os indivíduos desejam consumir o máximo que podem, e que o nível de consumo é dado pelos gastos de bens, de serviços e de lazer, sabendo-se que é preferível o dispêndio do tempo dos filhos com o lazer em relação ao trabalho, e que a restrição do consumo é dada pelo tempo e pela renda. Deve-se atentar que para essa condição, a vontade de consumir sempre mais bens e as restrições de consumo dadas através do tempo e da renda geram uma regulação entre as escolhas, já que o tempo utilizado em uma determinada atividade representa menos tempo que pode ser gasto em outra. Dessa forma, mesmo sendo o lazer uma opção preferível em relação ao trabalho, a escolha dos pais em conduzir seus filhos ao trabalho precoce ocorre quando a renda familiar é insuficiente para garantir o consumo de bens e serviços básicos para todos (KASSOUF, 2005, p. 7-8).

Dessa maneira, segundo Kassouf (2005) a escola é vista, nesse modelo, como um investimento, com custos presentes e benefícios futuros. A troca, neste caso, está relacionada à quantidade de bens de consumo e benefícios a que se deve renunciar no presente, uma vez que a criança não trabalha e tem custos com educação (taxas escolares, uniforme, material, transporte etc.), com relação ao ganho adicional obtido no futuro por ter um maior nível de instrução. Assim, o trabalho infantil e o tempo na escola são determinados pela alocação do tempo dos membros do domicílio em diversas atividades e pelo desejo por benefícios futuros, educação e consumo corrente. Qualquer fato que altere os benefícios ou custos da educação ou as restrições enfrentadas pela família poderá afetar a quantidade de educação que a criança recebe e a quantidade de tempo gasta com trabalho.

Outro elemento que também pode influenciar na alocação de tempo das crianças e adolescentes entre a escola e o trabalho é o nível de escolaridade de seus pais, e o fato dos mesmos terem trabalhado ou não durante a infância. Pais mais educados tendem a apresentar

uma renda maior e compreendem mais nitidamente a importância de ter seus filhos dedicados exclusivamente para a escola. Pais que trabalharam na infância acumularam menor capital humano e tendem a obter baixos rendimentos na fase adulta, além de acharem mais natural ver seus filhos trabalharem precocemente da mesma forma que eles.

Sabe-se que o trabalho infantil reduz o desempenho escolar, e que quanto mais cedo um indivíduo inicia suas atividades laborais, menor será a possibilidade do mesmo completar o ensino fundamental e médio e ter um bom rendimento futuramente. As crianças e adolescentes que trabalham possuem menor probabilidade de freqüentar regularmente a escola, e quando conseguem conciliar o trabalho com o estudo apresentam dificuldades para se dedicar aos estudos em casa, em assimilar o que é ensinado em sala de aula devido ao cansaço e à fadiga, e possuem maiores chances de repetência ou evasão escolar. Como expressa Kassouf (2002), a baixa escolaridade, causada por longos períodos de trabalho, tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado por seus pais. Há, portanto, um *trade-off* entre o aumento de renda no domicílio obtida do trabalho e a perda de uma melhor remuneração futura pela interrupção dos estudos.

A estrutura familiar quando aliada à pobreza apresenta grande influência para a inserção de uma criança ao trabalho precoce ou não. Pais e mães influenciam de formas distintas a vida de seus filhos, assim como a estrutura familiar seja ela biparental ou monoparental, chefiada pelo pai ou pela mãe. Segundo Kassouf (2002), o desemprego ou ausência do pai é um dos fatores encontrados para explicar a alta contribuição do trabalho infantil para o rendimento familiar, e quanto maior o salário do pai e da mãe menor a probabilidade de seus filhos trabalharem.

A elevação do quantitativo de famílias monoparentais e chefiadas por mulheres, torna-se cada vez mais comum e é esse tipo de estrutura familiar o mais presente entre os níveis mais baixos de renda. Assim, mulheres pobres e chefes de família são fortes candidatas à condução de seus filhos ao trabalho infantil.

A feminização da pobreza tem um impacto multiplicador na sociedade, na medida em que vem crescendo entre a população pobre o número de famílias uniparentais, com a mulher como responsável pelo sustento. [...] o número de famílias uniparentais em que somente a mulher tem a responsabilidade de sustentar, educar e cuidar dos filhos é muito maior nos primeiros decis de renda familiar per capita, ou seja, entre as famílias mais pobres (CAMPOS, 2011, p. 89).

Existe também uma relação positiva entre o trabalho infantil e a fertilidade familiar das crianças e adolescentes, pois quanto menor a renda per capita dentro de suas famílias seja devido ao grande número de membros ou pelo baixo rendimento gerado pelos adultos, maior será a probabilidade da ocorrência de trabalho infanto-juvenil. De forma oposta, quanto menor a quantidade de crianças e adolescentes em uma família, considerando que esta apresenta um rendimento satisfatório, maior será a possibilidade dos pais direcionarem seus filhos para a escola e atividades de lazer.

Além disso, percebe-se que além do tamanho da família há também a influência quanto à ordem de nascimento das crianças sobre a escolha dos pais em colocar seus filhos na escola ou no trabalho. Os filhos mais velhos apresentam maior probabilidade de trabalharem como uma forma de dar oportunidade para que os filhos mais novos estudem. Nota-se, então, que um maior número de irmãos diminui a probabilidade de uma criança ou adolescente de uma família com baixa renda per capita estudar e aumenta as chances das mesmas trabalharem, ou ainda que o número de irmãos mais novos tem relação positiva com o trabalho e negativa quanto ao nível de escolaridade. Portanto, vê-se que políticas de controle populacional tornam-se importantes para que o índice de trabalho infantil seja reduzido (KASSOUF, 2002; KASSOUF, 2005).

Assim como a quantidade de irmãos, sendo eles mais novos ou mais velhos, a idade da criança também apresenta influência sobre o fato da mesma trabalhar ou não, visto que quanto mais velha esta criança for maior será a possibilidade da mesma dedicar-se exclusivamente ao trabalho, pois as oportunidades de emprego e remuneração são maiores quanto mais elevada for a idade. Desse modo, o efeito da idade sobre a probabilidade da criança trabalhar é positiva.

Além do número de pessoas residentes em um domicílio, a situação do mesmo também tende a incitar ou não a decisão dos adultos em conduzir as crianças para o trabalho precoce. A área rural apresenta o fator cultural muito forte, ainda com a tradição de os pais ensinarem o trabalho que desempenham aos filhos, algo que é comum à agricultura familiar. Além disso, as áreas rurais possuem estrutura escolar mais dispersa e maior nível de informalidade no mercado de trabalho. Já nas áreas urbanas, há mais oportunidades de trabalho e com maior remuneração para crianças e adolescentes. Quanto a isso, Mesquita e Ramalho (2011) certificam que na zona rural, o trabalho infantil é marcado principalmente por fatores culturais, enquanto no meio urbano funciona como estratégia de sobrevivência para famílias de baixa renda, ao permitir maiores oportunidades de trabalho e de remuneração. Nessas últimas áreas, os incentivos econômicos ao trabalho infantil tornam elevado o custo de oportunidade de manter as crianças exclusivamente na escola.

Resta saber se os fatores elencados pela literatura como responsáveis pela ocorrência do trabalho infantil são de fato seus principais determinantes no que diz respeito ao estado de Sergipe, o que será verificado na próxima seção.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção descreve-se a construção do modelo, realiza-se uma breve análise descritiva da variável dependente, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, analisam-se os resultados obtidos.

3.1 A Construção do Modelo

Conforme exposto na seção anterior, o trabalho infantil é um fenômeno intrinsecamente ligado à pobreza, ao baixo nível educacional, tanto das crianças como de sua família e à situação de vulnerabilidade familiar. Além disso, por ser proibido, torna-se mais disseminado nos mercados de trabalho onde predomina a informalidade. Por fim, é mais

comum na zona rural, em especial nas pequenas propriedades, onde o trabalho familiar é fundamental para viabilizar a produção agrícola.

Dessa forma, buscou-se construir um modelo onde as dimensões mencionadas estivessem todas representadas. As variáveis abrangem os 293 municípios catarinenses, são todas provenientes do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), à exceção do trabalho infantil, coletado diretamente do Censo Demográfico, e relativas ao ano de 2010.

A variável dependente consiste no percentual de ocupados de 10 a 17 anos em relação ao total da população nessa faixa etária. Embora tratando de forma homogênea um fenômeno que compreende uma multiplicidade de situações, esta foi a melhor desagregação possível, dado que não foram acessados os microdados do Censo.

Para representar o nível de pobreza, utilizou-se o percentual de extrema pobreza (PIND), sendo considerados como tais os indivíduos com renda familiar per capita de até R\$ 70,00, em valores de agosto de 2010.

Situações de extrema pobreza muitas vezes ocorrem em contexto de grande desigualdade de renda. Assim, para captar o grau de distribuição da renda foram utilizados dois indicadores: a Razão $10^+/40^-$ e o Índice de Gini (R1040 e GINI). A primeira representa o quociente entre a participação na renda do decil de maior renda em relação à participação dos quatro decis de menor renda (os 40% “mais pobres”), enquanto o Índice de Gini consiste em um indicador de distribuição que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, pior é a distribuição da renda e vice-versa.

O nível educacional das crianças foi mensurado através de dois indicadores: a taxa de atendimento escolar da faixa etária de 6 a 17 anos (TFREQ6-17), bem como a taxa de atraso igual ou superior a dois anos no ensino básico (T-ATRASSO). A primeira consiste no percentual de indivíduos de 6 a 17 anos que estava freqüentando a escola (em qualquer série) em relação ao total de pessoas nessa faixa etária. A segunda, por sua vez, representa o percentual de estudantes do ensino básico de 6 a 17 anos com dois ou mais anos de atraso em termos de idade-série.

Já o nível educacional da população e das famílias foi retratado através de três variáveis: a expectativa de anos de estudo (ANOSEST) da população, a taxa de analfabetismo

adulta (TANALFA) e o percentual de moradores em domicílios onde ninguém possui o ensino fundamental completo (TDOMFUND). A primeira consiste no número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar. A segunda consiste no percentual de indivíduos de 18 ou mais anos de idade que não sabe ler, nem escrever em relação ao total de pessoas nesta faixa etária. Por fim, a terceira variável representa o quociente entre as pessoas que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e a população total residente em domicílios particulares permanentes.

A situação de vulnerabilidade familiar foi também retratada através de três indicadores: a razão de dependência (RAZDEP), o percentual de mulheres chefes de família com filhos menores de 15 anos de idade (TMULCHEF) e o percentual de moradores em domicílios com situação inadequada de água e esgoto (AGUA-ESGOTO). A primeira consiste na proporção entre a população inativa e a população ativa, aqui representada pelo quociente entre a população de menos de 15 anos e de 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos. Já, a segunda é composta pelo percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade morando no domicílio. A última, por fim, retrata o percentual de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica em relação à população total residente em domicílios particulares permanentes.

Por fim, considerou-se também a composição e o grau de formalização do emprego. Para tanto, incluiu-se o percentual de ocupados de 18 anos ou mais de idade no setor agropecuário em relação ao total de ocupados nessa faixa etária (PAGRO), bem como o percentual de formalização dos ocupados, assim entendido como o quociente entre as pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária. Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os

empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial (PFORM).

Dessa forma, será testado o seguinte modelo (os sinais esperados para cada variável encontram-se entre parênteses):

$$\text{TRABINF} = f \left(\begin{array}{cccccc} (+) & (+) & (+) & (-) & (+) & (-) \\ \text{PIND, R1040, GINI, TFREQ6-17, T-ATRASSO, ANOSEST,} \\ (+) & & (+) & (+) & & (+) \\ \text{TANALFA, TDOMFUND, RAZDEP, TMULCHEF,} \\ (+) & & (+) & & & (-) \\ \text{AGUA-ESGOTO, PAGRO, PFORM} \end{array} \right) \quad (1)$$

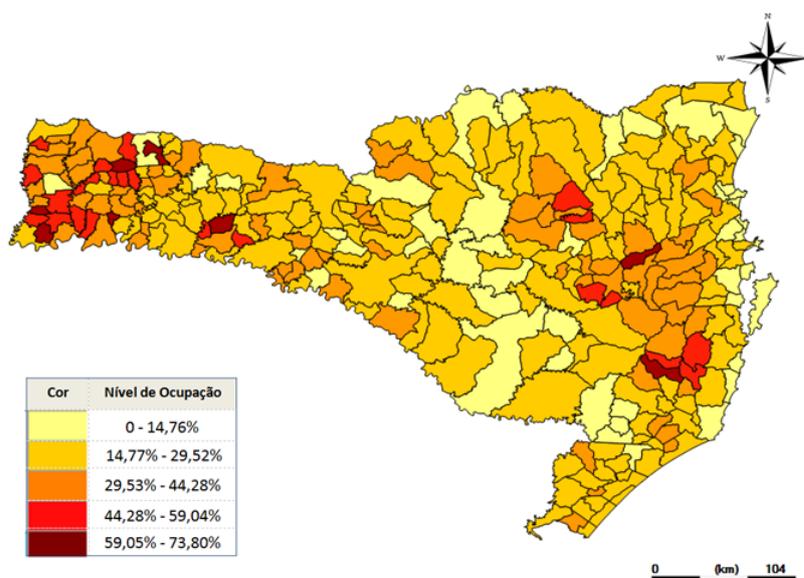
3.2 Análise Descritiva dos Dados

Segundo o Censo de 2010, o estado de Santa Catarina obtinha 160.140 pessoas de 10 a 17 anos ocupadas, o que representa 18,9% do total da população residentes no estado dentro dessa faixa etária. Ao observarmos a situação domiciliar da população catarinense de 10 a 17 anos ocupada, vemos que 111.475 pessoas em ocupação, na semana de referência da pesquisa, estão situadas na área urbana e compõem 16% das pessoas com mesma idade que moram nas cidades, enquanto que 48.665 pessoas (ou 32,9% do total) de mesma faixa etária estão ocupadas nas zonas rurais. Ainda sobre outros aspectos demográficos, percebe-se que em relação ao gênero predominam as crianças e adolescentes ocupados do sexo masculino (57,4% do total) e aquelas que apresentam raça ou cor branca (81,1% do total de indivíduos ocupados para a faixa etária). Quando observado o nível de ocupação desse grupo no estado de Santa Catarina e seus municípios obtemos a seguinte representação:

Pode-se notar que dos 293 municípios investigados pelo Censo em 2010, 47 apresentam nível de ocupação de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de até 14,76%, 137 municípios estão no intervalo de 14,77% e 29,52% de taxa de ocupação, 78 municípios preenchem o intervalo de 29,53% a 44,28% de ocupação da mão de obra infanto-juvenil, outros 23 municípios representam o intervalo no mapa com 44,28% a 59,04% de ocupação, e por fim 8 municípios fecham o intervalo de 59,05% a 73,80% de ocupação de crianças e

adolescentes entre 10 a 17 anos. Ainda quanto aos municípios, vemos que Novo Horizonte é o município que apresenta a maior taxa de crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil (73,8%), seguido por Cunhataí (65,1%) e Xavantina (65,1%). Por outro lado, os municípios de Urupema, Treviso e Ouro Verde exibiram os menores níveis de ocupação no estado com 5,8%, 7,4% e 8,0%, respectivamente.

Figura 1 – Taxa de Crianças e Adolescentes Inseridas no Trabalho Infantil em Santa Catarina - 2010



Fonte: Censo/IBGE; Elaboração própria.

Quando se observam os dados de concentração de renda, pobreza, baixa escolaridade, vulnerabilidade familiar e social, em geral, percebem-se correlações significativas entre eles, como se pode notar pela Matriz de correlações de Pearson, exibida no apêndice do trabalho.

Dado a provável multicolinearidade existente entre as variáveis, deve-se tomar alguma providência para evitar suas conseqüências nefastas para a estimação. Para se utilizar um modelo de regressão linear múltipla seria necessária a retirada de algumas variáveis do modelo, em especial, as mais colineares com as demais. Porém, dada a relevância, pelo menos em nível teórico, de todas elas para a compreensão do fenômeno do trabalho infantil no estado de Santa Catarina, optou-se por corrigir o problema através da utilização da análise de componentes principais.

3.3 Análise de Componentes Principais

De acordo com Hair Jr et al. (2005, p. 94):

o propósito geral de técnicas de análise fatorial é encontrar um modo de resumir a informação contida em diversas variáveis originais em um conjunto menor de novas dimensões compostas ou variáveis estatísticas (fatores) com uma perda mínima de informação.

Trata-se também de um conjunto de técnicas de interdependência, isto é, busca-se explorar o potencial explicativo das variáveis ao invés de prever ou analisar o comportamento de uma variável dependente (como no caso da regressão linear múltipla, p. ex.). A análise de componentes principais produz combinações lineares das variáveis originais, tal que (JORGE, 2000, p. 141-2):

$$Z_i = a'_1 y \quad (2)$$

Em que:

Z_i = i-ésimo componente principal

a'_1 = ponderação

y = vetor de variáveis originais

A ponderação, grosso modo, é o vetor característico normalizado da matriz de covariância formada a partir da matriz ortogonal das variáveis originais, ao passo em que os componentes principais são combinações lineares dessas variáveis³⁰.

Na análise de componentes principais procura-se obter fatores que expliquem a variância amostral total. O primeiro fator ou componente extraído seria, então, aquele que explica a maior parte da variância total e pode ser entendido como o melhor resumo possível dos dados originais, já que implica em menor perda de poder explicativo. Já o segundo fator ou componente a ser extraído é aquele que explica a maior parte da variância remanescente,

³⁰ Este tópico foge ao escopo deste trabalho e não será abordado aqui. Para maior detalhamento vide Hair Jr. et al. (2005, cap. 3).

depois de removido dos dados o efeito do primeiro fator. Aqui a técnica impõe uma restrição: o segundo fator deve ser ortogonal ao primeiro.

A vantagem da técnica, então, é possibilitar a redução no número de variáveis utilizadas em análises multivariadas de dados, preservando, no entanto, a riqueza informacional das variáveis originais.

Uma característica da técnica é a instabilidade dos componentes criados, já que, a cada novo experimento novos fatores podem ser gerados a partir das variáveis originais. Em outros termos: ainda que fossem produzidos componentes baseados nas mesmas variáveis, os pesos de cada variável poderiam ser diferentes, o que praticamente inviabilizaria comparações intertemporais dos resultados, permitindo apenas comparações transversais, isto é, em um determinado ponto do tempo. Por esta razão optou-se pela utilização somente dos dados relativos ao ano de 2010 na extração dos componentes principais³¹.

3.4 Resultados

Para verificar a representatividade da amostra foram realizados, inicialmente, alguns procedimentos. Os testes de Kaiser-Meyer-Olin de medida de adequação de amostra e o Teste de Esfericidade de Bartlett apresentam estatísticas de 0,733 e 2.638,60, respectivamente; este último significativo ao nível de 1% de erro. Dessa forma, mostra-se que a amostra possui correlações significativas e é adequada para a realização da ACP. A tabela abaixo mostra os componentes principais extraídos a partir da técnica:

³¹ Este início de seção reproduz o exposto em Ribeiro, Jorge e Spinelli (2014: p. 9)

Tabela 1 – Extração dos Componentes Principais

Componente	Eigenvalue Inicial		
	Total	% Variância	% Acumulado
1	4,633	35,637	35,637
2	2,432	18,710	54,347
3	1,689	12,995	67,342
4	1,001	7,699	75,041
5	,842	6,474	81,515
6	,610	4,691	86,206
7	,522	4,014	90,220
8	,435	3,343	93,562
9	,282	2,170	95,732
10	,238	1,831	97,563
11	,156	1,203	98,766
12	,126	,968	99,735
13	,035	,265	100,000

Fonte: elaboração própria a partir do software SPSS

Com base nos dados foram extraídos quatro componentes: o primeiro possui um *eigenvalue* de 4,633 e explica 35,6% da variância da amostra original; o segundo possui um *eigenvalue* de 2,432 e explica 18,7% da variância amostral; o terceiro possui um *eigenvalue* de 1,689 e explica 13,0% da variância. O quarto componente, por fim, apresenta um *eigenvalue* de 1,001 e explica 7,7% da variância.

Esta solução se justifica por três razões principais: i) são os únicos cujo autovalor estão acima da média (= 1 no caso da ACP); ii) declividade do *scree plot*³²; e iii) percentual de variância explicada (cerca de 75%), o que permite inferir que os quatro componentes são capazes de explicar boa parte da variância presente nos dados originais, preservando sua riqueza informacional.

Dada a provável existência de correlação entre os fatores extraídos, optou-se pela rotação oblíqua dos mesmos. Assim, foi realizada a rotação *oblimin* que gerou a matriz padrão de fatores expressa na Tabela 2:

³² Não incluído aqui por razões de espaço, mas pode ser disponibilizado pelos autores caso requisitado.

Tabela 2 – Matriz Padrão de Fatores

Variável	Componente			
	1	2	3	4
Aguaesg	,236	,232	,056	,564
Anosest	,036	,933	-,020	-,018
Igini	-,048	-,043	,997	-,050
Mulchefe	-,164	-,160	,054	,742
Pagro	,934	,112	-,036	-,195
Pform	-,835	-,086	-,026	,159
Pind	,542	-,019	,306	,258
R1040	-,046	-,019	,993	,024
Razdep	,550	-,072	,116	,470
Tanalfa	,762	-,123	,053	,189
Tatraso	,201	-,894	,110	-,132
Tdomfd	,820	-,323	-,095	,150
Tfreq6-17	,149	,508	,133	-,470

Fonte: Elaboração própria a partir do software SPSS.

Como se pode observar, o primeiro componente rotacionado está fortemente correlacionado com o emprego agrícola, a informalidade nas relações de trabalho, a presença de domicílios sem moradores com o ensino fundamental completo, a taxa de analfabetismo, a razão de dependência e a pobreza extrema, todos com carga fatorial acima de 0,5. Este fator poderia ser intitulado como *Emprego informal agrícola, pobreza e baixo background educacional da população*. O segundo componente, por sua vez, relaciona-se fortemente com a expectativa de anos de estudo, a taxa de frequência escolar e negativamente com a taxa de atraso escolar, podendo ser intitulado como *Boa Escolaridade*. O terceiro componente está fortemente correlacionado com os indicadores de distribuição de renda (Razão 10⁺/40⁻ e Índice de Gini, podendo ser intitulado como *Má Distribuição de Renda*. Por fim, o quarto componente relaciona-se fortemente com o percentual de domicílios chefiados por mulheres com filhos de até 15 anos de idade e com a ausência de água e esgoto, podendo ser intitulado como *Famílias Quebradas e Baixa Infraestrutura Domiciliar*. Assim, todas as variáveis ficam representadas a contento na solução fatorial gerada.

Os componentes gerados a partir da análise anterior serão, então, utilizados como variáveis independentes na análise de regressão linear múltipla em corte transversal (análise *cross section*), com dados para os 293 municípios catarinenses relativos ao ano de 2010. A tabela abaixo apresenta os resultados da estimação:

Tabela 3 – Resultados da Estimação no SPSS

Modelo	Coeficiente Não Padroniz.		Coeficiente Padroniz.	t	Sign.	Estatísticas de Colinearidade	
	β	Erro Padr.	β			Tolerância	FIV
Constante	27,639	0,638		43,299	0,000		
Fator 1	6,838	0,677	0,516	10,104	0,000	0,893	1,120
Fator 2	2,772	0,665	0,209	4,168	0,000	0,924	1,082
Fator 3	-2,152	0,675	-0,163	-3,188	0,002	0,897	1,115
Fator 4	-2,768	0,683	-0,209	-4,050	0,000	0,875	1,142

Fonte: elaboração própria a partir do software SPSS 13.1

O r^2 obtido foi de 0,328, ou seja, o modelo explica aproximadamente um terço do comportamento do trabalho infantil no estado e é válido como um todo ($F = 35,215$, significativo ao nível de 1% de erro).

Como se pode observar, os fatores de inflamento da variância são todos próximos de um, indicando que a análise de componentes principais de fato resolveu o problema da multicolinearidade. Com relação aos demais pressupostos do modelo de regressão múltipla, a estatística D de Durbin-Watson indica a ausência de autocorrelação dos resíduos³³, enquanto o Teste de White, por sua vez, indica a heterocedasticidade dos resíduos³⁴.

Uma vez constatada a presença da heterocedasticidade, rodou-se novamente o modelo no Software STATA 12.0, utilizando-se a matriz robusta de variância. Os resultados,

³³ O D calculado foi de 1,918 ao passo que os valores tabelados de D_L e D_U são, respectivamente, de 1,633 e 1,715, ao nível de 1% de erro ($n = 200$). Assim, como $1,918 > D_U$ não se diagnostica a presença de autocorrelação de resíduos.

³⁴ O teste de White consiste em regredir o quadrado dos resíduos da regressão original contra as variáveis independentes (os componentes principais), seus quadrados e suas combinações lineares parciais (fator 1 x fator 2, fator 1 x fator 3 e assim por diante). Se o r^2 dessa regressão auxiliar, multiplicado pelo tamanho da amostra, for inferior ao nível crítico da distribuição χ^2 para o nível de significância escolhido, o teste aponta homocedasticidade, caso contrário, ele indicará a presença de heterocedasticidade. No caso da presente estimação, tem-se: $r^2 (0,186) \times n (293) = 54,5 > 29,14$ (χ^2 com 14 graus de liberdade e nível de significância de 1% de erro).

apresentados na tabela 4, são qualitativamente similares ao da tabela anterior ($r^2 = 0,3285$, $F = 31,29$ significativo a 1% de erro), mas com estimadores eficientes e não viesados.

Tabela 4 – Resultados da Estimação no STATA

Modelo	Coeficiente	Erro Padrão Robusto	t	Sign.	95% Intervalo de Confiança	
Constante	27,639	0,638	43,30	0,000	26,383	28,895
Fator 1	6,838	0,701	9,75	0,000	5,457	8,219
Fator 2	2,772	0,734	3,78	0,000	1,327	4,218
Fator 3	-2,152	0,691	-3,12	0,002	-3,512	-,793
Fator 4	-2,768	0,792	-3,49	0,000	-4,328	-1,209

Fonte: elaboração própria a partir do software STATA 12.0

Conforme o exposto na tabela 4, pode-se perceber que o trabalho infantil no estado relaciona-se positivamente com o 1º. e o 2º. componentes principais e negativamente com o 3º. e o 4º. componentes (todos significativos ao nível de 1% de erro).

Em outros termos, pode-se dizer que o trabalho infantil no estado de Santa Catarina está fortemente correlacionado com o trabalho informal no setor agrícola em contexto de baixo background educacional familiar, porém, correlacionado com a boa escolaridade das crianças, mostrando que em Santa Catarina as crianças têm sido capazes de conciliar trabalho e escola, o que não é usual. Por fim, pode-se relacionar o trabalho infantil com uma situação de baixa vulnerabilidade familiar e desconcentração da renda, conforme indicado pelos β 's negativos com relação ao 3º. e ao 4º. componentes.

Este resultado contraria o esperado e merece algum comentário adicional: em relação ao 3º. componente principal, possivelmente dado o fato do estado ser caracterizado pela predominância da pequena produção agrícola. Conforme Mattei (2010), 87% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses foram classificados como familiares no censo agropecuário 2006. O autor constatou também que a maior parte dos estabelecimentos familiares do estado não acessava financiamento agrícola porque os proprietários não consideravam necessário crédito para dar continuidade aos processos produtivos.

Outra característica importante a ser considerada é o fato da pequena agricultura ser tecnicizada e integrada a complexos agroindustriais (KONRAD e SILVA, 2012), sobretudo no

Oeste Catarinense, onde se localiza a maioria dos municípios com elevadas taxas de trabalho infantil como mostrado na figura 1. Essas características podem explicar a renda relativamente bem distribuída no estado em comparação ao restante do país, bem como a relação negativa entre o trabalho infantil e a má distribuição de renda obtida no modelo.

Por fim, como o quarto componente relaciona-se fortemente com o percentual de domicílios chefiados por mulheres com filhos de até 15 anos de idade e estrutura deficiente de saneamento, o β negativo indica que o trabalho infantil é menos provável nos municípios que apresentem tal vulnerabilidade.

Uma hipótese possível é a de que crianças inseridas na produção agrícola façam parte, em geral de famílias biparentais de pequenos agricultores. De qualquer maneira, reside aqui um ponto interessante para investigação ulterior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo observar quais fatores socioeconômicos conduzem os pais a introduzirem seus filhos ao trabalho infanto-juvenil no estado de Santa Catarina. E a hipótese levantada é a de que os mesmos são levados a executar trabalho precoce pelo fato de suas famílias estarem inseridas na condição de pobreza ou extrema pobreza e de baixa escolaridade, além de serem influenciadas também pela estrutura familiar presente em seu domicílio.

Em relação ao enfoque escolhido para a construção dessa investigação, foram adotadas as técnicas de pesquisa quali-quantitativa. A abordagem qualitativa deu-se a partir da discussão gerada através de revisão de literatura acerca da problemática.

Na abordagem quantitativa, foram utilizados dados estatísticos secundários, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativos ao ano de 2010 para os 293 municípios catarinenses.

Para a estimação do modelo, devido ao elevado nível de multicolinearidade presente nos dados, fez-se uso da Análise de Componentes Principais com o fito de reduzir o número

de variáveis independentes com a mínima perda de informação contida nas variáveis originais. Foram gerados, então, quatro componentes principais: o primeiro componente, fortemente correlacionado com o emprego agrícola, a informalidade nas relações de trabalho, a presença de domicílios sem moradores com o ensino fundamental completo, a taxa de analfabetismo, a razão de dependência e a pobreza extrema, foi intitulado como *Emprego informal agrícola, pobreza e baixo background educacional da população*. O segundo componente, por sua vez, fortemente relacionado com a taxa de frequência escolar, a expectativa de anos de estudo e negativamente com a taxa de atraso escolar, foi intitulado como *Boa Escolaridade*. O terceiro componente, fortemente correlacionado com os indicadores de distribuição de renda (Razão 10⁺/40⁻ e Índice de Gini), foi intitulado como *Má Distribuição de Renda*. Por fim, o quarto componente, ligado ao percentual de domicílios chefiados por mulheres com filhos de até 15 anos de idade e com a ausência de água e esgoto, foi intitulado como *Famílias Quebradas e Baixa Infraestrutura Domiciliar*.

Os componentes gerados foram posteriormente utilizados como variáveis independentes no modelo de Regressão Linear Múltipla. Os resultados obtidos mostram que o trabalho infantil no estado de Santa Catarina está fortemente correlacionado com o trabalho informal no setor agrícola em contexto de baixo background educacional, conforme previsto na primeira seção deste trabalho. Porém, o trabalho infantil é também influenciado no estado pela boa escolaridade das crianças. Por fim, pode-se relacionar o trabalho infantil com uma situação de baixa concentração de renda e baixa vulnerabilidade domiciliar, fatos que contrariam as hipóteses do trabalho, e que podem ser atribuídas às características peculiares da pequena agricultura catarinense.

Como limitações do estudo, podem-se apontar o recorte dado ao trabalho infantil que trata de forma homogênea um fenômeno de perfil heterogêneo, dada a multiplicidade de inserções que representa. Nesse sentido, o uso dos microdados do Censo possibilitaria um recorte mais apropriado e configura-se como uma sugestão de aprofundamento do presente trabalho. Outra limitação é a geográfica: os resultados encontrados referem-se ao estado de Santa Catarina, não podendo ser extrapolados para outras Unidades da Federação.

Uma sugestão de pesquisa futura diz respeito ao resultado contraintuitivo aqui encontrado, o qual indica que o trabalho infantil é menos provável nos municípios que apresentem concentração de renda e famílias chefiadas por mulheres. A elucidação dessa aparente contradição configura um ponto interessante para investigação ulterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MEC - Ministério da Educação. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf> Acesso em 14 de março de 2015.

BRASIL, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2º ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2011.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires. CLACSO. 2011. Disponível em <<http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/A%20face%20feminina%20da%20pobreza.pdf>> Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

CODES, A. L. M.. **A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. IPEA, Texto para discussão nº 1332. Brasília. 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf> Acesso em 8 de março de 2015

HAIR JR., F. F., ANDERSON, R. E., TATHAN, R. L., BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JORGE, M. A. **Capacidade de absorção e qualidade do emprego no setor de serviços**. Tese (Doutorado em Economia de Empresas). EAESP/FGV. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf>> Acesso em 2 de novembro de 2014.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: causas e conseqüências**. São Paulo, 2005. Estudo realizado para apresentação no concurso de Professor Titular – Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, USP, São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>> Acesso em 9 de novembro de 2014.

KONRAD, J., SILVA, C. **Agricultura familiar no Oeste catarinense: da colônia à integração**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012. Disponível em http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf Acesso em 18 de março de 2016.

MATTEI, L. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. IV Encontro de Economia Catarinense, Criciúma/SC, 2010. Disponível em http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Novo%20retrato%20da%20agricultura%20familiar%20em%20Santa%20Catarina.pdf Acesso em 18 de março de 2016.

MESQUITA, S. P. e RAMALHO, H. M. B. **A Dinâmica do Trabalho Infantil no Brasil Urbano: Um Estudo por Dados em Painel 2001-2009**. In: XXXIX Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu: Anpec, 2011. Disponível em <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-2ea51e8d25d0c58c9d61a558c5ef0c16.pdf>. Acesso em 7 de dezembro de 2014.

MOTA, T. S. **Trabalho Infantil e seus Determinantes em Sergipe**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). UFS. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

MUNIZ, A. L. P. e SOBEL, T. F.. **A importância da renda do trabalho infantil para a sobrevivência familiar**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú – MG. 2008. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_997.pdf> Acesso em 16 de novembro de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD-Brasil, 2013. In: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 21 de março de 2015

RIBEIRO, L. C. S.; JORGE, M. A. e SPINELLI, I. **Desconcentração na Indústria Sergipana? Uma Análise do Período 2000-2010**. In: The 2nd Ibero-American Congress on Regional Development and 12th Congress of the Brazilian Regional Science Association [ENABER]. Belo Horizonte, 2014.

SCHWARTZMAN, S; SCHWARTZMAN, F. F. **O trabalho infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade/UFRJ, v. 2, 2004. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf> Acesso em 14 de novembro de 2014.

Artigo recebido em 07 de outubro de 2016 e aceito em 18 de outubro de 2016.

APÊNDICE

Matriz de Correlações de Pearson – Variáveis Independentes

Correlations

		Igini	R1040	Pind	TFreq	TAtroso	AnosEst	TAnalf	TDomFund	RazDep	TMulChef	AguaEsg	Pagro	Pform
Igini	Pearson Correlation	1	,958**	,383**	,015	,177**	-,066	,279**	,178**	,316**	,132*	,151**	,166**	-,198**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,801	,002	,257	,000	,002	,000	,024	,010	,004	,001
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
R1040	Pearson Correlation	,958**	1	,464**	-,009	,167**	-,073	,290**	,185**	,335**	,172**	,199**	,167**	-,202**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,871	,004	,210	,000	,001	,000	,003	,001	,004	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
Pind	Pearson Correlation	,383**	,464**	1	-,083	,216**	-,140*	,583**	,527**	,581**	,184**	,377**	,477**	-,486**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,154	,000	,016	,000	,000	,000	,002	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TFreq	Pearson Correlation	,015	-,009	-,083	1	-,297**	,548**	-,133*	-,229**	-,181**	-,376**	-,044	,210**	-,169**
	Sig. (2-tailed)	,801	,871	,154		,000	,000	,023	,000	,002	,000	,450	,000	,004
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TAtroso	Pearson Correlation	,177**	,167**	,216**	-,297**	1	-,775**	,311**	,404**	,284**	,244**	,130*	,042	-,039
	Sig. (2-tailed)	,002	,004	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,026	,471	,504
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
AnosEst	Pearson Correlation	-,066	-,073	-,140*	,548**	-,775**	1	-,089	-,278**	-,160**	-,333**	-,040	,166**	-,104
	Sig. (2-tailed)	,257	,210	,016	,000	,000		,127	,000	,006	,000	,496	,004	,076
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TAnalf	Pearson Correlation	,279**	,290**	,583**	-,133*	,311**	-,089	1	,744**	,665**	,124*	,342**	,580**	-,504**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,023	,000	,127		,000	,000	,034	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TDomFund	Pearson Correlation	,178**	,185**	,527**	-,229**	,404**	-,278**	,744**	1	,677**	,242**	,251**	,646**	-,545**
	Sig. (2-tailed)	,002	,001	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
RazDep	Pearson Correlation	,316**	,335**	,581**	-,181**	,284**	-,160**	,665**	,677**	1	,369**	,338**	,433**	-,385**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,002	,000	,006	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TMulChef	Pearson Correlation	,132*	,172**	,184**	-,376**	,244**	-,333**	,124*	,242**	,369**	1	,125*	-,151**	,004
	Sig. (2-tailed)	,024	,003	,002	,000	,000	,000	,034	,000	,000		,033	,009	,941
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
AguaEsg	Pearson Correlation	,151**	,199**	,377**	-,044	,130*	-,040	,342**	,251**	,338**	,125*	1	,241**	-,171**
	Sig. (2-tailed)	,010	,001	,000	,450	,026	,496	,000	,000	,000	,033		,000	,003
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
Pagro	Pearson Correlation	,166**	,167**	,477**	,210**	,042	,166**	,580**	,646**	,433**	-,151**	,241**	1	-,748**
	Sig. (2-tailed)	,004	,004	,000	,000	,471	,004	,000	,000	,000	,009	,000		,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
Pform	Pearson Correlation	-,198**	-,202**	-,486**	-,169**	-,039	-,104	-,504**	-,545**	-,385**	,004	-,171**	-,748**	1
	Sig. (2-tailed)	,001	,000	,000	,004	,504	,076	,000	,000	,000	,941	,003	,000	
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: elaboração própria a partir do software SPSS